



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)**



MATEUS COSTA SANTOS

**O ANTIGO DEBATE E AS NOVAS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE ACESSO À ÁGUA NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE
ARACATU-BA**

Vitória da Conquista - BA

2020

MATEUS COSTA SANTOS

**O ANTIGO DEBATE E AS NOVAS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE ACESSO À ÁGUA NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE
ARACATU-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UESB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico

Linha de pesquisa: Dinâmicas da Natureza e do Território

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Viana de Alcantara.

Vitória da Conquista - BA

2020



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos Creative Commons

S236a

Santos, Mateus Costa.

O antigo debate e as novas abordagens das políticas públicas de acesso à água no espaço rural: um estudo do município de Aracatu – Ba. / Mateus Costa Santos, 2020.

142f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr^a. Fernanda Viana de Alcantara.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2020.

Inclui referência F. 129 – 134.

1. Acesso à água – Aracatu-Ba. 2. Políticas públicas. 3. Espaço rural – Semiárido Nordeste. 4. Desenvolvimento rural. I. Alcantara, Fernanda Viana. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 333.91

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

O ANTIGO DEBATE E AS NOVAS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ARACATU – BA

MATEUS COSTA SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 19 de fevereiro de 2020

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Fernanda Viana de Alcantara
(Orientadora)

Prof.^a Dra. Catia Grisa
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Vilomar Sandes Sampaio
(Examinador Interno)

Vitória da Conquista – BA

Fevereiro 2020

Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424-8741 | ppgeo@uesb.edu.br

A todos os beneficiários de políticas públicas de acesso à água no espaço rural do município de Aracatu-BA e aos que lutam por esse direito no semiárido brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e coragem concedida para que este objetivo fosse alcançado. Ao meu pai José Reinaldo, minha mãe Olívia e as minhas irmãs Letícia e Marina, que sempre me apoiaram. Grato também a toda a minha família pelo suporte dado, em especial a minha tia Maria José e minha avó Amélia, pelo carinho, dedicação e acolhida durante não somente o período do mestrado, mas desde a graduação.

A construção da dissertação de mestrado foi um trabalho desafiador que me inspirou a cada fase no objetivo de chegar até o fim, pois aquilo que parecia tão distante, aos poucos, foi ganhando corpo, sentimento, experiência e conhecimento. Esse trabalho não é individual, é uma parceria entre orientando e orientador, por isso devo agradecer imensamente à Prof^a. Fernanda Alcantara, que, nos últimos cinco anos, entre parcerias além dessa, incentivou-me a crescer com todo aprendizado obtido, não só nas orientações, mas nos momentos da vida cotidiana.

Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UESB) por me proporcionar a oportunidade de cursar o mestrado em Geografia. Ao coordenador Mário e às secretárias Janaína e Zaira.

Gratifico ao órgão de fomento desta pesquisa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aos professores do curso de mestrado e do curso de Geografia da UESB, por todos os saberes compartilhados, em especial: Ana Emília, Altemar, Espedito, Geísa, Mario Rubem, Meire, Suzane, Vilomar e a Marcelo pela parceria no estágio docente.

A minha gratidão ao Núcleo de Pesquisa Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/UESB), pelas oportunidades e experiências vividas por meio das atividades ligadas à abordagem territorial e a promoção e participação de eventos, dentre outras experiências. Grato a todos os membros deste grupo, em especial a Fernanda, Liss, Miro, Dani, Jamily e também Accsuel, Andressa, Armando e Lucas, que auxiliaram no trabalho de campo, na tabulação dos dados, transcrição das entrevistas e elaboração de gráficos e mapas.

Aos amigxs Accsuel, Cris, Gabi, Jana e Lucas, os quais me acompanharam não só neste processo de construção, mas desde outras experiências, compartilhando alegrias, “resenhas”,

angústias e conselhos que, sem dúvidas, tornaram essa caminhada mais prazerosa. Também à turma de mestrado 2018 que compartilhei momentos importantes para a minha formação. Aos colegas e amigos, em especial Eliana, Eliane, Fernanda, João Ernandes, Maiara, Nádia, Uriana e Vagner.

Aos examinadores Vilomar Sampaio e Catia Grisa, pelas relevantes contribuições no momento da qualificação e defesa que, sem dúvida, enriqueceram o texto.

Também agradeço ao Centro Comunitário da Paróquia São Pedro (CCPSP), pela disponibilidade e contribuição no fornecimento dos dados e na infraestrutura para a realização da pesquisa de campo. Ao Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), pelas informações disponibilizadas. Às escolas, em especial aos gestores dessas instituições, pelos dados e entrevistas concedidas. O resultado da pesquisa também é de vocês.

Por fim, não menos especial, agradeço a todos os agricultores e agricultoras de Aracatu-BA que me receberam em suas casas e roçados, durante o trabalho de campo, que deixaram seus afazeres para contribuir com suas informações e conhecimento na realização deste estudo.

*Coragem, pois uma leitura sobre nossa terra
é uma leitura sobre si mesmo. Um olhar afetado
é o mais difícil da objetividade.*

Wanderson Oliveira

*É muito difícil você vencer a injustiça secular,
que dilacera o Brasil em dois países distintos:
o país dos privilegiados e o país dos despossuídos.
O sonho é que leva a gente para a frente.
Se a gente for seguir a razão, fica aquietado, acomodado.
A tarefa de viver é dura, mas fascinante.*

Ariano Suassuna

RESUMO

Ao considerar as recentes transformações no Semiárido do nordeste brasileiro, associado à inserção das políticas públicas, em especial de acesso à água, verifica-se que estas têm interferido diretamente nas condições de vida da população residente no espaço rural e tornam-se relevante objeto de estudo. A análise das transformações ocasionadas pelas políticas públicas no espaço rural do município de Aracatu, no estado da Bahia, configura-se em uma temática emergente no estudo do espaço geográfico, aliado à dinamicidade do rural e os desafios do desenvolvimento rural. O município de Aracatu-BA, considerado rural e localizado numa região de clima semiárido, onde o fenômeno da seca é periódico, faz parte do *locus* onde o acesso à água converte-se da dificuldade para a possibilidade, haja vista que três políticas públicas de acesso à água inseridas no município apontam novos desdobramentos para o espaço rural: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e o Programa Cisterna nas Escolas. Diante disso, o objetivo central deste estudo é compreender as demandas passadas e atuais da implementação de políticas públicas de acesso à água, bem como as transformações socioespaciais fomentadas por essas políticas públicas às interferências no desenvolvimento rural no município de Aracatu-BA. A análise das temáticas centrais da pesquisa é alcançada à luz das contribuições da ciência geográfica e da produção do espaço geográfico, para entender a dinâmica relação sociedade/natureza e a produção do espaço rural no semiárido brasileiro. Nesta direção, realiza-se uma discussão sobre o desenvolvimento do espaço rural atrelado às políticas públicas, sua dinâmica espacial e as considerações das organizações da sociedade civil na região Nordeste na promoção de políticas públicas, além de um debate a respeito da implantação e resultados das mencionadas políticas de acesso à água no espaço rural de Aracatu-BA. O percurso metodológico é composto por levantamento bibliográfico, pesquisa de campo com uso de fotografias, entrevistas, aplicação de questionários, pesquisa documental e levantamento de informações em sites oficiais e, posteriormente, a organização e análise do material para traçar as considerações entrelaçadas a essas novas dinâmicas propostas pelas políticas de acesso à água. Portanto, é fundamental, na produção do conhecimento, ler o espaço rural de forma crítica para entender como se dão as relações que compõem o cotidiano dos agricultores familiares na sua reprodução, e verificar que isso está atrelado à ausência ou ao acesso da água, o que permite diagnosticar a importância das políticas públicas na vida dessas famílias rurais, assim como no espaço escolar. Desse modo, foi possível perceber que o espaço rural do município de Aracatu tem apresentado transformações por meio da inserção das cisternas de captação de água da chuva, o que modificou as condições da reprodução da vida dos beneficiários, tanto nas famílias como nas escolas. Destaca-se a importância do papel das organizações da sociedade civil na inserção das referidas políticas públicas, bem como no processo formador que elas exerceram no município sobre a convivência com o semiárido. Considera-se que a democratização e o consumo de água de boa qualidade interferiram na saúde das famílias, assim como a produção de alimentos é resultante desse processo. Os resultados revelam que houve um desenvolvimento rural no município, mas a permanência das dificuldades relativas ao acesso à água, e em outras esferas do espaço rural, tais como as proposições de políticas de assistência técnica e de valorização das potencialidades, estão presentes no município.

Palavras-chave: Acesso à água, Desenvolvimento rural, Espaço rural, Políticas públicas.

ABSTRACT

Regarding recent transformations of the Semi-Arid portion of the Northeastern Brazilian territory, associated to public policy's insertion, especially the ones related to water access, it turns out possible to verify that these have interfered directly in the rural area residing population's living conditions, what turns them a relevant study matter. The analyses on the transformations caused by public policies in Aracatu's rural zone, located in the state of Bahia, is an emerging theme in the geographical space and is aligned to the dynamicity of the rural space and the rural development challenges. The municipality of Aracatu-BA, considered being rural, is located in a semi-arid climate region of which the drought phenomenon is present periodically. It also makes part of the *locus* of which the water access turns out to be gradually possible due to the following three implemented public policies regarding water access: *Programa Um Milhão de Cisternas* (P1MC), *Programa Uma Terra e Duas Águas* (P1+2) as well as *Programa Cisterna nas Escolas*, which indicate new outcomes for the rural space. Whereupon, this study's central objective is to comprehend the past and current demands since the public policies implementation regarding water access, as well as the social and space transformations promoted due to these policies and their repercussions in Aracatu rural development. The research central themes analyses are carried out through the Geography Science contributions and the geographical space production concept, which are necessary to understand the society/environment relations and the rural area space production in the Brazilian Semi-arid region. In this way, there are held discussions regarding rural space developments harnessed to the public policies, their spacial dynamics, and the civil society's considerations in the Northeastern Brazilian region addressing the promotion of public policies, as well as discussions regarding both the implementation and the results of the addressed water access policies in Aracatu rural area. The methodology is composed of bibliographical research, field researches through the use of images, interviews, questionnaires application, documental researches, and official information mapping, followed by the subsequent organization of the encountered material, to map the intertwined considerations regarding the new dynamics proposed by the water access policies. Therefore it is fundamental regarding knowledge production to read the rural space critically and to aim to understand the way relations that compose family farmers dairy lives are held, in addition to verifying that it is related to either the lack or the presence of water access, what makes it possible to diagnose the importance of the public policies both the rural families lives and the school areas. By these means, it was possible to perceive that the Aracatu rural zone presented transformations due to the insertions of Rainwater caption cisterns, which has modified the lives conditions of those benefited, addressing both family and school system betterments. The civil society organization role stands out in the matter of the appliance of the referred public policies, as well as in the educational process that they exert in the municipality about the Semi-arid climate interaction. The obtained results show that there was rural development in the municipality, although there is the permanence of the difficulties related to the water access, and other spheres related to the rural space, such as the purposes of technical assistance public policies and others related to the valuing of the municipality potentialities.

Keywords: Water Access, Rural Development, Rural Space, Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Concepção da categoria de análise Paisagem Agrária de Leo Waibel (2009)	39
Figura 2 - Ciclo das políticas públicas com base em Secchi (2012)	53
Figura 3 - Cisterna do P1MC na Faz Lagoa do Eduardo, Aracatu-BA - 2019.....	82
Figura 4 - Vista de uma cisterna calçadão na Faz. Bom Sucesso, Aracatu-BA - 2019.....	88
Figura 5 - Panorama da cisterna de enxurrada na Faz. Adobo, Aracatu-BA - 2019	89
Figura 6 - Barreiro trincheira na Faz. Patos, Aracatu-BA - 2019	90
Figura 7 - Escolas beneficiárias do Programa Cisterna nas Escolas, Aracatu-BA - 2019	92
Figura 8 - Cisterna ao lado da residência, Faz. Lagedão, Aracatu-BA - 2019.....	113
Figura 9 - Cisterna com rachaduras, Faz. São Luiz, Aracatu-BA - 2019.....	114
Figura 10 - Canteiro de hortaliças na Faz. Lagoa do Eduardo, Aracatu-BA - 2019	117
Figura 11 - Hortaliças produzidas por meio do P1+2, Aracatu-BA - 2019.....	119
Figura 12 - Acumulação de sedimentos em cisterna de enxurrada, Faz. Adobo, Aracatu-BA - 2019	120

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Aracatu-BA	19
Mapa 2 - Área de abrangência do clima Semiárido - 2019	59
Mapa 3 - Localização do Município de Aracatu no Território Sudoeste Baiano (TSB) - 2019	63
Mapa 4 - Domínio hidrogeológico do município de Aracatu-BA - 2005.....	67
Mapa 5 - Mapa de distribuição das cisternas no TSB - 2019	79
Mapa 6 - Associações beneficiadas pelo Programa Água para todos, Aracatu-BA - 2016.....	84
Mapa 7 - Espacialização do programa cisterna nas escolas, Aracatu-BA - 2019.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados do Programa Bolsa Família, Brasil, Nordeste, Bahia e Aracatu em 2018 ..	65
Tabela 2 - Tecnologias do P1+2 implantadas em Aracatu-BA entre 2012 e 2016	87
Tabela 3 - Perfil das escolas beneficiárias, Aracatu-BA - 2019	94
Tabela 4 - Rebanho dos animais criados no município de Aracatu em 2006 versus 2017....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Transferência de renda no município de Aracatu-BA no ano de 2018	65
Gráfico 2 - Idade dos beneficiários do P1MC e P1+2 no município de Aracatu-BA - 2019 ..	97
Gráfico 3 - Número de moradores em residências beneficiadas pelo P1MC e P1+2 no município de Aracatu-BA - 2019.....	98
Gráfico 4 - Tamanho das propriedades rurais das famílias beneficiárias, Aracatu-BA -2019	99
Gráfico 5 - Estabelecimentos Agropecuários no Brasil, Bahia e Aracatu por grupos de área - 2019	100
Gráfico 6 - Tipos de produtos agrícolas cultivados, Aracatu-BA - 2019.....	102
Gráfico 7 - Criação de animais pelas famílias beneficiadas, Aracatu-BA - 2019	104
Gráfico 8 - Composição da renda das famílias beneficiárias, Aracatu-BA - 2019.....	106
Gráfico 9 - Média salarial mensal bruta das famílias beneficiárias, Aracatu-BA - 2019	107
Gráfico 10 - Residências que possuem energia elétrica, Aracatu-BA - 2019	108
Gráfico 11 - Como os Beneficiários ficaram sabendo do P1MC e P1+2, Aracatu-BA - 2019	110
Gráfico 12 - Formas de abastecimento da cisterna no período de estiagem, Aracatu-BA - 2019	112
Gráfico 13 - Frequência que realiza a limpeza da infraestrutura da cisterna de consumo humano, Aracatu-BA - 2019	115
Gráfico 14 - Origem da água consumida pela família antes do P1MC, Aracatu-BA - 2019	116
Gráfico 15 - Destinação da água das tecnologias do P1+2, Aracatu-BA - 2019.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Articulação do Semiárido
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CCPSP	Centro Comunitário da Paróquia São Pedro
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEDASB	Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
Chesf	Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMMS	Creche Municipal Maria Sena
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EMFAP	Escola Municipal Francisco Alves Pereira
EMHRV	Escola Municipal Herculano Rodrigues Vieira
EMVN	Escola Municipal Vasco Neto
FBB	Fundação Banco do Brasil
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Gapa	Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos
GRH	Gerenciamento de Recursos Hídricos
GS	Garantia Safra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MME	Ministério de Minas e Energia
NIS	Número de Inscrição Social
ONG	Organização não Governamental
OSCs	Organizações da Sociedade Civil

Oscip	Organização da sociedade civil de interesse público
P1MC	Programa um Milhão de Cisternas
P1+2	Programa uma terra e duas águas
PBF	Programa Bolsa Família
PTDRSS	Plano Territorial de desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Promana Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMNSD	Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores
SSMA	Sistema Simplificado de Manejo da Água
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEDIR	Secretaria do Desenvolvimento e Integração regional
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TSB	Território de Identidade Sudoeste Baiano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O ESPAÇO RURAL	26
2.1 O espaço geográfico e o espaço rural.....	26
2.2 O espaço rural brasileiro e seus contextos sob o olhar da Geografia	36
2.3 Apontamentos sobre o desenvolvimento rural no Brasil	42
3 CONTEXTO E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	48
3.1 Políticas públicas e as dinâmicas espaciais.....	48
3.1.1 <i>Formulação e consolidação das políticas públicas no espaço rural</i>	<i>56</i>
3.2 O Semiárido no Nordeste brasileiro e as ruralidades do município de Aracatu-BA .	58
3.3 Políticas públicas de acesso à água no Semiárido Brasileiro	68
3.4 Participação social e políticas públicas: o papel das organizações da sociedade civil	71
3.4.1 <i>A atuação da Articulação do Semiárido (ASA) no espaço rural de Aracatu-BA</i>	<i>73</i>
3.4.1.1 <i>O papel social do Centro Comunitário da Paróquia São Pedro (CCPSP) no município de Aracatu-BA</i>	<i>75</i>
4 OS PROGRAMAS DE ACESSO À ÁGUA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ARACATU-BA.....	77
4.1 A implementação das políticas públicas de acesso à água em Aracatu-BA	77
4.1.1 <i>O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) no município de Aracatu-BA</i>	<i>80</i>
4.1.2 <i>O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) no município de Aracatu-BA</i>	<i>85</i>
4.1.3 <i>O Programa Cisterna nas Escolas no município de Aracatu-BA.....</i>	<i>91</i>
4.2 Perfil socioeconômico dos beneficiários do P1MC e P1+2 no município de Aracatu-BA	97
4.3 As transformações socioespaciais no município de Aracatu-BA por meio das políticas públicas de acesso à água	109
4.4 Permanências, avanços e perspectivas das políticas públicas de acesso à água no município de Aracatu-BA	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO P1MC E P1+2.....	135

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO PROGRAMA CISTERNA NAS ESCOLAS.....	138
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO P1MC	139
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO P1+2	140
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	141
APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O(A) DIRETOR(A) DE ESCOLA	142

1 INTRODUÇÃO

O espaço rural brasileiro passa por constantes transformações que podem interferir nas relações cotidianas e modulam o modo de vida dos sujeitos. Pensar o espaço rural para o desenvolvimento socioeconômico, de forma democrática, torna-se um desafio junto às correntes de forças e interesses que envolvem a dinâmica produtiva de cada região ou estado do Brasil. O estudo do espaço rural aliado ao papel de analisar os fenômenos, processos e as transformações presentes na ciência geográfica é um caminho essencial para entender as alterações que esse espaço vem sofrendo por meio da inserção das políticas públicas.

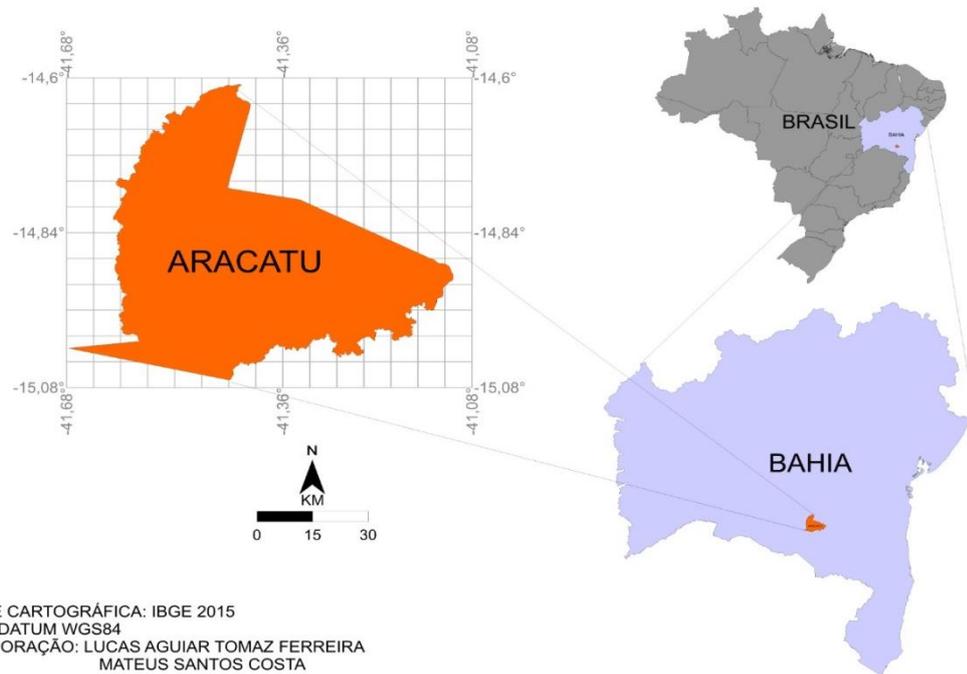
O desenvolvimento do espaço rural pode estar atrelado, entre outros fatores, às políticas públicas que emergem da necessidade de alterar determinada realidade ou situação; nesse sentido, propõe-se realizar uma discussão acerca dos desdobramentos das políticas públicas no espaço rural, bem como compreender seus reais motivos, interesses e consequências.

O Nordeste brasileiro sempre foi visto como sinônimo de região problema e essa definição aliada à condição climática existente na região semiárida propicia, entre outras consequências, a apropriação de recursos, principalmente hídricos, na época de estiagem. Historicamente, o Estado brasileiro investiu na construção de grandes obras hídricas como forma de “solucionar” ou amenizar o problema da falta de água na região, no entanto, a distribuição dessas infraestruturas, em benefícios particulares e/ou político-partidários, não permitiu o acesso da população residente no semiárido e a democratização do uso da água.

É fato que, nos últimos anos, políticas públicas destinadas a essa realidade têm sido uma alternativa de articulação e mobilização social com papel fundamental no contexto de inserção das tecnologias de captação de água da chuva, o que gerou novas perspectivas do acesso à água, de forma mais igualitária.

O presente texto dissertativo tem como objetivo compreender as demandas passadas e atuais da implementação de políticas públicas de acesso à água, bem como a análise das transformações socioespaciais fomentadas por estas políticas no município de Aracatu-BA (Mapa 1) e as possíveis interferências no desenvolvimento rural.

Mapa 1 - Localização do município de Aracatu-BA



Nesse aspecto, a investigação permeia o levantamento das políticas e programas inseridos no espaço rural do município nos últimos dez anos, haja vista que nessa temporalidade houve um processo de maior efetivação da inserção de políticas voltadas para o acesso à água. Faz parte da análise o processo de implementação das tecnologias de captação de água da chuva por meio do gerenciamento e execução das políticas, para compreender as configurações resultantes no espaço rural e a averiguação das possíveis carências existentes após a inserção das infraestruturas hídricas e, assim, verificar a presença de aspectos do desenvolvimento rural. Aracatu, segundo o Censo Agropecuário (2017), destaca-se como o município que mais possui cisternas dentre os que compõem o Território de Identidade Sudoeste Baiano (TSB).

Trata-se de um estudo que apresenta contribuições e dá visibilidade às pesquisas rurais, de modo especial no tocante às políticas públicas de acesso à água no nordeste brasileiro, por meio da leitura e análise da ciência Geográfica. Nesse sentido, cabe averiguar os meios de acesso à água que foram implantados por políticas públicas nos âmbitos federal, estaduais ou organizações da sociedade civil.

Têm-se como políticas públicas principais, nessa análise, a construção de tecnologias de convivência com o semiárido (cisternas) de captação de água da chuva para consumo humano, tomando por base o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), a implantação do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), com a aquisição de uma “segunda água” decorrente

de infraestruturas hídricas que armazenam água para a produção de alimentos, e do Programa Cisternas nas Escolas.

Visto que as recentes políticas exercem significativa influência na vida dos sujeitos que residem nos espaços rurais em que há irregularidade no regime de distribuição das chuvas, Alcantara e Costa (2010) acrescentam:

[...] é indispensável à reflexão sobre políticas e programas voltados para pequenos produtores rurais. Especialmente no semiárido nordestino, onde se concentra a maior carência de projetos com a finalidade de solucionar problemas relacionados ao homem-meio e ao enraizamento dessas comunidades no território, observando as contradições que permeiam a discussão sobre possíveis melhorias das condições de vida destes. (ALCANTARA; COSTA, 2010, p. 181)

A inserção de políticas no meio rural, direcionadas à captação de água da chuva, interfere diretamente nos problemas relacionados à falta d'água para o consumo humano, haja vista que o município de Aracatu-BA está alocado numa região com regime irregular de chuvas.

Este estudo apresenta aportes relevantes não só para o município estudado, bem como para a ciência, e em especial para a Geografia, uma vez que o estudo do espaço rural junto às políticas públicas permite diagnosticar os problemas sociais, assim como as práticas utilizadas, com vistas ao desenvolvimento rural, empregadas pelo Estado ou outras instituições demandadas pela sociedade rural.

Por conseguinte, analisar o acesso à água e as possibilidades que as infraestruturas hídricas podem gerar nas condições de vida das famílias e sujeitos beneficiários, sem dúvida, é extremamente importante, pois possibilita compreender não só como ocorre o acesso à água pela população, mas abordar a complexidade que envolve essa obtenção e as possíveis alterações ocasionadas.

Dessa forma, apresenta-se como problema norteador da pesquisa: por que as demandas por políticas públicas de acesso à água ainda são tão urgentes e importantes no espaço rural do Nordeste do Brasil? Como estas políticas interferem no desenvolvimento rural de Aracatu-BA? Quais as transformações socioespaciais fomentadas pelas políticas públicas de acesso à água no município de Aracatu-BA?

No decorrer do processo de desenvolvimento da pesquisa, na constante busca por atingir os seus objetivos propostos, foram adotados procedimentos metodológicos que auxiliaram no encaminhamento do estudo. Fez-se necessária a discussão da fundamentação teórica, pautada nas reflexões a respeito da produção do espaço geográfico, espaço rural, desenvolvimento rural, políticas públicas e a questão da água no semiárido brasileiro.

Para tanto, inicialmente, construiu-se um projeto de pesquisa, com a temática estudada esclarecida, bem como os instrumentos de pesquisa definidos (roteiro de entrevistas e questionários), que foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGeo/UESB) no seminário de pesquisa, e também submetido ao Comitê de Ética da mesma universidade pela Plataforma Brasil, o qual obteve aprovação (Número do Parecer: 3.424.757) para dar seguimento à pesquisa de campo, de acordo com os termos éticos e profissionais preestabelecidos.

O levantamento das informações secundárias, históricas e sociais deu-se por meio de bases como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos (SEI), Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) do Território Sudoeste Baiano (TSB), Articulação do Semiárido (ASA), Instituições públicas municipais, Organizações da sociedade civil, entre outros.

Também foi realizada a catalogação e identificação das comunidades rurais, associações de pequenos produtores rurais e escolas públicas municipais beneficiárias das políticas públicas hídricas implantadas no município de Aracatu nos últimos 10 anos. Esse procedimento foi necessário para o delineamento da pesquisa de campo.

Foram aplicados questionários com as famílias beneficiárias dessas tecnologias hídricas por meio dos programas citados: 100 questionários para os beneficiários do programa P1MC e 20 questionários para os beneficiários do P1+2. Essa quantidade de questionários foi estabelecida após o acesso aos dados documentais, antes solicitados às instituições competentes, e com base nas amostras espacializadas no território municipal estipulou-se uma proporção de 5% da quantidade total de beneficiários. Assim, foi possível, nos diversos pontos de Aracatu, constatar os fenômenos estudados. Os sujeitos-alvo foram mulheres e homens chefes de famílias que possuíam idade entre 18 e 70 anos.

O questionário é uma ferramenta que permite a coleta de informações de forma direta e viabiliza a interpretação e análise dos dados obtidos na representação de gráficos e mapas, de maneira mais didática.

A realização de entrevistas semiestruturadas foi direcionada a pessoas ligadas ao acompanhamento das políticas públicas, tais como coordenadores e agentes de organizações da sociedade civil. No município estudado, quatro escolas foram beneficiárias do Programa Cisterna nas Escolas. Assim, foi estabelecido que as entrevistas fossem destinadas aos quatro diretores das respectivas escolas e também ao Secretário de Educação, no objetivo de constatar as consequências resultantes do programa.

A entrevista, como instrumento metodológico da pesquisa, possibilita uma aproximação direta com os sujeitos, fornecendo informações relevantes captadas pelo olhar crítico, deixando de ser um diálogo neutro. Dessa forma, Neto (2004) esclarece:

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletivos. (CRUZ NETO, 2004, p. 57)

Sobre a adoção da entrevista como recurso para a pesquisa rural, Silva e Mendes (2013) assim afirmam:

Nos estudos rurais, a entrevista é uma técnica de investigação capaz de oferecer ao pesquisador as características peculiares de cada contexto, tanto no âmbito socioeconômico quanto no cultural. Por intermédio dela, é possível conhecer como as pessoas pensam e agem e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano. (SILVA; MENDES, 2013, p. 213)

A entrevista se destaca como um instrumento de coleta muito interessante, visto que proporciona uma visualização da realidade do sujeito baseada em sua própria fala que, apesar de ser subjetiva, possibilita também a análise da visão do entrevistado sobre o contexto social no qual está inserido.

Outro procedimento metodológico utilizado foi o registro fotográfico, por permitir a representação do espaço num tempo e materializar a observação de determinada realidade.

Por sua vez, o mapa é uma linguagem dinâmica que apresenta uma quantidade de informações em um recurso visual que facilita a interpretação, tornando didático e rápido o entendimento dos dados apresentados. Dessa maneira, utilizou-se esse recurso para mapear as comunidades rurais, associações de produtores rurais e escolas no município que participaram dessas políticas públicas nos últimos 10 anos por meio da coleta de pontos georreferenciados pelo Sistema de Posicionamento Global (GPS).

Os procedimentos metodológicos utilizados ofereceram elementos que possibilitaram o desenvolvimento da presente pesquisa e permitiram a análise e elaboração do texto dissertativo sobre as permanências e avanços das políticas públicas e programas de acesso à água no desenvolvimento rural do município de Aracatu-BA.

O texto está organizado em três seções principais, além da introdução, que dão corpo à pesquisa. Na segunda seção, discute-se a relevância da ciência geográfica e suas contribuições

na análise do espaço geográfico em diferentes momentos históricos e sociais. Nesse seguimento, esta ciência esteve pautada em várias matrizes de pensamento, categorias de análises e métodos de interpretação.

São realizadas considerações sobre abordagem geográfica nos estudos rurais no Brasil, tomando por base a relação entre esses estudos e as matrizes de pensamento que percorreram a ciência geográfica. Logo depois, as ponderações são feitas por meio dos apontamentos sobre o desenvolvimento rural no Brasil, o que traz reflexões sobre o desenvolvimento e como o mesmo ocorre no espaço rural.

Na terceira seção, expõem-se as discussões referentes ao contexto das políticas públicas para o Nordeste e, em especial, para o semiárido baiano, com recorte espacial do município de Aracatu. São realizadas argumentações sobre a dinâmica espacial das políticas públicas, um resgate histórico e geográfico do Nordeste e em escala menor o município de Aracatu com sua dinâmica rural e sua formação sociocultural, assim como das condições físicas da área de estudo.

A discussão das políticas públicas implementadas no Nordeste, em particular na região onde predomina o clima semiárido, remete a questões relacionadas à configuração política da região e a apropriação das condições climáticas como causalidade da pobreza e do atraso. Nesta direção, destaca-se a importância das políticas públicas de acesso à água, como produtoras de uma nova perspectiva aos nordestinos do semiárido e a relevância da participação social nesse processo político-social. Apresenta-se também um debate sobre as organizações da sociedade civil nos seus vários meios de atuação, bem como nas políticas públicas para o desenvolvimento rural, destacando, desse modo, a Articulação do Semiárido (ASA) e seus desdobramentos no município de Aracatu.

A quarta seção aprofunda a análise dos resultados da pesquisa, obtidos através da observação das transformações ocorridas no espaço rural do município de Aracatu no contexto do semiárido brasileiro por meio das políticas públicas de acesso à água. E ainda compreende como se deu a consolidação do PIMC, P1+2 e do Programa Cisterna nas Escolas no município. Essa averiguação mostra o processo de implantação dos programas no município de Aracatu e as interferências causadas nos espaços rurais.

Realizou-se, ainda, a análise do perfil socioeconômico dos beneficiários dos programas PIMC e P1+2, para o entendimento da realidade das comunidades rurais e dos beneficiários e sua relação com o meio rural, por meio dos aspectos sociais e econômicos presentes no cotidiano dos moradores.

Por conseguinte, foi feita uma leitura e análise da percepção dos beneficiários a respeito do processo de instalação dos programas, tendo em vista, no conjunto, o ponto de vista da comunidade escolar e das famílias, no sentido de verificar se o acesso à água alterou as condições de vida e se essa implantação produziu elementos positivos ou negativos, e assim perceber se, de fato, modificações no espaço rural do município de Aracatu-BA.

A produção da pesquisa gerou debates acerca das políticas públicas voltadas para o acesso à água e seus reflexos na produção do espaço rural de Aracatu-BA, além de constatar a importância do processo de gestão social na constituição das políticas e entender as contradições que cercam há tanto tempo o acesso à água pela população do espaço rural no Nordeste.

Após as análises, foi possível considerar que o espaço rural do município de Aracatu apresenta transformações ocasionadas pela inserção das cisternas de captação de água da chuva, o que modificou as condições da reprodução da vida dos beneficiários, tanto nas famílias como nas escolas. As referidas alterações podem ser averiguadas na redução das distâncias para obtenção da água, a água para produção e para o abastecimento escolar, consumo de água de boa qualidade, a democratização do acesso, entre outros elementos – o que modificou a dinâmica do espaço rural do município e promoveu aspectos do desenvolvimento rural.

Nesta quadra, merece destaque o papel das organizações da sociedade civil na inserção das políticas públicas, como também no processo formador que elas exerceram no município sobre a convivência com o semiárido, o que diferencia das formas de execução ou da falta de democratização do acesso a essas políticas, presentes no passado. A participação social e a manutenção das organizações, frente às nuances presentes na atualidade, encontram-se fragilizadas, o que torna ainda mais difícil e provocador pensar a continuação das políticas públicas para o espaço rural do semiárido.

Os resultados revelam que o desenvolvimento rural do município enfrenta desafios, pois ainda se verificam permanências, quiçá urgências nesse espaço, mas também perspectivas, não só nas políticas de acesso à água, mas em outras esferas, como, por exemplo, na agricultura familiar, em que uma possibilidade é a inovação e valorização das potencialidades existentes no espaço rural em questão.

Ademais, o interesse do pesquisador em investigar tal fenômeno foi além do cunho científico que permeia a ciência geográfica e a academia, pois o sentimento de pertencimento à realidade do espaço rural do município de Aracatu-BA alicerça fortemente a curiosidade em pesquisar as relações que permeiam o espaço geográfico em análise e que abre sugestão para

novas pesquisas que possam fortalecer as investigações do espaço rural nordestino e do Semiárido.

2 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O ESPAÇO RURAL

2.1 O espaço geográfico e o espaço rural

A categoria espaço permeia os estudos das ciências sociais e contribui para compreender os fenômenos da sociedade nos variados objetos de estudo. O espaço na Geografia é produzido por um intercâmbio de relações existentes na sociedade, influenciado pelo modo de produção vigente, o que promove um espaço não homogêneo e contraditório. Ele é construído por meio das interações com a natureza e está vinculado às configurações históricas percorridas até os dias atuais, pois, também, esta ciência é fruto de saberes antigos que antecedem inclusive o chamado desenvolvimento das sociedades.

O pensamento de Lefébvre se aproxima ao que compõe o objeto de estudo da Geografia, “o espaço (social) é um produto (social)” (LEFÉBVRE, [1974] 1992, p. 26). Desse modo, a natureza não é capaz de produzir, ela cria, mas o homem é quem produz, por intermédio do trabalho e de acordo com as necessidades e interesses. Sobre a produção do espaço, Lefébvre (1976) afirma:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção. (LEFÉBVRE, 1976, p. 34).

Portanto, ao indicar que o espaço é produzido socialmente, ele é considerado um produto social que emerge na temporalidade de uma realidade social e atravessa as relações e os conflitos existentes.

A Geografia, como ciência social, possui alguns conceitos-chave que permitem analisar a relação sociedade-natureza, são eles: espaço, lugar, paisagem, região e território (CORRÊA, 1995). Essas variáveis tornam a ciência geográfica capaz de compreender os fenômenos de determinada espacialidade e temporalidade. Ao longo da formação do pensamento geográfico, desde aproximadamente 1870, correntes de pensamento foram influenciadas pela necessidade de entender os acontecimentos de cada época. Nesse período, a Geografia é institucionalizada como disciplina.

A ciência geográfica, ao longo de sua história, esteve em momentos de discussões e análises sobre o seu objeto de estudo. Na atualidade, muitas contribuições concebem o espaço

geográfico como o objeto principal dessa ciência. Neste sentido, a Geografia pode também analisar os fenômenos, revelar as contradições das sociedades e o processo de construção dos espaços que são, muitas vezes, pautados em embates de interesses e poder.

É no século XIX que a Geografia passa pelo seu processo de sistematização, apresentado por seus precursores Humboldt e Ritter, que a conduziram juntamente com outros estudiosos da época sob uma forte tendência às determinações naturais.

Ainda no seu período clássico, a Geografia conhece duas correntes importantes para o seu desenvolvimento: a primeira, proposta por Friedrich Ratzel, denominada determinismo, em que o estudo geográfico era desenvolvido baseado na tese de que o homem seria produto do meio, ou seja, as condições naturais ditariam a organização da sociedade e as conquistas dos territórios; e a segunda contribuição, denominada possibilismo, com seu principal precursor o geógrafo Vidal de La Blache, que propunha uma análise geográfica baseada na transformação que o homem poderia exercer sobre o meio, em que a natureza não fosse totalmente determinante sobre as ações humanas, mas que oferecesse condições para elas.

O espaço, por sua vez, atual objeto da Geografia, e objeto de discussão deste trabalho, não tinha relevância na análise geográfica no período clássico, visto que a paisagem se tornara a categoria de maior importância nessa época. Embora o espaço não fosse explorado conceitualmente, Ratzel considerou o Espaço Vital:

O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade. (MORAES, 1990, p. 23)

Mesmo que a concepção de espaço abordada hoje seja diferente, essas primeiras contribuições foram importantes e essenciais na construção do pensamento geográfico. O espaço, nesse *locus*, seria a condição socioespacial e natural de um determinado território, o Estado exerceria o poder para consolidá-lo e conquistar outros. Assim, o espaço que constituía mais recursos estava mais aparelhado ao desenvolvimento e a dominação.

Ratzel e Hartshorne desenvolviam um certo debate sobre o espaço. Ratzel, com suas proposições deterministas, defendia que os espaços eram formados por tendências naturais; enquanto Hartshorne, sob uma visão voltada para a diferenciação dos espaços ou para validar suas características gerais e específicas, tinha a intenção de entender o seu espaço dentro de sua

singularidade numa perspectiva de que os fenômenos fossem intrínsecos na superfície terrestre, num mesmo caráter entre os elementos humanos e naturais.

Nesta corrente, também chamada de tradicional, há de se afirmar que a análise positivista serviu como base dessa concepção, restringindo-se aos aspectos visuais do real em que os fenômenos não precisariam ser analisados. Nessa perspectiva, Moraes (2007) aborda:

Assim, a unidade do pensamento geográfico tradicional adviria do fundamento comum tomado ao positivismo, manifesto numa postura geral, profundamente empirista e naturalista. Outra idéia, presente em todas as definições apresentadas, que imediatamente se vincula a este fundamento está traduzida na máxima: “a geografia é uma ciência de síntese”. (MORAES, 2007, p. 41)

Desse maneira, a empiria e a denominação da Geografia como ciência de síntese proporcionavam ao conhecimento humano a descrição dos fenômenos e a abstração da realidade.

Primordialmente, entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX, a Geografia Tradicional ou Clássica se estabeleceu principalmente pelo fato de se institucionalizar como disciplina nas universidades. Para Corrêa (1995), a Geografia Tradicional privilegiou os conceitos de paisagem e região e, em torno desses, discutiu-se o objeto da Geografia e a sua identidade no âmbito das ciências, mas o espaço, nesse período, não se firmava como um elemento-chave.

Em meados da década de 1950 e 1960, do século XX, a Geografia encontra-se em um processo de renovação, quando geógrafos da época começaram a questionar os métodos de análise existentes da matriz clássica proposta no século passado que já não eram suficientes para analisar a sociedade. Propõe-se, então, a chamada renovação da Geografia com a Geografia teórico-quantitativa, voltada para as análises matemáticas dos espaços, e posteriormente a Geografia Crítica propondo uma análise social do espaço. Para Moraes (2007),

A Geografia Pragmática alimenta o embate ideológico atual, ao nível de disciplina. Esta é empreendida por aquela vertente do movimento de renovação que se denomina Geografia Crítica. A polêmica entre as duas vertentes, reflete o antagonismo político existente na sociedade burguesa; manifesta a contradição de classe, na discussão de um campo específico do conhecimento. É assim um debate político, ao nível de ciência; uma luta ideológica, expressão da luta de classe, no plano do pensamento. (MORAES, 2007, p. 116)

Na corrente teórico-quantitativa ou pragmática adentra a ótica da substituição do trabalho empírico da geografia tradicional por uma nova configuração por meio da mensuração e quantificação dos dados, atribuindo um sentido matemático e exercendo, principalmente, a finalidade de moldar a realidade a serviço dos interesses do Estado.

Na metade do século XX, o mundo estava num momento em que acabara de sair de uma guerra e entrara numa outra, a Guerra Fria, e o sistema capitalista precisava se reestabelecer devido às crises passadas. Para tanto, eram necessárias bases técnicas e planejamento para orientar e desenvolver o sistema de produção em questão, e o conhecimento geográfico ganha relevância e se enquadra nos moldes matemáticos, servindo para a análise do espaço e agindo sobre a natureza para o fortalecimento dos investimentos do Estado.

A esse respeito, Moraes (2007, p. 117) afirma que a “Geografia Pragmática é um instrumento da dominação burguesa. Um aparato do Estado capitalista. Seus fundamentos, enquanto um saber de classe, estão indissolúvelmente ligados ao desenvolvimento do capitalismo monopolista”. Ou seja, nesse processo, o Estado usa do conhecimento geográfico para mascarar as contradições sociais e se aliar aos interesses neoliberais burgueses.

Na matriz do pensamento pragmático, o conceito de espaço aparece pela primeira vez na história, segundo Corrêa (1995), como conceito-chave da disciplina, e os conceitos de paisagem e região são reduzidos ao processo de classificação de unidades espaciais por meio de técnicas estatísticas, ao passo que os conceitos de território e o lugar não são significativos para essa matriz do conhecimento.

Corrêa (1995) expõe duas formas excludentes da derivação do espaço, a planície isotrópica e a representação matricial. A primeira admitiria a superfície, os dados geomorfológicos, clima, uso e ocupação do solo e ocupação humana, informações estas que influenciavam nas produções, circulação e consumo pautado na racionalidade econômica – redução dos custos e maximização dos lucros. O segundo grupo, o da representação, baseava-se na localização, orientação e distância, o que corrobora nos fluxos capitalistas e suas conexões. Estas abordagens apresentaram uma concepção limitada de espaço por consistir apenas nas lógicas operacionais de distância de idealização burguesa. Nesse contexto, havia a necessidade de pensar um novo modelo de Geografia, o qual pudesse aprofundar sua crítica à sociedade e não somente estreitar sua análise na compreensão da organização espacial.

A partir dos anos 1960 surgiram manifestações de geógrafos contrários aos métodos de análise da Geografia Tradicional e também da Geografia teórico-quantitativa, que esteve em seu auge na década de 1970 com o movimento da chamada Geografia Crítica, e estabeleceu o rompimento da neutralidade no estudo da ciência geográfica, propondo o engajamento e a

criticidade junto a toda a conjuntura social, econômica e política, em sobreposição aos posicionamentos teórico-quantitativos, que se engajavam em ideais de dominação geopolítica.

Visto que o modelo de geografia adotado anteriormente não dava conta de propor uma reflexão a respeito da análise social do espaço e suas dinâmicas, ganham forças as propostas da Geografia Crítica fundamentada por pensadores que propunham as análises geográficas como um mecanismo de libertação do homem, opondo-se à conjectura da Geografia Pragmática e da Geografia Tradicional, no propósito de estabelecer uma análise social, baseada, em grande parte, pela via do materialismo histórico-dialético.

Nesse panorama, a ciência geográfica esteve pautada em várias matrizes de pensamento, categorias de análises e métodos de interpretação, a saber, as matrizes foram: o determinismo e o possibilismo na geografia clássica e, posteriormente, com o movimento de renovação, a teórico-quantitativa e a crítica. As categorias de análise: Lugar, Paisagem, Espaço, Território e Região. Paralelo aos métodos de interpretação: hipotético-dedutivo, fenomenológico e o materialismo histórico-dialético.

Segundo Corrêa (1995), o espaço, nessa percepção, aproximou-se da dimensão marxista, entre eles Henri Lefévre, com a discussão do espaço social entendido como o vivido, em estreita correlação com a prática social.

Santos (2008) corrobora nessa discussão ao reconhecer que o espaço é produzido pela relação do homem com a natureza num período histórico, pois “[...] o espaço é analisável por intermédio da reconstituição da história de sua produção. Mas o processo de reprodução do qual o espaço participa assumido pela luta de classes criada pelo próprio processo produtivo” (SANTOS, 2008, p. 263). A realidade social é complexa e para entender essa heterogeneidade é necessário compreender o que a cerca e o que a faz, produzida de forma dialética.

A abordagem de Milton Santos, embora tenha aproximação com a de Lefévre, difere em algumas análises. O espaço, por meio do olhar geográfico, é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, M., 2002, p. 63). O autor propõe uma análise diferente da categoria espaço abordada por Lefévre: “No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos” (SANTOS, M. 1996, p. 65). Para Santos (1996) a natureza é a origem das coisas e o homem as transforma em objetos por meio da técnica, esta

evolui com base nos fenômenos humanos ao decorrer das civilizações e altera tanto a natureza quanto ao próprio homem, desse modo, o espaço geográfico é produzido.

Hoje, observa-se a produção dos espaços pelas relações sociais e com o meio pautada numa discussão da produção do espaço social, na análise da realidade e suas contradições. Os precursores foram essenciais para ajudar a esclarecer as relações de poder e dominação dentro da sociedade, pois a Geografia apresenta uma análise intrínseca à justiça social, com a repreensão das desigualdades socioespaciais. A categoria espaço firma-se como predominante no entendimento da relação sociedade-natureza, que, segundo Corrêa (1986), é concebido como *locus* da reprodução das relações sociais.

Santos (2008) ainda acrescenta:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, M., 2008, p. 153)

O espaço organizado pelo homem é uma estrutura subordinada-subordinante. Uma vez que é um processo de produção dos espaços pelas relações sociais, enquanto uma classe é alienada, outra se apropria dessa alienação como meio de acumulação e, por isso, é necessário discutir o espaço social e ver a sua produção como objeto. Essa concepção de espaço foi o que marcou notoriamente a Geografia Crítica no final do século XX e permanece no século XXI.

Assim, por conseguinte, o entendimento da ciência geográfica, desde a Geografia Clássica até o seu processo de renovação, em que procurou se estabelecer primeiramente quantitativa e posteriormente social, foi essencial para o debate que a geografia vive hoje, pois, para se ter o espaço como fundante nas relações humanas, foi necessário que grandes pensadores da ciência realizassem indagações sobre o que já estava posto na sociedade.

Moraes (1988, p. 15) destaca que: “esta produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície da terra, esta agregação de trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço”. A partir de então, concretiza a produção do espaço sustentado pelas relações humanas junto à natureza.

A necessidade de conhecer o espaço geográfico proporcionou não só a observação primordialmente da superfície da terra, mas também do modo de analisar e entender como o espaço é produzido pelo homem. A ciência geográfica possui um caráter questionador sobre a dinâmica do espaço para, assim, assessorar o planejamento das ações do homem sobre ele, ao considerar que esse espaço está em constante modificação.

Não obstante, Santos, D. (2002) aborda o espaço para além do discurso do objeto, ou de conjuntos de objetos fragmentados:

O que pensamos de espaço jamais poderá ser compreendido sem que se reflita sobre o movimento que ele cria, recria, nega e, pela superação, redefine a espacialidade dos próprios homens. Espaço e tempo, considerados aqui como as categorias básicas da ciência moderna, são na verdade redimensionadas na medida em que as sociedades se redimensionam. (SANTOS, D., 2002, p. 23)

O cotidiano humano é definido por traços coletivos construídos nas relações dos sujeitos sociais, marcadas por suas interações com o espaço, e essa produção do espaço se dá pelas ações, apropriações e interesses de determinadas classes sobre outras, seja nos denominados espaços urbanos ou rurais.

Destarte, o espaço apresenta diferentes características que levaram, ao longo do pensamento geográfico, a sua classificação em urbano e rural e, ainda que haja essa diferenciação, o rural e o urbano são interdependentes. É necessário considerar a relevância da relação campo/cidade, mas, neste estudo, tem sua área de análise no que se denomina espaço rural.

O espaço rural também sofre essas modificações e está sujeito à dominação, seja pela formação política e/ou econômica. Nesse contexto, merece atenção o Brasil, pois historicamente, pautado no modelo agrícola da concentração de terra e outros motivos, foi e ainda é o princípio da desigualdade econômica de grande parte dos que habitam nesse espaço. Os termos políticos-administrativos do Brasil definem urbano como toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1999), é considerada urbanizada toda área de vila ou de cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana, resultando em áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas a sua expansão.

Nesta classificação, o espaço rural corresponde àquilo que não é urbano, entretanto no território brasileiro, de dimensões continentais, tal definição pode ser questionada, visto que o processo de municipalização dos municípios, principalmente nas décadas de 1940 a 1980,

segundo o IBGE (2010), não considerou aspectos como a presença de equipamentos urbanos e outros, mas sim interesses políticos que promoveram a cidades áreas com dinâmicas rurais e, neste caso, vale citar Veiga (2002), para quem o Brasil não é tão urbano quanto parece.

Ao inserir no contexto em discussão os municípios do Território Sudoeste Baiano, entre eles Aracatu, Anagé, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cordeiros, Maetinga, Mirante, Tremedal, e outros, deve-se lembrar que foram criados nesse período e que fazem parte dessa configuração espacial.

Sobre as concepções do rural/urbano, Carlos (2003) informa que “urbano” e “rural”, estão longe de serem somente palavras, são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização no Brasil e principalmente nos municípios considerados pequenos.

O espaço rural compreende não apenas as relações neste meio, mas nos pequenos centros considerados rurais, torna-se fundamentais no regimento da organização da vida local, isto é, pela sua dinamicidade e relações cotidianas imbricadas na produção destes espaços (ABRAMOVAY, 2000). Alves e Vale (2013, p. 39) salientam que “nesses lugares o rural determina o ritmo de vida da população rural e urbana, além de manter as questões culturais e de identidade territorial presentes independente do grau de urbanização”, ou seja, a ruralidade presente faz parte da diversidade e modo de vida das populações residentes nesses municípios, a exemplo do município de Aracatu-BA. Abramovay (2000, p. 27) ainda destaca: “[...] o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das mais importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento”.

Ao propor a análise do rural, no presente trabalho, considerou-se que o espaço rural compreende bem mais do que uma definição diferente da cidade. Nele, as relações socioeconômicas são mais intrínsecas do que se pensa, o rural tem a sua identidade, sua funcionalidade e seu processo de produção e, por isso, tem suas especificidades assim como o urbano. Nesse sentido, Teixeira e Lages (1997, p. 14) argumentam que “[...] o rural se define, antes de tudo, por sua população ocupando e transformando um espaço, que se torna rural por usos diversos que não são unicamente agrícolas”. Isto é, o rural consiste numa construção social baseada nas relações humanas e natureza e não somente nas atividades agrícolas, o que remete à reflexão das relações do acesso e utilização dos recursos naturais, como a água que historicamente influenciou na fixação do homem.

Dessa forma, nas palavras de Aldo Solari (1979), citado por Siqueira e Osório (2001), à primeira vista a definição parece dada, ou seja, quando se fala sobre rural acredita-se que é algo bem definido. Entretanto, a definição de um conceito de rural suscitaria problemas complexos. As definições clássicas do conceito de rural partem de uma enumeração de vários aspectos da realidade que seriam indicadores da situação do local estudado.

Em sequência, Solari (1979) expõe que:

A base do conceito é a dimensão econômica, o rural se caracteriza por um determinado tipo de atividade: a produção de alimentos através da criação de plantas e de animais. A esta atividade econômica estão vinculados todos os outros traços que caracterizariam o rural, como a diferença ambiental, já que no rural o contato com a natureza é direto e constante, e a própria atividade econômica que lhe é peculiar é realizada ao ar livre. O meio rural seria também mais arreado à técnica, nas atividades rurais lida-se com organismos vivos e com as forças da natureza, que não podem ser inteiramente controlados. (SOLARI, 1979 apud SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 73)

Há uma série de fatores modificantes capazes de interferir na reprodução do espaço rural, como: a inserção de tecnologias de produção agrícola, o êxodo rural, adversidades climáticas, inserção de projetos desenvolvimentistas e outros. O rural pode se alterar constantemente, seja interno e externamente. “[...] trata-se dos efeitos das novas relações econômicas e políticas, dominantes em um mundo cada vez mais internacionalizado, sobre as formas de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural” (WANDERLEY, 2000, p. 196).

A respeito dos argumentos sobre as transformações no espaço rural, Lindner, Alves e Ferreira (2009) assim ressaltam:

A concepção tradicional do rural como o lugar do atraso e da rusticidade e do urbano como o lugar do progresso e da modernidade, não pode mais ser tida como absoluta. Tanto o rural como o urbano tem passado por grandes transformações que fazem com que estes espaços tenham características distintas dessa visão ultrapassada. (LINDNER; ALVES; FERREIRA, 2009, p. 02)

A idealização de que o meio rural é um espaço atrasado e que o urbano é um espaço evoluído cai por terra no momento em que se desmistifica o significado de crescimento e desenvolvimento, pois não adianta um espaço crescer quantitativamente sem que ele se desenvolva qualitativamente, como também é preciso considerar a relação de interdependência entre eles. Nesse sentido, não se pode afirmar que a cidade só cresce quantitativamente, mas que o rural se desenvolve num âmbito maior qualitativamente através, por exemplo, da inserção

de políticas públicas (energia elétrica, programas de fortalecimento a permanência no campo e outros), sendo a modernização da agricultura e a expansão dos meios de comunicação elementos que modificaram o cenário rural nos últimos tempos.

Ao observar as transformações ocorridas ao longo de décadas no Brasil, verifica-se que estas não fizeram do rural um lugar de formas e relações estacionadas no tempo. O espaço rural não é mais aquele interrompido do desenvolvimento, pois existe uma gama de estruturas agrárias e tecnológicas evocando formas de agricultura e técnicas mais modernas. Entretanto, esse espaço rural em questão é perceptível para todos que estão inseridos neste meio? Na visão de Teixeira e Lages (1997, p. 24), “[...] o espaço rural, mesmo próspero, faz parte dos mais fracos, na lógica da competição desenfreada do mercado, lógica competitiva marginalizadora que elimina estes mais fracos (seres humanos, empresas e espaços)”. Há de convir que grande parcela da população rural não tem acesso a esses meios tecnológicos avançados e fica, de certa forma, refém dos donos dos meios de produção, desencadeando, assim, relações desiguais no espaço rural.

No Brasil, país de dimensões territoriais extensas, o rural tem passado, ao longo do tempo, por alterações na sua dinâmica; vale chamar a atenção para a região Nordeste, no que se refere à modernização da agricultura e dos moldes de produção, o que vem alavancando interesses econômicos nesse espaço. Graziano (1999) e Alantejano (2000) discutem essas transformações em perspectivas diferentes relacionadas a essa temática. G. Silva (1999) argumenta:

[...] o rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas. (SILVA, 1999, p. 28)

Essa proposição revela um espaço rural concebido por uma nova perspectiva, ou seja, o rural dotado de condições para a instalação de novas atividades de desenvolvimento e sobrevivência, deixando de ser central apenas as atividades ligadas à agropecuária. O autor denomina esse processo como uma concepção do “novo rural”, o qual passa a se integrar através da modernização ao urbano.

O debate permeia as concepções de diversos autores e também aparece nos documentos governamentais e não governamentais, no entanto há contestações ao que se compreende por essa linha de entendimento quanto ao significado de “novo rural”. Alantejano (2000) indaga sobre essa questão:

O entendimento de que o mundo rural brasileiro passa por transformações radicais que estão conferindo a este uma nova fisionomia parece-nos um tanto exagerada. Seria incorreto dizer que não se verificam transformações importantes e significativas no campo brasileiro, mas o realce que lhes é dado, nos últimos tempos, atribuindo-lhes um sentido de novidade absoluta, não julgamos que corresponda exatamente à realidade (ALANTEJANO, 2000, p. 100).

Alantejano enfatiza que o país tem passado por transformações significativas no âmbito do espaço rural, principalmente com o processo de modernização da produção agrícola, porém é arriscado dizer que existe uma nova configuração no espaço rural brasileiro, visto que ainda existem dificuldades complexas a serem ultrapassadas, tais como: a pobreza que atinge grande parte da população, a concentração fundiária, acesso às técnicas, condições de trabalhos e a vulnerabilidade do pequeno produtor em relação à grande concorrência.

Hoje, o espaço rural brasileiro apresenta configurações mais fluidas e se adequa ao tempo rápido que emerge num processo de mundialização da agricultura, conforme assevera Oliveira (2016), mas, por outro lado, dentre os problemas supracitados alguns ainda permanecem no meio rural e devem ser entendidos como problemas sociais, o que demanda uma percepção da dimensão do espaço rural e a inclusão de perspectivas de atividades no campo, sejam agrícolas ou não agrícolas.

2.2 O espaço rural brasileiro e seus contextos sob o olhar da Geografia

Para compreender as configurações do espaço rural nos dias atuais, é necessário remeter ao processo histórico que permeou a estrutura agrária do Brasil e como se deu essa organização socioespacial. A ocupação agrícola no país foi marcada pelo colonialismo expressivo a partir dos séculos XVI e XVII que impôs um modelo exploratório da terra e de metais preciosos, período que marcou o crescimento mundial do capitalismo europeu, condicionados, aqui no Brasil, pela delimitação das terras em capitânicas hereditárias¹. Sampaio (2014) também complementa:

Nesse contexto, a ocupação e exploração de terras estavam condicionadas a interesses estratégicos, podendo ser produção monocultora ou, preferencialmente, extração mineral. Essa prática persistia à medida que

¹ Capitânicas hereditárias: foi a primeira divisão das terras brasileiras datada no ano de 1534, no período colonial, sob o comando da coroa portuguesa. O território da colônia foi dividido em 14 lotes, com faixas que iam do litoral até a linha do tratado de Tordesilhas.

surgiam ameaças de outros países ou houvesse necessidades de ampliação produtivas, sem deixar de priorizar a busca incessante por metais preciosos ou alguma matéria-prima específica. Assim, territórios indígenas foram dominados e ocupados, haja vista que a terra era destinada aos escolhidos pela coroa portuguesa, e, para aquele tempo, existia pouca gente para a quantidade de terra a ser explorada. (SAMPAIO, 2014, p. 14)

A expansão da prática monocultora e a exploração de minerais serviram de base para a consolidação do controle de terras pela coroa portuguesa no país, o que gerou o processo de concentração fundiária, presente até os dias atuais.

Só em 1850 há um marco no que diz respeito à demarcação e posse das terras no Brasil: foi criada a Lei de Terras que representou uma grande mudança na estrutura fundiária do Brasil, pois a propriedade da terra passou a ser firmada pela compra e não mais pela doação. Não houve uma democratização do acesso à terra, o que contribuiu para o processo de concentração. “A partir dessa lei, para ter posse da propriedade, seria obrigatório o título da compra. Esse fato não alterou sobremaneira as questões agrárias, pois só teria acesso à terra quem dispusesse de capital” (SAMPAIO, 2014, p. 15).

Nesse contexto, os proprietários de café, principalmente, na expectativa do esgotamento do trabalho escravo no fim do século, exerceram pressão sobre o governo imperial para que mediasse a vinda de imigrantes para o país e, desse modo, beneficiasse os colonos imigrantes que se propusessem a trabalhar nas lavouras de café. Essa manobra fez com que em 1891, somente três anos após a abolição da escravatura, o Brasil recebesse cerca de 215 mil pessoas oriundas de outros países com fixação em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas gerais, majoritariamente (SOUCHAUD; FUSCO, 2012).

No início do século XX, a forte dependência do mercado externo, tanto nas importações de manufaturados quanto na exportação do seu principal produto, foi o café. “[...] a década de 1920, para o Brasil, representa um processo de transição econômica e social, a partir do chamado modelo primário exportador [...]” (CANO, 2012, p 80). A concentração da terra e a não autossuficiência de abastecimento interno promoveu um estacionamento na economia, agravado pela crise de 1929 que marcou o cenário mundial pela recessão econômica por meio da superprodução, em especial dos Estados Unidos, e afetou outros países, como Brasil com seu recente modelo agroexportador de mercadorias.

O setor agrícola, depois desse período, passa por uma nova fase em que o Estado assume a estratégia desenvolvimentista no rural, onde as relações de mercado com a implantação da indústria implicaram, entre outros fatores, na produção de equipamentos, insumos para a agricultura e de maneira geral este setor passa a utilizar recursos técnicos que modificaram as

relações de trabalho e conseqüentemente as relações da própria sobrevivência e permanência dos pequenos produtores (SAMPAIO, 2014).

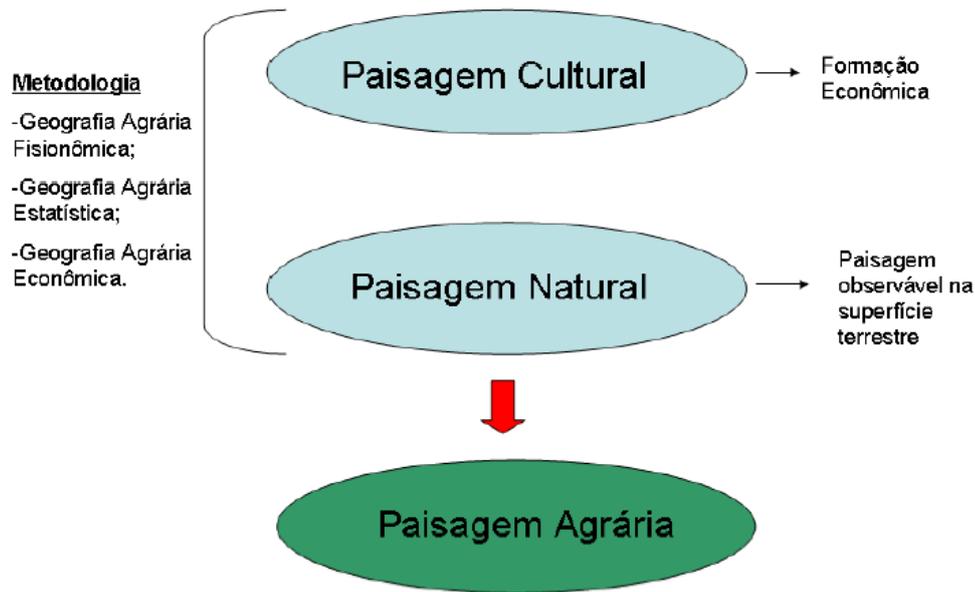
O chamado processo de modernização da agricultura pela Revolução Verde foi acelerado pela entrada de multinacionais do campo agrícola mundial, o que desestabilizou as configurações no campo e favoreceu o crescimento do capital externo em benefícios de corporações internacionais. Nesse contexto,

[...] a modernização da agricultura brasileira foi incentivada pelo Estado e fortalecida pela abertura para o comércio internacional, expansão dos programas de crédito e incentivos financeiros e fiscais. Enquanto na década de 1950 a preocupação era garantir o abastecimento interno, nas décadas de 1960 e 1970, durante o governo militar, o setor agrícola foi estimulado pelo Estado a produzir e ampliar suas infraestruturas sociais e econômicas: rodovias, portos, hidroelétricas, entre outras. (SAMPAIO, 2014, p. 23)

A expansão dos vetores de crescimento no período do governo militar contribuiu, essencialmente, para a interiorização dos fluxos no interior do Brasil, o que alimentou o sistema rodoviário e a amplificação do setor agrícola existente.

Ao relacionar com uma abordagem geográfica do rural, ao longo da história da ciência geográfica no Brasil, no período da Geografia clássica, os estudos foram fundamentados na categoria paisagem agrária influenciados pelo determinismo alemão, sendo resultado da paisagem natural e cultural e ainda não se tratava da ponderação do espaço geográfico. Segundo Alves e Ferreira (2009), um dos principais geógrafos que discutem sobre essa temática é Waibel, que em sua base metodológica aponta uma classificação das paisagens agrárias nesse período, ao considerar dados estatísticos, ecológicos e fisionômicos, elementos esses que determinam a paisagem agrária. Na Figura 1, a seguir, organizada por Alves e Maia (2009), está esquematizada essa observação.

Figura 1 - Concepção da categoria de análise Paisagem Agrária de Leo Waibel (2009)



Fonte: Alves e Maia (2009, p. 57).

Desse modo, a discussão pautada se alicerçava na categoria paisagem com participação dos sujeitos numa reflexão do rural, dando importância a esses estudos para a geografia rural. Waibel firmou essa relevância superando aquele determinismo ambiental que, além de analisar o paisagismo natural, propôs também a verificação cultural na produção da paisagem agrária na Geografia Agrária na concepção do uso do solo, nos tipos de cultivos e técnicas utilizadas dentro de uma perspectiva econômica.

As investigações pautadas na Geografia Clássica fundamentaram-se na observação e na descrição dos fatos geográficos que ocorriam na superfície da terra, abordando, segundo Marafon e Ribeiro (2014), os aspectos naturais, como o relevo e a hidrografia, em seguida, tratavam do povoamento e da evolução da paisagem, com ênfase na cobertura vegetal e no plantio.

Ao observar o processo de renovação, sustentado na quantificação, os estudos da geografia, no âmbito rural, eram respaldados na geografia agrícola, utilizando os dados estatísticos para dinamizar e entender a espacialização da agricultura e pecuária e, em seguida, compreender como estava organizado o espaço agrário no mundo.

Segundo Alves e Ferreira (2010), essa abordagem sistêmica teve vasta aceitação na geografia devido à explicação dos fenômenos da agropecuária em termos estatísticos e suas configurações no espaço rural. Com ênfase a esses estudos, Ferreira (2001) define:

[...] podem ser enquadrados em três categorias de análise: estudos econômicos, referentes à avaliação da produção e da comercialização de produtos agrícolas, examinados sob a forma de dados estatísticos; estudos ecológico-físicos nos quais há análise dos condicionantes físicos: forma do terreno, clima, tipos de solo, importantes para explicar a localização dos cultivos e o uso de recursos; estudos sobre as formas espaciais da agricultura, ou melhor, da paisagem, como resultado da ação humana. (FERREIRA, 2001, p. 47)

É evidenciado que os estudos geográficos agrários eram voltados para a análise principalmente da geografia física, dando enfoque aos processos físicos e naturais existentes na superfície da terra e também aos aspectos econômicos que permeavam o espaço rural. “O grande mérito desta fase pode ser destacado como a preocupação em tornar os estudos de Geografia Agrária mais rigorosos do ponto de vista científico [...]” (CERON; GIRARD, 2007, p. 8). Esse estágio da Geografia contribuiu com maior rigidez no que se refere aos estudos científicos agrários pelo fato de haver maior incidência de dados estatísticos da regionalização da agricultura (CERON; GIRARD, 2007).

Vale salientar, ainda, que nesse período havia um crescente processo de urbanização nas metrópoles do centro-sul do país preconizado pela industrialização, como também pela modernização da agricultura no campo e, conseqüentemente, desencadeou o crescimento do êxodo rural, em especial no Nordeste brasileiro.

Na matriz crítica do pensamento geográfico, a necessidade de embasar e avaliar as questões sociais tiveram relevância traçada no campo dialético focando em teorias marxistas, o que inspirou estudos agrários. Nessa perspectiva da Geografia Crítica, interpretando Corrêa (1986), significa uma relação dialética entre sociedade e natureza no campo da produção do espaço por meio de conflitos relacionados na ótica capitalista no campo, assim como a espacialização das desigualdades.

Segundo Alves e Ferreira (2010, p. 05), “principalmente referente à questão agrária, estrutura fundiária e campesinato”, bem como estudos dos movimentos sociais no campo, fizeram parte da discussão no Brasil. Ceron e Girard (2007), na perspectiva de análise do homem do campo, nesse período, ainda argumentam:

[...] a preocupação com o homem do campo e suas condições de vida, transcendendo assim a preocupação pura e simples com fatos importantes como produção, produtividade, sistemas de cultivo, estrutura fundiária, etc., porém desvinculados de suas implicações mais profundas quer com o próprio nível de vida do trabalhador rural, quer com o contexto geral da economia e sociedade. (CERON; GIRARD, 2007, p. 8-9)

Essa variante refere-se à diversidade de abordagens que a geografia agrária utiliza para mostrar a amplitude de como os estudos agrários tiveram grande expressividade no curso da ciência e esta diversidade pode ser compreendida pela heterogeneidade e velocidade das transformações no campo por meio das relações de vida dos que residem neste espaço.

No Quadro 1, adiante, Ferreira (2001) apresenta uma síntese da geografia agrária brasileira, enfatizando os estudos em cada período da trajetória da geografia agrária nacional. Essa síntese tem como objetivo avaliar e expor os estudos agrários utilizados nas variáveis do tempo histórico, escolas de pensamento e as características socioeconômicas existentes.

Quadro 1 - Periodização dos estudos agrários no Brasil (2001)

SÍNTESE DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA					
Designação	Período	Paradigma	Características teórico-metodológicas	Características socioeconômicas	Temáticas
Estudos não-geográficos	Séc. XVIII, XIX até 1934	_____	Inexistência de método científico	Hegemonia agrícola	Informação sobre diferentes áreas e culturas.
Geografia Agrária Clássica	1934 a meados dos anos 60	Diferenciação de áreas	Introdução do método científico sob influência francesa, descrição, interpretação, síntese, valorização do trabalho de campo.	Domínio da agricultura, Início da industrialização/urbanização.	Caracterização e distribuição de produtos agrícolas por áreas, colonização, habitat rural, paisagem rural.
Geografia Agrária quantitativa	Meados dos anos 60 a meados dos anos 70	Classificatório	Enfoque classificatório, utilização de modelos estatísticos e matemáticos.	Desenvolvimento urbano-industrial, introdução do processo de Modernização da Agricultura.	Estudos classificatórios, tipologia agrícola, caracterização social, funcional e econômica da agricultura, uso da terra, organização agrária.
Geografia Agrária Social	1975 a 1995	Interação e ação sobre o espaço	Enfoque pragmático, análise da agricultura.	Êxodo rural, constituição do CAI, capitalização e industrialização da agricultura.	Transformação do espaço rural, modernização da agricultura, relações de trabalho, desenvolvimento rural, desequilíbrios regionais, pequena produção, produção familiar, agroindústria.

Fonte: Ferreira (2001, p. 67).

Ao observar os estudos agrários no decorrer da evolução do pensamento geográfico, percebe-se que o estudo da paisagem rural fez parte da Geografia Clássica; na Geografia teórica-quantitativa predominou uma análise sistêmica dos dados estatísticos da espacialização agropecuária; por fim, a Geografia Crítica pautou-se nos estudos de luta pela terra, relações de trabalho e as transformações ocorridas no meio rural.

Constata-se que esse processo não ocorreu de forma homogênea, pois cada modo de análise apresentou singularidades em cada momento histórico, definido ou não, mas que contribuiu para a evolução da ciência geográfica, de modo que embasasse os estudos rurais no Brasil. Nesse aspecto, os estudos do espaço rural brasileiro fazem parte de análises econômicas, governamentais, acadêmicas e de movimentos sociais que buscam reflexões e apresentação de dados do espaço rural, em sua maioria estudos qualitativos.

Os estudos geográficos no espaço rural mostram a sua relevância e sua intensidade e conseguem abarcar, atualmente, não apenas as temáticas clássicas, mas é original englobar as temáticas emergentes, a exemplo das políticas públicas.

No sistema capitalista, o uso e distribuição de recursos serão sempre captados de forma desigual e, dessa forma, a população pobre tende a permanecer excluída do ciclo produtivo. Por sua vez, as iniciativas de promover o desenvolvimento rural tendem a ser ameaçadas sem a intervenção do Estado e podem ficar à deriva nos moldes de produção agroindustriais do capital. Para tanto,

[...] o fortalecimento em organizações coletivas poderia redimensionar tal situação, no sentido de uma maior articulação política que exigisse mais linhas de crédito para o campo, acesso a melhores infraestruturas, criação de empresas cooperadas, construção de agroindústrias, oferta de treinamento e formação para novos técnicos em agricultura. Nesse contexto seria possível sanar parte dos problemas existentes no campo e na cidade. (SAMPAIO, 2014, p. 35)

Nesta direção, o desenvolvimento rural tem sido um processo que desencadeia reflexões e que merece aprofundamento, em especial no que diz respeito às questões que delineiam as estratégias políticas na sociedade, no que se refere a alterações das condições de vida no espaço rural.

2.3 Apontamentos sobre o desenvolvimento rural no Brasil

O termo desenvolvimento pode ser considerado e conceituado de diversas formas e possibilidades. Nesse propósito, concorda-se com a explicação de Souza (1996, p. 5): “[...] desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável”. O cerne da questão aponta que esta definição teórica decorre da necessidade de solução, geralmente, de problemas sociais, ambientais e/ou econômicos, mas se tomar como base a prática, o real, o mensurável, há de se perceber um processo desigual e verificar também que as mudanças promovidas pelo “desenvolvimento” não são para todos.

São consideravelmente recentes as discussões acerca das estratégias políticas de desenvolvimento que, em meio às adversidades vigentes na sociedade, têm despertado preocupação relacionada, principalmente, com as condições de vida, problemas ambientais e econômicos advindos do modo de produção capitalista. Sen (2009) assegura que o desafio do desenvolvimento é a eliminação das carências que ainda persistem e a prevenção da miséria súbita e severa. Ainda segundo o autor supracitado, o desenvolvimento humano é primariamente um aliado dos mais pobres, mais do que dos ricos e abastados, e um país que assegura todos os cuidados de saúde e educação pode conseguir resultados notáveis em termos de duração e qualidade de vida de toda a população. Sen (2009) ainda aborda:

Nos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas da política pública na criação de oportunidades sociais tem importância crucial. Como já discutido, no passado dos atuais países ricos encontramos uma história notável de ação pública por educação, serviços de saúde, reformas agrárias etc. o amplo compartilhamento dessas oportunidades sociais possibilitou que o grosso da população participasse do processo de expansão econômica. (SEN, 2009, p. 170)

Nota-se que o desenvolvimento não está aliado somente aos aspectos econômicos, mas para o alcance deste é preciso sanar outras carências, como a saúde e a educação que permeiam a realidade não só do Brasil, mas do mundo inteiro. Desse modo, o crescimento econômico só será funcional se estiver acompanhado de programas e projetos que privilegiem a real melhoria das condições de vida da população.

Na discussão a respeito do desenvolvimento, há de se enquadrar o desenvolvimento rural, enquanto variante que modifica o espaço em questão. Mudanças estruturais compõem o âmbito socioeconômico das famílias rurais havendo uma complexidade no entendimento. O desenvolvimento rural é de complexa análise e não deve ser entendido como a “urbanização do campo”, mas por meio de um processo de melhoria das condições de trabalho e de vida das populações rurais, com a inserção de bens e serviços (econômicos, culturais, ambientais) para a manutenção desse desenvolvimento (DELGADO, 2010).

Teoricamente o desenvolvimento rural é entendido como o regulador ou uma espécie de formulador que assegura o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome, com conservação dos recursos naturais e usufruindo da capacidade produtiva dos ecossistemas. Nesse ângulo de compreensão, Souza (2010) define que:

O desenvolvimento rural torna-se assunto de difícil análise devido à complexidade teórico-conceitual que o cerca. Desta forma, a complexidade

teórico-conceitual desvincula o desenvolvimento rural das abordagens sociais. Suas concepções fundamentais sobre o espaço rural e sobre a dinâmica socioeconômica são absorvidas pela hegemonia da teoria produtivista. (SOUZA, 2010, p. 246)

Entende-se que o desenvolvimento rural, segundo o autor supracitado, está concomitantemente ligado ao desenvolvimento tecnológico na produção agrícola. Essa modernização produtiva faz parte de um processo dependente e não de projetos voltados para o desenvolvimento rural e que ao longo dos anos vem configurando tal ambiente. Em outra instância, para Carvalho, Costa e Brito (2014):

O termo desenvolvimento quase sempre refletiu a perspectiva de crescimento econômico. Todavia, nas últimas décadas, esse termo ganhou novas adequações e, para considerar um espaço desenvolvido, incorporam-se, além da economia, aspectos sociais e de qualidade de vida da população residente. Nessa condição aparece o desenvolvimento rural como perspectiva de qualidade de vida, de transformação social e econômica de uma sociedade em nível local, pois o rural coloca-se como um modo de vida e emerge como um espaço multifuncional a partir da introdução de novas possibilidades de geração de renda. (CARVALHO; COSTA; BRITO, 2014, p. 70)

As reflexões anteriores mostram que não basta ter crescimento econômico para haver desenvolvimento no espaço rural, mas que esse desenvolvimento seja voltado para as populações rurais, abrangendo os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, partindo do princípio de que o desenvolvimento rural tem a preocupação de melhorar e criar condições de vida nesse espaço.

O enfoque ambiental sustentável se insere no desenvolvimento rural, segundo Caporal e Costabeber (2001, p. 23), “como resposta aos resultados destrutivos de desenvolvimento e das tecnologias implementadas depois da segunda guerra mundial”. Essas mudanças, após esse período, ocorreram principalmente através da chamada Revolução Verde, que contribuiu para o crescimento econômico da agricultura mecanizada concentrada por fundiários dominantes, no discurso de produzir mais para acabar com a fome mundial.

No entanto, causou impactos negativos na expropriação da terra, na insustentabilidade e competitividade entre o pequeno e o grande produtor, na grande quantidade de insumos e fertilizantes químicos utilizados nas lavouras, visando apenas à produção quantitativa de larga escala.

Daí a necessidade de pensar um modelo de desenvolvimento que tratasse a questão do valor da terra como valor de uso, ao criar estratégias apontadas no contexto da sustentabilidade,

tendo em vista a interação homem e natureza, por meios de um convívio sem a agressão aos ecossistemas.

O desenvolvimento, especialmente o rural na sua interpretação tradicional baseada no pensamento liberal, indicaria uma produção tecnicista voltada para o crescimento econômico e, no caso do rural, da produção agrícola. No entanto, a partir da década de 1970, segundo Caporal e Costabeber (2001), esse modelo não sustentaria tal crescimento como solução das desigualdades, pelo contrário, contribuiu enormemente para a exclusão social das classes menos favorecidas que habitam esse espaço.

Apoiado nessa discussão, o desenvolvimento passa a discorrer sobre uma nova tendência, fundamentada num caráter mais social, pautada nos aspectos de exploração dos recursos e das relações homem-homem e homem-natureza, como forma ou elemento a ser analisado no contexto do debate sobre o desenvolvimento, como modelos de análise que levam em conta a condição de vida dos sujeitos do meio rural. Brose (2001) assim aponta:

Portanto, debater diversos aspectos ligados ao *desenvolvimento*, especificamente o desenvolvimento *regional*, se justifica na medida em que queremos os círculos viciosos que dão origem à pobreza, permitindo alcançar uma melhor qualidade de vida nas regiões enfocada nas nossas análises. Em especial, o nosso foco aqui é a melhoria da qualidade de vida para a população que vive no meio rural, ideia essa denominada de *desenvolvimento rural*. (BROSE, 2001, p. 11-12, destaques do autor)

Nesse contexto, o modelo de desenvolvimento que antes era conceituado e entendido não fornece respaldo para as argumentações que analisam as novas configurações relacionadas ao combate à pobreza, o empoderamento e a permanência do homem no campo.

Sen, um dos formuladores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado a partir de 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), propõe que para haver desenvolvimento é preciso abarcar os quatro aspectos humanos citados anteriormente e que haja um equilíbrio entre eles, não focando totalmente no econômico. Conforme Sen (2009, p. 28), “Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele”.

Parafraseando Amartya Sen (2009), o desenvolvimento deve ser compreendido como a condição para a liberdade, baseado na capacidade do ser humano e de sua participação como agente nos processos decisórios que influenciam no cotidiano e, ao trazer para a área rural, o camponês não deve se acuar às imposições, sejam elas físicas (natureza) ou econômicas, mas

sim ter opções de escolha para reproduzir, na condição de cidadão responsável pelo espaço em que vive, trabalha e participante das relações em que se insere.

No que diz respeito ao desenvolvimento rural, práticas governamentais são inseridas no campo, e visam criar melhorias nas condições de vida dessa população – essas práticas são chamadas de políticas públicas. As políticas públicas são resultantes das demandas da população e adentram no meio rural principalmente na forma de crédito rural. Vale lembrar que, inicialmente, antes da implementação das mesmas, deve ocorrer um estudo e planejamento para analisar a problemática existente e propor as medidas cabíveis para amenizar e/ou solucionar tal agravante, levando em consideração, também, as particularidades e potencialidades do lugar.

Do conjunto de estratégias recentemente elaboradas, tendo em vista o desenvolvimento rural, merece atenção a organização do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) competido pelo decreto nº 4.854 no dia 8 de outubro de 2013, um espaço de diálogo e articulação entre o governo federal e organizações da sociedade civil para pensar o desenvolvimento rural por meio das políticas públicas, especialmente as de reforma agrária e agricultura familiar. No entanto, o desmantelamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016, comprometeu a continuação do conselho, o que coibiu a extensão de novos programas e políticas para o desenvolvimento.

Vale destacar que o desenvolvimento rural não apresenta um resultado imediato, pois depende de muitos fatores que interferem no contexto de vida daqueles que vivem nesse meio, uma vez que cada região tem suas particularidades. Conforme Schneider (2004),

Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafo-climáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial. (SCHNEIDER, 2004, p. 98-99)

Trata-se de um processo contínuo a ser discutido, devido às transformações pelas quais esse espaço passa. Não obstante, Alcantara (2015) aborda que as políticas públicas são importantes no debate que permeia o espaço rural e o cotidiano dos agricultores familiares e torna-se um desafio a sua formulação para que faça parte do que se chama de desenvolvimento rural. Assim, as políticas públicas contribuem no desenvolvimento rural como possibilidade de transformar uma realidade.

Segundo Delgado (2010), é necessário resistir às tentativas de homogeneizar o espaço rural em suas várias dimensões, de modo que a nova visão sobre o rural e sobre o desenvolvimento rural seja realmente democrática em sua disposição de preservar, acomodar e consolidar esses diversos componentes da diversidade como patrimônio do meio rural brasileiro, para pensar, por meio dessa perspectiva, esse espaço como produtor não só de mercadorias, mas de valorização identitária de suas especificidades, a exemplo do semiárido nordestino.

As políticas públicas ganham destaque ao apresentarem possibilidades de melhorias no meio rural, nas esferas sociais, econômicas e/ou ambientais, o que modifica uma localidade desprovida de tal recurso. Daí a importância da mobilização social, a fim de ampliar a efetivação dos direitos à cidadania e acesso às políticas.

3 CONTEXTO E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Políticas públicas e as dinâmicas espaciais

A consolidação das políticas públicas no espaço e o processo de transformação socioespacial estão vinculados, também, às ações do Estado como elementos importantes que interferem diretamente na organização do território e conseqüentemente no direcionamento do planejamento e dos recursos para as intervenções nos referidos espaços.

Sobre essas nuances da importância do Estado, permeiam teorias com diferentes pontos de vista e corroboram na organização espacial como um instrumento de manipulação que visa à manutenção da propriedade privada ou como meio de preservar os interesses públicos. As concepções fazem parte de um debate teórico-prático e pensar e/ou definir sobre o Estado é uma tarefa difícil, já diria Bourdieu (2014) “quase impensável”.

Dessa maneira, a organização e o consentimento de um povo estão ligados à formação do Estado e a própria ordem social. Segundo Bourdieu (2014, p. 35), o “Estado é o que fundamenta a integração lógica e a integração moral do mundo social, e, por conseguinte, o consenso fundamental sobre o sentido do mundo social que é a condição mesma dos conflitos a propósito do mundo social”.

Essa organização é constituída e mantida por relações de poder que são impostas no desejo ao domínio e aos interesses, seja do governo ou de instâncias externas e/ou internas de cunho privado. Quanto ao povo, este compõe as massas sociais por meio das relações, com anseios de suas liberdades.

O Estado se concretiza em três elementos: o território, o povo e o poder. Esses pilares estruturantes servem como base do campo administrativo, abordado por Bourdieu (2014), que, por meio da posse do monopólio e da violência física, mantém o controle e o poder de forma legítima e simbólica.

Destarte, a estabilidade do Estado está estritamente ligada aos conflitos de interesses dos indivíduos que o compõem e o enfrentamento entre os grupos faz essencialmente a ação da política. Winter (2006) revela que a política é resultado da ação social a partir das divisões sociais e, desse modo, o Estado se submete à busca da constância entre as diferenças e anseios dos grupos em meio a uma sociedade contraditória.

O processo de globalização alicerçado pelo Estado, com a ampliação e produção capitalista dos espaços na expansão geográfica para novas regiões nas diferentes escalas,

corroborar para uma dinamicidade da organização espacial, muitas vezes contraditória (HARVEY, 2005). Nessa vertente, Santos (2004) disserta sobre a presença do Estado.

No mundo subdesenvolvido, a presença de Estado torna-se hoje cada vez mais necessária, devido ao agravamento simultaneamente crescente de contradições nas relações externas, ocasionadas pela crise do sistema e nas relações internas, frequentemente também críticas, herança das fases precedentes. Este fato é bem claro em países como a Índia, o Brasil, o México, sem falar da Argentina, do Irã e da Turquia. (SANTOS, 2004, p. 225)

Essa concepção torna-se válida nos países subdesenvolvidos onde a maior presença do Estado pode conceber políticas que atinjam com maior intensidade as carências sociais, essas consideradas heranças de contextos passados que se refletem até a atualidade do século XXI. Nessa direção, o Estado media, num mundo cada vez mais globalizado, sob e sobre forças externas e internas, a organização espacial. Daí a importância de pensar a construção de uma globalização mais humana, do acesso à técnica, de levar em conta as bases materiais existentes e o conhecimento produzido (SANTOS, 2003).

Bresser-Pereira (2010), por sua vez, informa que o Estado, em sociedades antigas, era considerado um instrumento de dominação pelas oligarquias e continua sendo um instrumento de dominação de uma sociedade liberal liderada pela classe burguesa, mas “[...] nas sociedades democráticas, apesar de não se poder descartar o conceito de classe dominante, o Estado é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação e da sociedade civil” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 117).

O Estado passou e passa por mudanças à medida em que o poder se renova pela política, para que as ações econômicas e sociais, numa sociedade democrática, sejam pautadas em um objetivo comum, o do povo, embora em um mundo capitalista isso requeira coalisão de interesses, pois “Os cidadãos não vivem isolados, eles são parte de subsistemas sociais, que são orientados por interesses” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 121). A sociedade é contraditória e está dividida em grupos sociais distintos, mas que possuem confluências: grupos étnicos, de gênero, de orientação sexual, dentre outros, no entanto as coalisões são feitas por outros tipos de grupos, os monopólios econômicos, estes, sem dúvida, atuam por meio do Estado no controle das ações, ainda que para isso uma classe dominante, que não se mantém sozinha no arbítrio, precise de outras classes para se manter no poder político.

Os acordos por meio do Estado estão acontecendo a todo tempo e as influências decorrentes disso afetam os territórios e os povos. Na tradição marxista, abordada por Bourdieu (2014), “o Estado não é um aparelho orientado para o bem comum, é um aparelho de coerção,

de manutenção da ordem pública, mas em proveito dos dominantes” (BOURDIEU, 2014, p. 36). Assim, são visíveis as críticas ao Estado, pois é um campo de poder e, seguindo essa lógica, estaria a serviço dos dominantes.

Destaca-se que as coerções do mercado financeiro expõem os estados-nação mais fragilizados, o que causa ainda mais desigualdades. No entanto, Piketti (2014) aborda uma outra concepção para a atuação do Estado numa posição social mais justa, embora não seja uma tarefa fácil, pois “O desenvolvimento de um Estado fiscal e social está intimamente ligado ao processo de construção de um Estado, simples assim” (PIKETTI, 2014, p. 610). Desse modo, a herança colonizadora que persiste nos países pobres impermeabiliza a perspectiva de construção daquilo que o autor chama de Estado fiscal e social.

É válido salientar que o período escravocrata contribuiu para o fortalecimento das oligarquias coronelistas existentes no Brasil, haja vista que as relações de trabalho se davam de forma exploratória e forçosa. A Lei de Terras de 1850 foi promulgada, certamente, não para qualquer camponês ou colono adquirir sua propriedade, mas para a manutenção da concentração apresentada naquele momento e que se reflete até hoje. Refere-se a essa Lei de terras e às legislações posteriores como acordos combinados entre os comerciantes e fazendeiros para que garantissem legalmente a continuidade do padrão de exploração da força de trabalho (MARTINS, 2010).

Nesta direção, o Estado manteve o poderio dessa elite agrária nas relações exploratórias ou quiçá a elite agrária esteve com domínio sobre o Estado. Todavia, o espaço rural, nessa época, fazia do país um importante impulsionador da economia agrária e com a abolição da escravatura e a instituição da república velha só reafirmara o controle monopolista do capital nacional no espaço agrário do país.

Segundo Sampaio (2014), a partir dos anos de 1930, no Brasil, o modelo produtivo do estado capitalista se reconfigura pelo fator da reestruturação urbana e produtiva que emergia nesta época, com estratégias desenvolvimentistas em decorrência das necessidades do processo de industrialização. A partir da década de 1950, incessantemente foram elaboradas políticas agrícolas para que, de fato, pudessem abastecer o mercado interno e financiar a industrialização.

Por sua vez, Piketti (2014) apresenta uma abordagem de redimensionamento das ações do Estado de modo que haja uma “redistribuição moderna e, em especial, o Estado social estabelecido nos países ricos ao longo do século XX foram construídos em torno de um conjunto de direitos sociais fundamentais: o direito à educação, à saúde e à aposentadoria” (PIKETTI, 2014, p. 600). Assim, cabe pensar novos arranjos que delineiem as ações do Estado por meio das aberturas democráticas que o Brasil possui nos dias de hoje e, embora seja difícil

competir com o capital monopolista, são necessárias medidas que visem às liberdades e a redução das desigualdades.

São graves os problemas e os limites gerados por uma sociedade regulada apenas pela lógica dos mercados econômicos, e os resultados desse modelo de sociedade são baseados simplesmente por rendas e lucros. É nessa perspectiva, que considera-se simultaneamente a eficiência por meio da liberdade dos mecanismos de mercado, de um lado, e a gravidade dos problemas de desigualdades de liberdade, do outro. Assim, no sistema econômico vigente, é preciso lidar com os problemas da desigualdade, da liberdade de acesso aos bens substanciais, de privações e pobreza; nesse contexto, a intervenção social, incluindo o custeio governamental, pode ter um papel fundamental. (NASCIMENTO, 2019, p. 31)

Diante das análises apresentadas, e com base em Piketti (2014), para o Estado do bem-estar social é imprescindível que haja uma interlocução entre a sociedade civil e o Estado, principalmente na formulação de políticas públicas sociais, na busca de solucionar problemas que impedem o desenvolvimento das populações.

Doravante, as políticas públicas serão discutidas para uma maior compreensão do papel que elas exercem em meio às problemáticas existentes no espaço e as complexidades na sua implantação. Aprofundar essas questões, embora não faça parte dos conceitos e categorias geográficos, são importantes, uma vez que o espaço geográfico é impactado por ações estatais e não estatais. Desse modo, Secchi (2012) define política publicada seguinte forma:

[...] é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos esta definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2012, p. 2)

Nesta direção, as políticas públicas emergem, em sua maioria, de um problema público, isto é, se possui uma adversidade em um lugar, região ou país que afete um grupo ou grupos, faz-se necessário pensar e implantar políticas públicas no intuito de sanar tal transtorno. As perspectivas das políticas públicas vão além das esferas governamentais, pois o governo com a sua estrutura administrativa – executivo, legislativo e judiciário – não é a única instituição capaz de promover ações voltadas para a comunidade (HEIDEMANN, 2009).

Como afirmado anteriormente, o problema público é que define se uma política é pública ou não, pois a intenção de responder a qualquer problemática pública trata-se de uma política. Assim descreve Medellín (2004):

[...] a recuperação do conceito de público reafirma a natureza pública das políticas públicas na medida em que permite especificar que o objeto das políticas está nos espaços de relacionamento que ocorrem entre a sociedade e o Estado. São as áreas de interação entre uma e outra que justificam a diferenciação entre políticas privadas, políticas estaduais e políticas públicas. (MEDELLÍN, 2004, p. 48)²

Para Secchi (2012), as políticas públicas podem ser originadas, em princípio, com a abordagem estatista e não estatista, a primeira é considerada estatista por ser concebida por atores políticos vinculados ao Estado: propostas encaminhadas pelos vereadores e deputados, por exemplo. Já a segunda, também classificada como multicêntrica, ao contrário da estatal, formula políticas públicas por meio de: organizações privadas, organizações não governamentais, concentrando nos sujeitos sociais o seu principal objetivo. Trata-se de propor políticas para interferir num problema público, independentemente da jurisdição que a instituição possui. Esta última concepção é parte central deste estudo, por se tratar de agentes não estatais que fazem parte das políticas públicas no semiárido brasileiro.

Esse posicionamento teórico possui algumas incoerências apontadas em relação ao ciclo das políticas públicas, como se fosse, em geral visão, algo positivo generalizado para todos os sujeitos sociais presentes no espaço. Nessa perspectiva, Fonseca (2013) discute:

Tal profusão de espaços em que é invocada, muitas vezes de forma distinta, faz dessa expressão algo com aparência “neutra” e “consensual”, pois supostamente voltada ao “bem público” e ao “bem-estar social”. Aparentemente ninguém discordaria de programas – das mais variadas ordens – cujos objetivos seriam minorar e/ou resolver problemas que afetam grande número de pessoas e, conseqüentemente, o país. (FONSECA, 2013, p. 403)

Ao indicar que as políticas públicas são voltadas para um bem público, esta definição pode estar atrelada a interesses de um grupo ou do próprio Estado na tentativa de encobrir outras ações como formas de sanar um problema público criado. Dessa forma, o autor destaca a necessidade de sair das armadilhas das políticas públicas consideradas consensuais presentes num discurso que se torna caro aos grupos sociais, pois as políticas são emergidas por

² Tradução nossa: [...] la recuperación del concepto de lo público reafirma la naturaleza pública de las políticas públicas en la medida que permite precisar que el objeto de las políticas está en los espacios de relación que se producen entre la sociedad y el Estado. Son esos terrenos de la interacción entre uno y otra los que justifican la diferenciación entre políticas privadas, políticas estatales y las políticas públicas.

intermédio de fatores que fogem da neutralidade e são direcionadas para as demandas de um ou mais grupos. (FONSECA, 2013).

Ainda sobre a lógica do pensamento de Secchi (2012), o problema público é a diferença entre a situação atual e a situação ideal possível de uma realidade pública, além disso os sujeitos inseridos nesse cotidiano precisam perceber tais questões. O autor elabora um modelo denominado ciclo das políticas públicas que representa as fases do diagnóstico, elaboração, implantação e pós-implantação das políticas, demonstrado na Figura 2, a seguir.

Figura 2 - Ciclo das políticas públicas com base em Secchi (2012)



Fonte: Adaptado pelo pesquisador com base em Secchi (2012).

A identificação do problema envolve a percepção, delimitação e avaliação. Segundo o autor, a percepção é subjetiva, mas, se uma situação pública chama a atenção de muitas pessoas, o transtorno já está identificado. É necessário também delimitar o problema de forma que possa identificar as causas, riscos, se é temporário ou sucessivo. Por fim, na avaliação, última fase da identificação do problema, é possível averiguar se o problema possui condições de ser solucionado e quais os riscos e consequências dessas intermediações. As organizações não governamentais, partidos políticos e agentes políticos são alguns dos atores responsáveis por estes encaminhamentos (SECCHI, 2012).

Neste contexto do entendimento das dinâmicas do espaço rural brasileiro, suas dificuldades em gerar alternativas na promoção do denominado desenvolvimento rural e de modo especial no espaço rural do Nordeste do Brasil, as políticas públicas como conceituadas na visão de Secchi (2012), tornam-se necessárias no cenário de convivência no meio rural nordestino, em consequência do processo de organização e de exploração dos recursos ou a

falta deles, a exemplo da problemática do acesso à água, o que compõe, dessa forma, a identificação do transtorno.

Do conjunto das etapas, a segunda fase do ciclo é a formação de agenda, essa como o agrupamento de problemas entendidos como relevantes que podem entrar ou sair dessas pautas a depender da intensidade de cobrança, pela mídia ou pelos cidadãos, por exemplo. Assim, ao correlacionar a demanda e a necessidade para a criação de ajustes de solução do problema, encontram-se nessa fase, especificamente, neste caso, a visão da escassez e/ou privação do acesso à água.

A formulação de alternativas, terceira fase do ciclo, engloba estudos minuciosos dos custos e benefícios, na elaboração dos métodos, programas e estratégias que poderão alcançar os objetivos. Os objetivos devem ser claros e concretos para que haja, no resultado final, a maior efetividade das políticas públicas. Ao situar como centro do debate o acesso à água por meio das políticas públicas emergidas pelos espaços sociais de organizações da sociedade civil, estas, articuladas tecnicamente, promovem o diálogo com o Estado ou outras instituições para o delineamento de determinadas políticas para o enfrentamento dos problemas já identificados.

A tomada de decisão é a fase que “representa o momento que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (SECCHI, 2012, p. 40). Essa fase pode ser compreendida de três formas: os tomadores de decisão que possuem os problemas e buscam soluções, aqueles que possuem as soluções e buscam os problemas para serem empreendidos com as suas propostas e que os tomadores de decisões vão ajustando os problemas às soluções e as soluções aos problemas (SECCHI, 2012). Nesta análise, o que mais se encaixa é a última forma designada, a qual tem-se um problema identificado no semiárido brasileiro e também são apresentadas as maneiras solutivas ou de amenização das adversidades da questão da água.

A demanda do Nordeste para a implantação de políticas públicas, frente ao quadro da desigualdade social e da pobreza fizeram com que as mais variadas áreas do conhecimento e instituições se debruçassem sobre a temática que até hoje é debatida, e o acesso à água é um fator primordial nessa argumentação, visto que é um propulsor da permanência das populações no espaço rural e seu desenvolvimento.

A implantação da política pública está relacionada à fase da execução, essa é uma etapa em que são estabelecidas as regras, rotinas e processos sociais liderados pelos atores que desempenham as ações, além de agir em possíveis conflitos de interesses da política. Esta e as próximas fases serão abordadas com maior veemência nas discussões dos resultados deste estudo, a fim de dialogar com o retorno dado pelos beneficiários das políticas públicas de acesso

à água em um município do semiárido baiano. A penúltima etapa do ciclo é a avaliação, assim descrita pelo estudioso:

A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de *feedback* sobre as fases antecedentes. (SECCHI, 2012, p. 49)

Com base em Secchi (2012), no processo de avaliação são elencados alguns critérios que norteiam esse estágio para que seja possível uma comparação espacial dos indicadores e para permitir a sensibilidade e percepção dos atores políticos sobre a política pública, no intuito de melhorá-la. Os principais critérios para a avaliação são:

- Economicidade: refere-se ao nível de utilização dos recursos.
- Eficiência econômica: trata-se da relação *inputs* (recursos utilizados) e *outputs* (produtividade).
- Eficiência administrativa: trata-se do seguimento de prescrições, ou seja, do nível de conformação da execução a métodos preestabelecidos.
- Eficácia: corresponde ao nível de alcance de metas ou objetivos preestabelecidos.
- Equidade: trata-se da homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.

Destarte, segundo o autor supracitado, existem critérios de avaliação que, ao serem postos lado a lado com a verificação da realidade, após a implantação das políticas pública de acesso à água, tornam-se de difícil análise, pois a dimensão e os contextos de inserção são diversos, mas é perceptível que houve parâmetros alinhados positivamente com o de Secchi (2012) e que serão retomados em análise posterior.

A última etapa do ciclo de políticas públicas, de acordo com Secchi (2012), é a extinção, em que são analisados os seguintes fatos: se a problemática que gerou a adoção de ações foi resolvida, se leis ou medidas adotadas foram ineficazes na resolução do problema ou, ainda, se não foi resolvido, mas a importância do obstáculo perdeu relevância na agenda governamental ou de outra instância.

Mediante as discussões elucidadas, é possível compreender o processo de gestão das políticas públicas desde o início da formulação. Todavia, esse estudo realiza um debate na área de políticas públicas destinadas para o espaço rural, em especial as que envolvem as

Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em parceria com o Estado, atuantes nesse processo que tenha seguimento para as ações de governança na discussão de base, junto aos destinatários das políticas.

3.1.1 Formulação e consolidação das políticas públicas no espaço rural

A Constituição Federal de 1988 é um marco importante para a elaboração e implantação de políticas públicas com uma maior participação social ou, pelo menos, assegura essa atuação nos espaços democráticos desde então. Assim, é verificado que, após essa referência, as políticas públicas tendem a ter uma voz mais ativa originada das demandas sociais, inclusive as do campo brasileiro no recente período.

Nesse contexto, a relevância da participação social recebe atenção e motivação após a referida Constituição, ao instituir diversos mecanismos e formas que promovessem a democrática participação, o que permite um maior grau de aderência social ao ciclo de gestão de políticas públicas e aumento da transparência administrativa e da eficácia da gestão pública. Nos últimos tempos, os atores sociais podem ser responsáveis pelo delineamento dessas políticas por meio da definição de linhas de ação adotadas para resolver uma ou mais questões existentes num lugar ou região.

Também houve a abertura para se comunicar as necessidades e pensar os problemas das regiões de forma descentralizada. Conforme já abordado, o Nordeste apresentou e apresenta demandas que têm sido o *locus* para pensar o desenvolvimento e a organização espacial da região. Mas, segundo Cássia (2015), nos anos de 1990, foi sistematizada no Brasil uma política pública de esfera federal voltada para o ordenamento territorial, pautada em eixos nacionais de integração e de desenvolvimento divididos nos setores: Desenvolvimento Social, Infraestrutura econômica, Informação e Conhecimento e Meio Ambiente. No entanto, de acordo com Cássia (2015):

A leitura dessa política esclarece que os maiores beneficiados foram os projetos de grandes investimentos; a visão articulada do planejamento regional foi totalmente descartada; as regiões com maior potencial foram reforçadas, não tendo sido criado qualquer estímulo que potencializasse a integração competitiva. (CÁSSIA, 2015, p. 24)

Essa formulação de política de desenvolvimento nacional mostra a pretensão de melhorar as condições sistêmicas das regiões dinâmicas e, no Nordeste, os setores contemplados findavam principalmente para o mercado internacional e áreas turísticas, fracassando, desse modo, essa estratégia de planejamento (CÁSSIA, 2015).

A adoção de políticas sem pensar nos sujeitos é um dos aspectos que causam a inviabilidade de políticas públicas; ao tratar do Nordeste, verificam-se, no período supracitado, estratégias de desenvolvimento pautado nas propensões do mercado. Percebe-se que os interesses que envolvem a produção e execução das políticas públicas são mais complexos do que se imagina, visto que os gestores públicos dessas políticas nem sempre estão de acordo com os pressupostos do objetivo da política, que é proporcionar um benefício para uma realidade que carece do mesmo, de forma democratizada.

Para além disso, a organização social frágil, herança de um processo centralizador do Estado brasileiro (ARAÚJO, 2000), apresentou políticas públicas não eficazes, encontrando, até hoje, dificuldades na gestão de políticas, haja vista a sociedade, de modo geral, que não estava habituada a participar. Num outro aspecto, o espaço rural se insere nesse contexto, como abordam Grisa e Schneider (2015):

Neste período recente que compreende as três últimas décadas, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação social foram criados, novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural. (GRISA; SHNEIDER, 2015, p. 20)

Em meio à diversidade do espaço rural brasileiro, uma vez que uma significativa parcela da população ocupa e trabalha nesse espaço e esse trabalho tem sido responsável, em grande parte, pelo abastecimento e manutenção da alimentação do país, é válido que hajam políticas públicas no e para o espaço rural.

Grisa e Schneider (2015) analisam que as políticas públicas, conjunturas sociais, políticas e econômicas possibilitaram novas configurações no desenvolvimento do espaço rural brasileiro. Trata-se de uma análise das políticas públicas visando à agricultura familiar no país, que perpassa três gerações: a “primeira geração teve viés agrícola e agrário, e o segundo esteve direcionado para políticas sociais e assistenciais, a terceira geração se orientaria pela construção de novos mercados orientados pela segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade ambiental” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 10).

Entende-se que a “primeira geração” de políticas foi predominantemente de orientação do Estado em meio a uma conjuntura de mudança político-econômica liberal, mas com a presença de forças sindicais e movimentos sociais que passaram, após o período ditatorial, a ter

uma capilaridade maior e fortalecer as políticas públicas de reforma agrária e para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)³.

A “segunda geração” baseou-se nas políticas sociais de cunho assistencial, com os governos neoliberais em meados da década de 1990, iniciando programas de combate à pobreza e a miséria, como o Programa Bolsa Família (PBF). Posteriormente, os autores consideram uma “terceira geração” de políticas públicas, à qual vinculam a estruturação de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Dentro dessa compreensão, as estratégias de combate à pobreza devem acompanhar e analisar, segundo Araújo (2000), as causas da pobreza no Brasil e no Nordeste, pois existem diversos fatores que ainda contribuem para os índices de situação de pobreza. Assim, é válido ressaltar que a manutenção e permanências de problemas antigos devem compor o gerenciamento de novas políticas, para que, de forma descentralizada, cheguem aos agricultores familiares e supram suas necessidades, inclusive a de água no semiárido.

Por conseguinte, as políticas devem apresentar um papel não só de transformação econômica no espaço em que está inserida, mas sim para aqueles que têm o direito a elas, a fim de que possam se inserir no meio social. Para tanto, é necessário não apenas ser beneficiário de uma política pública, mas também construir um espaço de participação que ainda não se concretizou.

Esse espaço de diálogo para a produção do conhecimento não acontece com todas as políticas e mesmo sem essa participação efetiva muitas são implementadas sem ter um acompanhamento técnico junto à população, independentemente de como essas pessoas se estabelecem no seu circuito de produção e meio de vida.

3.2 O Semiárido no Nordeste brasileiro e as ruralidades do município de Aracatu-BA

O Nordeste brasileiro sempre foi visto como sinônimo de região problema, pois desde o período colonial a concentração de terras, a exploração dos recursos naturais, o processo de exclusão dos mais pobres e conseqüentemente a desigualdade de distribuição da renda influenciaram para essa visão enganadora, bem como o processo migratório para o centro-sul do Brasil no século XX.

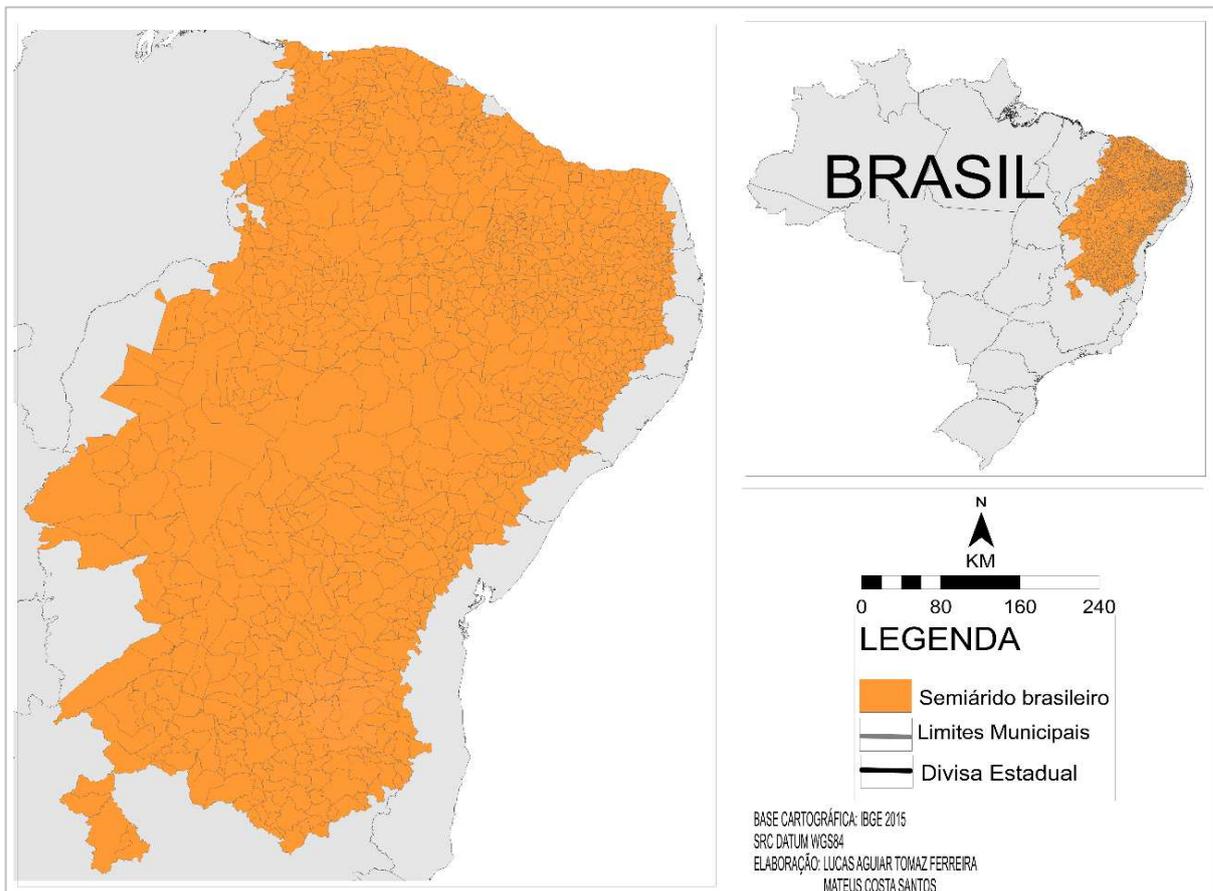
³ É um Programa Federal criado em 1996 que possui o objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelos Agricultores Familiares por meio de financiamentos ligados à ações e serviços agropecuários e não agropecuários.

Devido às condições socioeconômicas e naturais, na maioria das vezes, a população não poderia se estabelecer na região, o que de tal modo construiu uma ideologia do Nordeste pobre, atrasado e sem a capacidade de se desenvolver e conviver com os percalços principalmente naturais enfrentados pela região. Isso ocorre pelo modelo de produção instaurado na região em que a modernização da agricultura e outros setores produtivos são de domínio restrito, e contribuiu para a sustentação do que Araújo (2000) denomina “velhas estruturas”.

De acordo com a classificação do IBGE, a região Nordeste é a que mais compreende estados do Brasil, ao todo são nove e com uma área de 1.554.291 km², o que corresponde a 18% do território nacional (Mapa 2). Dessa área territorial, cerca de 841.260,9 km² abrangem o Semiárido, totalizando 62% da mencionada região. Vale ressaltar que parte do norte do estado de Minas Gerais também faz parte da área de abrangência do referido clima.

Segundo dados do IBGE (2011), em 2010 a região Nordeste contava com uma população de 53 milhões de habitantes e a denominada Região Semiárida contava com aproximadamente 25 milhões de habitantes residentes em condições ambientais do clima semiárido.

Mapa 2 - Área de abrangência do clima Semiárido - 2019



Fonte: Ferreira e Santos (2019).

Desde o período colonial, ou antes disso, o fator climático tem promovido condições, sejam elas físicas e/ou sociais, para a permanência ou não dos nordestinos na terra de origem, o que levou parte da população à migração. Neste aspecto, Andrade (2005) aborda:

No Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural. Daí distingue-se desde o tempo colonial a “Zona da Mata”, com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca –, do sertão, também quente, porém, seco, e não só seco, como sujeito, desde a época colonial, a secas periódicas que matam a vegetação, destroem os animais e forçam os homens à migração. (ANDRADE, 2005, p. 37)

Nas áreas de clima semiárido, onde ocorre com maior intensidade o fenômeno da seca, as políticas públicas podem amenizar as dificuldades causadas pela irregularidade e baixo volume de chuvas. Porém, o uso dessas políticas como uma “indústria” para beneficiamento eleitoral ou particular pode se tornar um ciclo vicioso de apropriação dos recursos, principalmente hídricos, culpabilizando somente os fatores naturais da pluviosidade na presença da miséria e pobreza de significativa parte da população.

Ao realizar um resgate das estruturas outrora consolidadas no semiárido baiano, verifica-se a expansão dos latifúndios de gado desde o período das sesmarias com Garcia D’Ávila e seus descendentes, com grandes extensões de terras que adentravam no sertão baiano (ANDRADE, 2005). A criação do gado, avançada de modo extensivo, gerou conflitos com indígenas caatingueiros e a instalação de currais, principalmente nas áreas mais frescas com terras férteis e a presença de água. O mesmo autor aborda que no século XVIII “[...] os currais baianos estendiam-se pela margem direita do Rio São Francisco e pelas ribeiras do Rio das Velhas (hoje território mineiro), da Rãs, Verde, Paramirim, Jacuípe, Itapicuru, Real, Vasa-Barris e Sergipe, possuindo perto de 500 mil cabeças de gado” (ANDRADE, 2005, p. 186).

A criação de gado bovino permanece até hoje, no século XXI, embora tenha diminuído a concentração dos latifúndios desde as sesmarias; outros conflitos aconteceram por meio da criação extensiva, em especial, com os fundos de pastos no século passado. Sobre essa maneira de criação, Ehle discute:

O fundo de pasto é uma forma, tipicamente nordestina, de administrar o semi-árido. Grupos, interligados por laço de sangue ou de compadrio, formam pequenas comunidades espalhadas pela caatinga. Cada grupo tem, como atividade principal, a criação de animais de pequeno porte (bode e ovelha) e algum gado mestiço. Os animais são pastoreados em regime extensivo ou solto. As áreas de pasto não são cercadas, deixando os animais livres para

buscar comida e água a distâncias relativamente grandes. As áreas de pasto são coletivas. Todas as usam, mas ninguém pode se apropriar destas áreas nem das fontes de água. Cada família mantém seus próprios animais marcados por cortes de orelha, e todos zelam pelo desenvolvimento do rebanho, pelas aguadas e instalações comuns. (EHLE, 1997, p. 11)

Essa prática, comum até o século passado, foi, aos poucos, sucumbida, mas é interessante para entender como está posto o espaço rural do semiárido, hoje, em especial para a realidade em estudo. No município de Aracatu-BA, esse modelo até o fim do século XX era bastante comum, onde

[...] a criação de ovelha, cabra e gado era tudo solto e foi ino até que vei a lei em que todo mundo criava preso, cada qual no seu e por aí foi tocando e hoje não pode soltar. Cabou a criação de cabra. Alguns ainda conseguiu fazer as cercas e criar a criação miúda, mais aí não aguentou porque era pequena a área. (ENTREVISTA, 2019)⁴

Seja por estratégias de controle fundiário ou por meio de conflitos gerados entre as próprias pessoas das comunidades rurais, é fato que as configurações mudaram em relação à sobrevivência da população no espaço rural desde então e a continuação de animais neste sistema. “Pegou uma lei aí pra todo mundo fazer uma cerca e criar preso, lei de quatro fio de arame pra os animal grande e se quisesse criar criação miúda fazia o giro cercado de arame com quiabento⁵” (ENTREVISTA, 2019)⁶. A citada Lei dos 4 Fios, difundida na década de 1980, baseada nos interesses de fazendeiros de vários municípios do semiárido, que obriga o uso de cercas para reter o gado de maior porte para não prejudicar as lavouras. No entanto, os animais menores, como ovelhas, cabras e porcos, adentravam pelas cercas e causavam danos às plantações, desse modo gerava-se conflitos entre vizinhos, controle da propriedade privada e da concentração da terra (EHLE, 1997).

Se há o controle da terra, também há o controle da água. O cotidiano dos moradores do espaço rural do município de Aracatu-BA em busca da água no passado deu-se de maneira difícil, pois o acesso ocorreu por meio de “caldeirão que a gente fazia no lajedo, oi d’água e minação em riacho, principalmente na seca, era as única fonte de água que existia, pois as lagoa rapidamente secava” (ENTREVISTA, 2019)⁷. Nesse aspecto, não havia meios para grande massa da população inovar, a fim de sobressair e permanecer neste espaço com maior facilidade.

⁴ Conversa informal com antigo morador do espaço rural do município de Aracatu, 2019.

⁵ É uma árvore da família das cactáceas (*Pereskia Zehntneri*), com espinhos e utilizada como cerca viva.

⁶ Conversa informal com antigo morador do espaço rural do município de Aracatu, 2019)

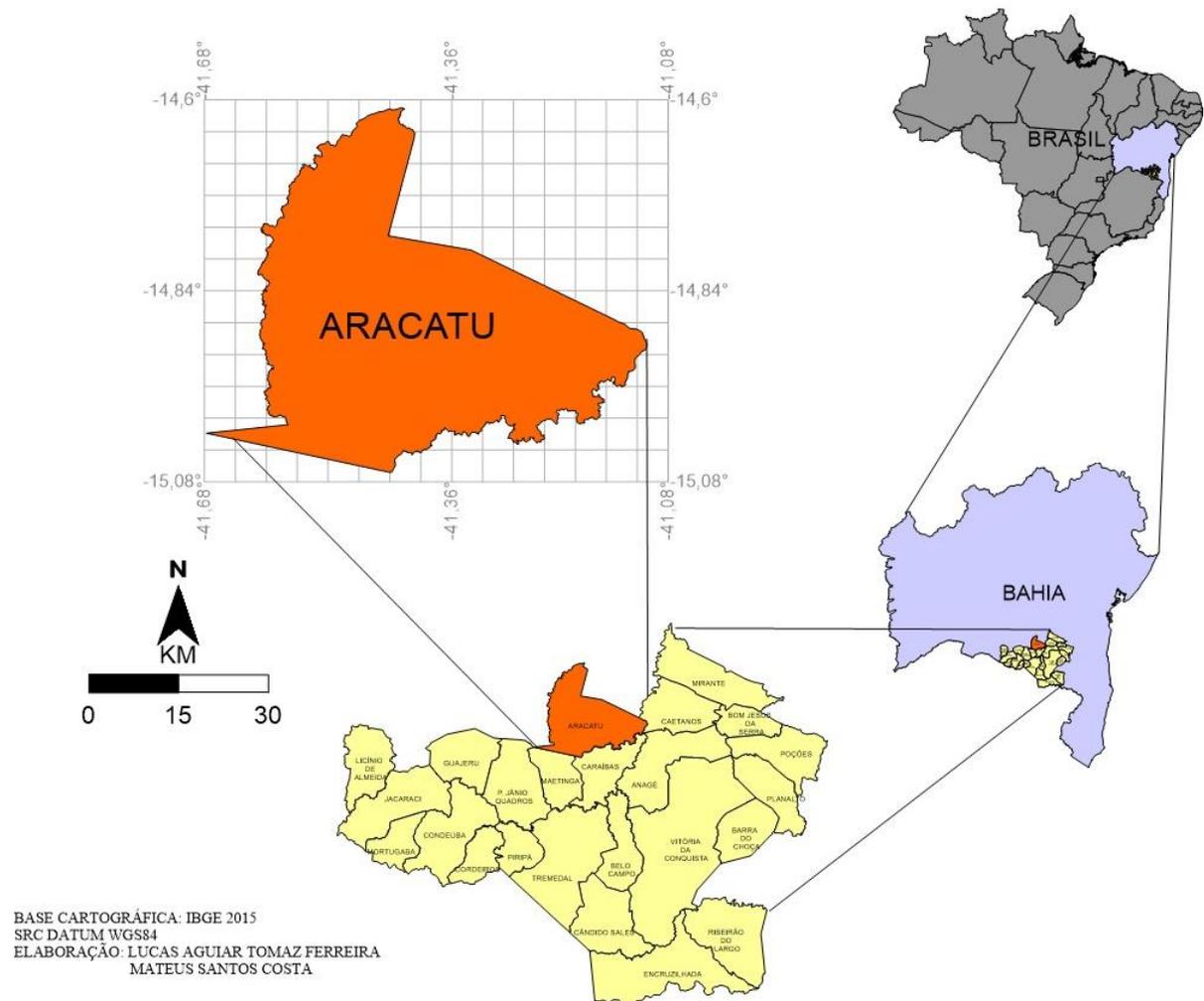
⁷ Conversa informal com antigo morador do espaço rural do município de Aracatu, 2019)

É válido ressaltar que essa realidade se confunde com a de muitos outros municípios do Semiárido, pois, apesar das transformações social e histórica de cada espaço ou lugar serem diferentes, as condições naturais, as relações de poder e as disparidades socioeconômicas, entre outras características, não são longínquas.

Todo esse contexto geográfico e histórico do semiárido nordestino aponta a configuração de um espaço rural marcado pelos desafios na construção das relações homem e natureza na reprodução da vida. Consequentemente, isso é mais evidente na linha do desenvolvimento rural e, nesta quadra, Aracatu, perfeitamente, revela esta realidade no seu espaço, como mencionado anteriormente, visto que há registros de experiências que são resultantes das necessidades somadas às condições de articulação política e presença de organizações não governamentais.

Aracatu é um município do estado da Bahia emancipado em 1962, com uma extensão territorial de 1.489, 804 km², faz limites com Tanhaçu a Norte, Caetanos a Oeste, Caraíbas e Maetinga ao Sul e Brumado ao Noroeste. A população é de 13.743 segundo o IBGE em 2010. A população está organizada em 3.938 na zona urbana e 9.805 na zona rural, resultando numa densidade populacional de 9.22 hab/km² e IDH de 0.581. O município de Aracatu, além de pertencer à Mesorregião do Centro Sul-Baiano e Microrregião de Brumado, é regionalizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) como integrante do Território de Identidade do Sudoeste Baiano. Conforme o Mapa 3, adiante:

Mapa 3 - Localização do Município de Aracatu no Território Sudoeste Baiano (TSB) - 2019



Fonte: Ferreira e Santos (2019).

A instalação do município de Aracatu ocorreu por longo processo de povoamento. Por volta do século XIX surgia no território do município de Brumado, um povoado que viria se tornar, mais tarde, a cidade Aracatu (CORRÊIA, 2006). No local havia uma grande lagoa e notória quantidade da árvore Gameleira, pertencente à Família Morácea e do gênero *Ficus*. Então aquele reservatório ficou conhecido na região como Lagoa da Gameleira. Residiam tribos indígenas ao redor da lagoa, estas foram expulsas pela família Machado, de ascendência portuguesa, a qual fez morada, e o nome do lugarejo ficara conhecido como Gameleira dos Machados. Ali, juntamente com outros fazendeiros, construíram uma capela de padroeiro São Pedro.

Em 1933 o Povoado foi elevado à categoria de distrito, e o nome dessa localidade passou a se chamar Aracatu. Esse topônimo originou-se da língua Tupi Guarani: “ara-katu” que significa “bons ares”. Essa mudança ocorreu em razão do clima suave da região, área bem

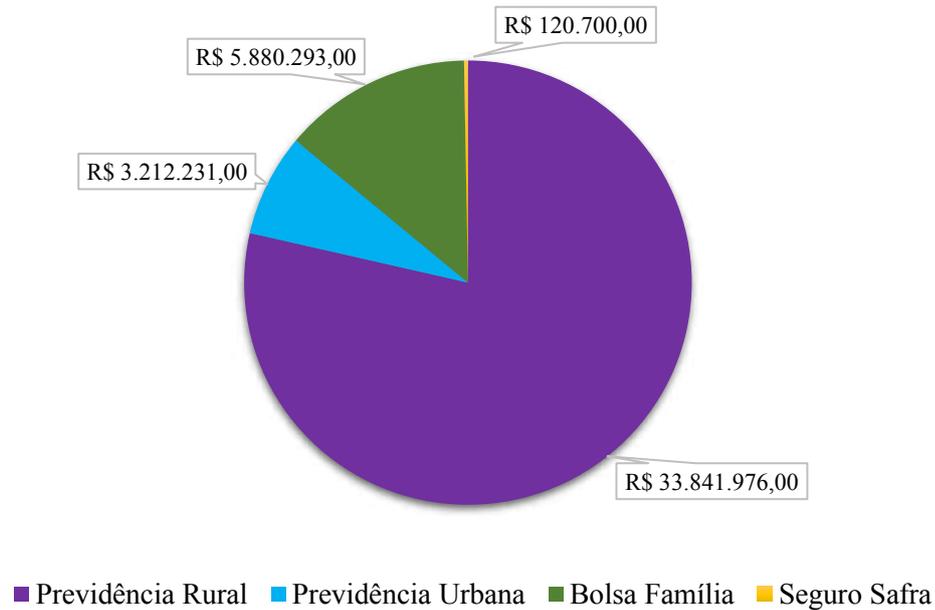
ventilada e horizonte panorâmico (SANTOS et al., 2014). Em 1962, o município se desmembra de Brumado através da lei número 1708, de 12 de julho de 1962, assinada pelo então governador Juracy Magalhães e pelo presidente da república João Goulart.

A constituição da população do município de Aracatu, especificamente, segundo Corrêia (2006), teve seu início em famílias de origem europeias, principalmente espanholas, portuguesas e italianas, além, logicamente, dos povos africanos e indígenas, na formação da população aracatuense. Há no município áreas que apresentam grande proporção de descendentes dessas etnias, como é o caso da Serra Negra e do Milagre, com maior concentração de afrodescendentes ou, por exemplo, as regiões de Piabanha, Mirante, Mergulhão, entre outras, que apresentam predominância étnica branca. A maioria da população habitada, no entanto, é formada por mestiços.

O município de Aracatu tem majoritária identidade rural, pois cerca de 71% da população reside no espaço rural do território municipal e 29% na zona urbana. A dinâmica do município é rural, além disso outro fator que contribui para essa caracterização é a economia, que, apesar do setor de serviços ser considerado maior, o setor da agropecuária tem sua relevância.

Outro elemento que caracteriza o município de Aracatu como rural é a quantidade de estabelecimentos agropecuários rurais. Segundo o censo agropecuário do IBGE (2017), este município está na posição 58º dos 417 municípios baianos e ocupa a segunda colocação em relação ao Território Sudoeste Baiano (TSB), com 3017 unidades de estabelecimentos agropecuários, número significativo em comparação à Bahia e até mesmo ao Brasil, por se tratar de um município considerado pequeno, tanto em área quanto em população.

A manutenção econômica do município possui relevante ligação de políticas de redistribuição de renda, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF) e a previdência social, que emergem como vetores principais nesse aspecto. No Gráfico 1, a seguir, pode-se observar essa inserção de capital público externo no município.

Gráfico 1 - Transferência de renda no município de Aracatu-BA no ano de 2018

Fonte: Elaborado pelo pesquisador baseado no Portal da Transparência (2019).

Por meio do Gráfico 1, é possível analisar que a transferência de renda para o município é considerável e permite aferir que a quantidade repassada para a previdência social e de programas sociais são significantes. Em Aracatu, o montante de benefícios da previdência equivale a 3.035, o que significa 226 pessoas (7,4% no urbano) e 2.809 pessoas (92,6% no rural), demonstrando um envelhecimento da população, principalmente no espaço rural (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2019).

O Programa Bolsa Família (PBF) desempenha também um papel na dinamicidade da economia municipal, pois, segundo a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc), há 2.551 (duas mil e quinhentas e cinquenta e uma) Famílias beneficiárias, que equivalem, aproximadamente, a 39,98% da quantidade total de famílias do município. Segundo a Secretaria, 1.645 famílias, se não estivessem inseridas no programa, estariam em condição de extrema pobreza. A Tabela 1, que se segue, acrescenta informações nesta análise.

Tabela 1 - Dados do Programa Bolsa Família, Brasil, Nordeste, Bahia e Aracatu em 2018

	BRASIL	NORDESTE	BAHIA	ARACATU
População Total	210.147.125	57.071.654	14.876.064	13.135
Pessoas Beneficiárias	40.824.526	20.401.277	5.149.913	7.685
Famílias Beneficiárias	13.228.015	6.757.583	1.747.925	2.221
Valor repassado (R\$)	30.625.641.619,00	15.928.157.994,00	4.073.054.339,00	5.880.293,00

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2020) baseado em MDS/ IBGE (2019).

A tabela 1 refere-se aos dados totais da população brasileira, junto às informações de pessoas e famílias beneficiárias, como também os valores do PBF repassados ao Nordeste, Bahia e Aracatu. Destaca-se que aproximadamente 50% dos recursos do Programa são destinados à região Nordeste, onde também se concentra a metade dos beneficiários. Em escala menor, 58,5 % da população de Aracatu é beneficiária do PBF e, certamente, a maior parte dela está no espaço rural.

O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Pronaf voltada para agricultores familiares que se encontram em municípios com perdas sistemáticas de produção em função da seca ou excesso de chuva. Nesse aspecto, o município de Aracatu, nos últimos anos, foi beneficiado em significativa parcela, por conta da maior intensidade do fenômeno da seca, a exemplo, o valor ultrapassou 1 milhão de reais em 2017 e aproximadamente 950 mil reais em 2016 (BRASIL, 2019).

Vale ressaltar que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) desempenha relevância na transferência de renda para o município. Este benefício de renda no valor de um salário mínimo é destinado para pessoas com deficiência de qualquer idade, ou para idosos com idade de 65 anos ou mais, que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; segundo a Senarc, de janeiro a junho do ano de 2019 foram introduzidos no município aproximadamente R\$ 1.650.000,00 (um milhão e seiscentos e cinquenta mil reais) o que equivale a R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) mensalmente.

A transferência de renda para o município apresenta-se como um fator importante e dinâmico da economia o que alimenta desde o comércio e troca de mercadorias no espaço rural até o setor de serviço da sede do município e de cidades vizinhas.

Com relação às características físicas, possui clima semiárido e prolongado período de estiagem, onde, anualmente, chove aproximadamente 580 mm. Seus solos são classificados como latossolos eutróficos ou distróficos e luvisolos eutróficos, sustentando uma vegetação do tipo caatinga arbórea aberta. O relevo está representado por patamares do médio Rio de Contas e pediplano sertanejo e a rede de drenagem serve à bacia do Rio de Contas, através de vários riachos, dentre os quais se destacam o do Gentio, Serra Negra e o Olho d'Água do Ouro (BRASIL, 2005).

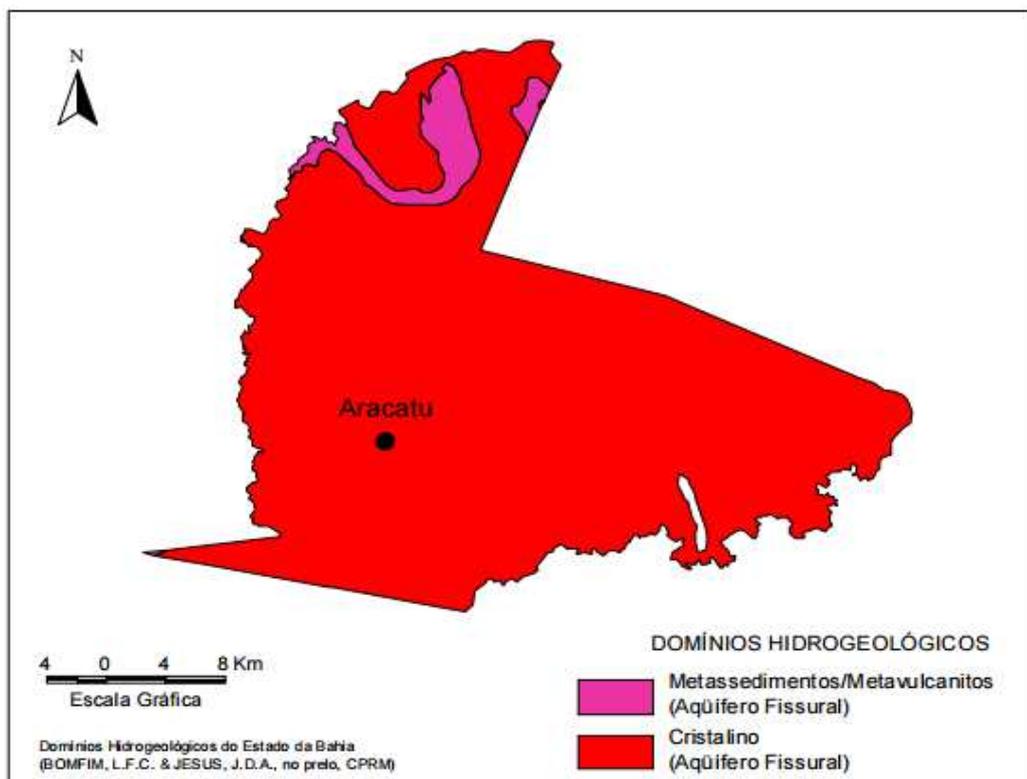
Ao trazer essa questão da água como foco central, vale ressaltar que a quantidade desse recurso hídrico no subsolo também é escassa, devido a praticamente todo o território municipal, segundo o Ministério de Minas e Energia - MME (BRASIL, 2005), estar sobreposto ao cristalino:

Tanto metassedimentos/metavulcanitos como o cristalino tem comportamento de “aqüífero fissural”. Como basicamente não existe uma porosidade primária nestes tipos de rochas, a ocorrência de água subterrânea é condicionada por uma porosidade secundária representada por fraturas e fendas, o que se traduz por reservatórios aleatórios, descontínuos e de pequena extensão. Dentro deste contexto, em geral, as vazões produzidas por poços são pequenas, e a água em função da falta de circulação, dos efeitos do clima semi-árido e do tipo de rocha, é na maior parte das vezes salinizada. Essas condições, definem um potencial hidrogeológico baixo para as rochas, sem no entanto diminuir sua importância como alternativa no abastecimento nos casos de pequenas comunidades, ou como reserva estratégica em períodos de prolongadas estiagens. (BRASIL, 2005, p. 06)

Nesse sentido, a capacidade de água no subsolo do município é considerada baixa, e onde se encontram essas fendas o potencial hídrico é baixo, além da água ser salinizada e, mesmo quando as águas superficiais se separam, a maioria das famílias não tem condições financeiras de pagar para perfurar poços artesianos. Ou seja, o município não pode ter dependência direta nessa forma de busca pela água, sendo necessários investimentos para construir reservatórios de água que a aglomerem superficialmente ou em grandes recipientes, como as cisternas no período de chuvas.

O Mapa 4 ilustra como está configurado o subsolo do município de Aracatu.

Mapa 4 - Domínio hidrogeológico do município de Aracatu-BA - 2005



Fonte: MME (BRASIL, 2005).

Constata-se que o potencial hidrológico subterrâneo é irrelevante às necessidades que a população tem em relação à água. Desse modo, os investimentos em infraestruturas hídricas no município devem ser alocados superficialmente para no período de chuvas acumularem e suprirem a carência desse recurso essencial no período de seca.

3.3 Políticas públicas de acesso à água no Semiárido Brasileiro

O contexto das transformações sociais e históricas do Nordeste proporcionou o fortalecimento e domínio de famílias coronelistas presentes especialmente no semiárido, o crescimento econômico regional para o desenvolvimento de políticas que eram mais privadas que públicas e provocou o aumento das desigualdades intra-regionais.

Essas relações socioeconômicas no Nordeste e na Bahia vinculam-se à herança histórica dos moldes de produção ligados à concentração fundiária que, desde então, estão presentes na região, pois esse processo é ancorado, sobretudo, nos pilares políticos existentes. Em virtude dessa problemática correlacionada às circunstâncias climáticas, os nordestinos marginalizados tendem a submeter-se à venda de suas pequenas propriedades, à migração e consequente êxodo rural, e aqueles que persistem não têm acesso às tecnologias de produção para a sua inserção e permanência nos circuitos produtivos.

Consequentemente, os anos se passam e a região Nordeste ainda precisa dos benefícios ou projetos de caráter assistencialista, uma vez que, enquanto não há políticas que modifiquem a condição de vida da população, ainda se perpetuará essa prática de acusar somente os fenômenos climáticos.

Frente a todo esse quadro, a busca de alternativas tem se atribuído principalmente em resolver a problemática da água. A inserção de políticas públicas pode ser apontada como um caminho substancial para o desenvolvimento e tem configurado, seja de forma centralizada ou descentralizada, aspectos de transformações no espaço rural, visto que, direta ou indiretamente, a população sentiu-se atingida por essas mudanças, sejam elas, culturais, sociais e/ou econômicas.

Caminhando por essa linha, em meio a “solucionar” ou buscar alternativas para os problemas físicos que existiam e ainda existem na região de clima semiárido, em meados do século passado, foram criados organismos governamentais, com diversos interesses políticos e em menor escala os interesses sociais, que viessem a sanar tais penúrias, sendo, de acordo com Silva, Silva e Carvalho (2014): o Departamento Nacional de Obras Contra as Seca (DNOCS),

a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf) e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF).

O DNOCS atuou na construção de açudes, estradas, linhas de transmissão de energia, sistemas de abastecimento de água e implantação de sistemas de irrigação. No entanto, envolto ao desenvolvimento e a implantações de políticas públicas de grandes obras para combater a seca, essa instituição passou a atender interesses das elites locais.

A presença marcante da SUDENE consolidou-se como uma tentativa de intervenção do Estado para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste. Celso Furtado, um dos seus idealizadores em 1958 e superintendente, buscava uma efetiva consciência regional e proposição de um modelo de desenvolvimento que fortalecesse a economia nordestina por meio da indústria através de um capital intensivo oriundo do centro-sul do país e da agricultura, no entanto, apenas o segundo setor produtivo obteve crescimento, à medida que emergiam no campo forças coronelísticas que emolduravam o espaço rural, concentrado e pobre.

Outra instituição reconhecida para a mesma direção desenvolvida foi a Chesf, responsável por produzir, transmitir e comercializar energia elétrica para a região Nordeste do Brasil. Ela integra a Eletrobrás e tem o objetivo de aproveitar o potencial hidroelétrico do baixo curso do Rio São Francisco, com as usinas hidrelétricas de Sobradinho e Xingó e o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso.

Por fim, a criação da CVSF, que tinha como objetivo regularizar o regime fluvial do rio São Francisco, melhorar os sistemas de transportes, comunicação, irrigação e saneamento urbano e rural, como também aumentar o fomento à produção agrícola, principalmente a ampliação econômica do Vale do São Francisco.

Na contextualização da inserção das políticas no meio rural do semiárido nordestino, percebe-se que a quantidade de projetos públicos para promover o desenvolvimento da região foi significativa. É contraditório, visto que o problema central continua: por que o sonhado desenvolvimento social-econômico esperado no Nordeste não se concretizou? Ou pelo menos de forma mais abrangente? Dada essa constatação, destaca-se que, “apesar da persistência dessa problemática, a história mostra que, desde as primeiras secas até os dias atuais, o Nordeste recebeu muitas políticas públicas, as quais visaram principalmente ao combate à seca, na tentativa de auxiliar o trabalho do homem do campo” (SILVA; SILVA; CARVALHO, 2014, p. 139).

Talvez a grande questão fosse não acabar com a seca, para selecionar todos os problemas. Mas, sim, aprender a conviver com tal fenômeno natural. Outro fator a ser considerado é que as políticas implementadas, muitas vezes, beneficiaram grandes proprietários

e, de certa forma, também favoreceram aos interesses de cunho político de governantes da região.

No âmbito de convivência com o semiárido nordestino, o que hoje é apontado como a melhor forma do homem do campo permanecer na região, pois a criação de novas formas de atuação, como as políticas públicas voltadas para os mais pobres de forma descentralizada e por meio de movimentos organizativos da sociedade, desenvolvem um papel fundamental na produção do espaço rural, visto que essas políticas apresentam perspectivas aos sertanejos versus as carências naturais e socioeconômicas da região que interferem em seu desenvolvimento. Alcantara e Costa (2010) complementam:

Desta forma, é indispensável à reflexão sobre políticas e programas voltados para pequenos produtores rurais. Especialmente no semi-árido nordestino, onde se encontra a maior carência de projetos com a finalidade de solucionar problemas relacionados ao homem-meio e ao enraizamento dessas comunidades no território, observando as contradições que permeiam a discussão sobre possíveis melhorias das condições de vida destes. (ALCANTARA; COSTA, 2010, p. 181)

Sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas desenvolvidas, faz-se necessário o reconhecimento desses processos para o espaço rural, ao analisar o contexto e como as mesmas interferem na vida daqueles que vivem no meio rural. No Nordeste brasileiro e em especial na Bahia, maior estado da região, o desenvolvimento rural atrelado à introdução de políticas públicas possibilita o surgimento de novas possibilidades para aqueles que fazem do sertão sua reprodução em meio a todas as adversidades, sejam elas climáticas ou socioeconômicas.

No que se refere ao acesso à água, esse tem sido, ainda, o desafio das ações públicas realizadas no Nordeste, devido à condição da pluviosidade ser desfavorável. Ao tratar de políticas públicas que visam universalizar o acesso à água, no século XXI, sabe-se que a construção de cisternas assume importante papel nesse contexto, pois trata-se de uma ação concreta que beneficia aqueles mais desfavorecidos, por meio da captação da água da chuva.

Vale destacar, como diferencial da política, o alto grau de popularização, pois anteriormente às implementadas no século passado que foram introduzidas no espaço rural, privilegiavam, na maioria das vezes, grupos específicos.

Constata-se que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no semiárido nordestino hoje possuem um caráter diferenciado quando se trata de solucionar ou amenizar os problemas, sejam eles sociais, econômicos e das relações da sociedade-natureza, além de oportunizar melhorias para que o homem do campo possa se constituir enquanto sujeito

produtor do espaço rural, que independentemente da condição possa resistir e ganhar autonomia e os fatores climáticos não sejam, unicamente, determinantes nesse processo.

A região Nordeste apresenta a capacidade de gerar um desenvolvimento de base nas suas diferentes esferas, para tanto, é importante que as políticas públicas sejam planejadas e executadas para que, assim, seja possível romper com aquela falsa ideologia de que o Nordeste é atrasado pelas condições climáticas.

Neste sentido, a participação social e a formação de uma consciência coletiva apresentam papel fundamental, pois elas podem definir as prioridades e carências que serão interferidas pelas políticas públicas, em especial as que inferem no acesso à água. No entanto, a participação social na discussão de políticas públicas voltadas para a questão da água é um desafio, visto que a população, de forma geral, não tem o conhecimento de seu poder no processo de formulação e gestão das políticas públicas.

Cabe reafirmar que o acesso à água é um direito básico a toda população, e no semiárido nordestino, programas de diferentes esferas, por meio de organizações da sociedade, têm conseguido chegar aos municípios e tornar essa convivência com a seca menos complicada, sendo a água o elemento central nessa questão.

3.4 Participação social e políticas públicas: o papel das organizações da sociedade civil

No âmbito da formulação e gestão das políticas públicas é necessária a participação social, de modo que haja uma efetiva democracia participativa, prevista na Constituição de 1988, na forma de debates, audiências públicas, consultas, para chegar ao ponto que esse processo de formação do capital social possa deliberar os anseios de uma comunidade, de um espaço e promover efetivas políticas públicas. O acesso a essas políticas é resultado do desencadeamento dos elementos supracitados e, dentre outros fatores, pelos interesses dos agentes que estão presentes nestas tarefas.

Quanto à participação na formulação e gestão, a sensibilização das pessoas torna-se um desafio nos espaços organizados para mostrar a força que coletivamente as pessoas possuem para reivindicar e conseguir implementar políticas que podem ajudar a melhorar as condições de vida.

Nesse aspecto, quando a sociedade civil se organiza, ganha força, o Estado, por sua vez, tende a responder a algumas demandas dos setores da população. Vale destacar que quando esses movimentos se articulam nos diferentes e amplos espaços de debate ocorrem mudanças, pois esses grupos estão na base e conhecem a realidade das pessoas, suas demandas, ademais

possuem uma maior facilidade para dialogar e acompanhar esse processo de acesso às políticas públicas, sejam elas nas esferas da agricultura familiar, gênero, educação, cultura, saneamento, entre outras.

A lei que corrobora com a instituição das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em parceria com o Estado é a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, caracterizada como marco regulatório dessas organizações.

[...] institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação (BRASIL, 2014).

Essa lei de colaboração entre Estado e OSCs, homologada em 2014, possui abrangência nacional e trouxe mudanças na forma de relacionamento entre esses atores. No entanto, o nível de exigência para o cumprimento das normas estabelecidas e outros pontos complexos da Lei provocaram a promulgação da Lei 13.204/15, também em nível federal e com a mesma finalidade, a fim de que as barreiras nas parcerias entre as OSCs e o Estado fossem superadas (OYAKAWA, 2016).

Segundo Milani (2008), desde o processo de redemocratização no Brasil, novas configurações foram estabelecidas no campo da administração pública em que a participação social vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais, declarado e repetido em foros regionais e internacionais, dos processos de deliberação democrática no âmbito local. Para Milani (2008), a participação social dos cidadãos e das organizações da sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas foi transformada em modelo da gestão pública local contemporânea. Para ele:

A participação social, também conhecida como dos cidadãos, popular, democrática, comunitária, entre os muitos termos atualmente utilizados para referir-se à prática de inclusão dos cidadãos e das OSCs no processo decisório de algumas políticas públicas, foi erigida em princípio político-administrativo. Fomentar a participação dos diferentes atores sociais em sentido abrangente e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas tornou-se o paradigma de inúmeros projetos de desenvolvimento local (auto) qualificados de inovadores e de políticas públicas locais (auto) consideradas progressistas. (MILANI, 2008, p. 554)

Nesse ponto de vista, a participação tornou-se um direito e por que não dizer também um dever da sociedade: é ter a oportunidade de poder acompanhar, fiscalizar, discutir e interferir

nas decisões políticas, o que é favorecido pelo processo democrático de participação cidadã. A introdução dessas possibilidades de atuação serviu de estímulo para as organizações civis da sociedade a pensar, discutir e elaborar políticas públicas que viessem a alterar a dinâmica do cotidiano das pessoas por meio da superação de determinadas dificuldades, dado o conhecimento da realidade e, assim, permitir que novos espaços de gestão fossem ampliados e que, de certa forma, fossem superadas as ações ditas de cima para baixo.

3.4.1 A atuação da Articulação do Semiárido (ASA) no espaço rural de Aracatu-BA

O acesso à água no espaço rural do semiárido brasileiro, historicamente, deu-se de forma concentrada, seja em consequência da estrutura agrária herdada ou por políticas centralizadoras implementadas em meados do século XX, dado que a participação do Estado ocorreu por meio da construção de grandes obras hídricas, geralmente nas proximidades de grandes fazendas, o que não permitiu a democratização do recurso e sim a manutenção da dificuldade do acesso à água.

Em meio aos conflitos por esses recursos naturais e o crescimento do processo de participação e mobilização na década de 1990, surge a Articulação do Semiárido (ASA)⁸ com o objetivo de pautar a convivência com a região semiárida em contraposição às medidas governamentais propostas nesse período, especialmente contra a política de desenvolvimento proposta para o Nordeste (ASA, 2019). Nesse debate de convivência com o semiárido, é fato considerar:

A convivência é uma proposta cultural que visa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriados à semi-aridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução, que foram sendo construídas e desconstruídas ao longo da história de sua ocupação. (SILVA, 2006, p. 226)

Ao considerar que a convivência é uma maneira de romper com o discurso do combate à seca, também significa reconhecer as potencialidades do lugar e do semiárido brasileiro. No fim da década de 1990, um importante evento marcou a consolidação da ASA no cenário brasileiro, com a participação de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, federações dos trabalhadores rurais, associações comunitárias, instituições ligadas a igrejas na Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP

⁸ É uma rede que integra entidades do semiárido brasileiro (os nove estados do Nordeste e Minas Gerais) na promoção de políticas públicas de convivência com o Semiárido.

3)⁹, sendo lançada a carta de Declaração do Semiárido com proposta de convivências com o semiárido e de combate à desertificação.

Entre as principais demandas emitidas pela declaração, destaca-se a proposição de reivindicações relacionadas à convivência com o semiárido:

- O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o semiárido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais.
- A garantia da segurança alimentar da região, como um objetivo a ser alcançado a curtíssimo prazo.
- O uso de tecnologias e metodologias adaptadas ao semiárido e à sua população, como ferramentas básicas para a convivência com as condições da região.
- A universalização do abastecimento de água para beber e cozinhar, como um caso exemplar, que demonstra como tecnologias simples e baratas, como a cisterna de placas de cimento, podem se tornar o elemento central de políticas públicas de convivência com as secas.
- A articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado às realidades locais, como uma necessidade.
- O acesso ao crédito e aos canais de comercialização, como meios indispensáveis para ultrapassar o estágio da mera subsistência.

Esse documento revela a importância da resistência, que há 20 anos serviu de pontapé para a formulação de políticas públicas que viessem a atender as populações do espaço rural do semiárido brasileiro com um diferencial: a efetiva participação das organizações de base veiculadas com o desenvolvimento local e social, com base nas condições geográficas físicas e humanas presentes.

Um dos resultados obtidos nesse panorama foi a elaboração de um programa para a construção de um milhão de cisternas no semiárido – um dos fenômenos a serem discutidos neste trabalho.

Hoje, a Articulação do Semiárido é composta por cerca de três mil organizações ligadas à sociedade civil de diferentes setores: Sindicatos rurais, associação de agricultores e

⁹ Foi uma conferência promovida pela Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas (UNCCD), que é um instrumento de erradicação da pobreza em prol do desenvolvimento nas áreas secas, inclusive o semiárido brasileiro.

agricultoras, cooperativas, Organizações não Governamentais (ONG's), Organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip), dentre outras, que estão presentes em todos os estados do Nordeste e Minas Gerais, compondo, dessa forma, o semiárido brasileiro (ASA, 2019).

Diante desses pressupostos, com a intenção de compreender as políticas públicas de acesso à água veiculadas pela ASA, esta se destaca como uma importante organização. Ao buscar a discussão em escala local, no espaço rural de Aracatu-BA, com a implementação de políticas públicas de acesso à água e de convivência com o semiárido implementadas no município em parceria com outras organizações que fizeram parte desse processo, verifica-se que também é o caso do Centro Comunitário da Paróquia São Pedro (CCPSP).

3.4.1.1 O papel social do Centro Comunitário da Paróquia São Pedro (CCPSP) no município de Aracatu-BA

A falta de água e outros problemas estruturais que estavam presentes no final do século XX e a busca de uma conscientização sócio-política foram elementos norteadores dos membros ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)¹⁰; enquanto organização social, fizeram com que lideranças rurais percebessem as demandas, entre elas a do acesso à água, e discutissem alternativas para o enfrentamento dos grandes desafios daquela época.

Segundo pesquisa documental nos arquivos do CCPSP, com a falta de apoio político e financeiro local, percebeu-se a necessidade de criar uma instituição para dar sustentação financeira e jurídica às atividades de assistência social que se iniciavam não só no espaço urbano, mas também rural. Para tanto, foi criado o Centro Comunitário da Paróquia São Pedro (CCPSP), organização da sociedade civil ligada à igreja católica (Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores - RMNSD), com o objetivo de defender os interesses e direitos dos produtores rurais na promoção de cursos e treinamentos para melhoria das condições de vida e dos processos de produção, beneficiando as famílias rurais e a sociedade como um todo, sobretudo na defesa do direito à água no meio rural.

O CCPSP também estimulava as famílias agricultoras a utilizarem tecnologias de produção para convivência com o Semiárido, como armazenamento de alimentação animal (feno e silagem) e cultivo de espécies resistentes à seca (a exemplo do sorgo).

¹⁰ São organismos ligados à Igreja Católica, que possuem a finalidade de debater e lutar pelas causas populares presentes na sociedade, em especial pelos pobres.

O CCPSP, frente a toda essa problemática, construiu as primeiras cisternas de captação de água da chuva em 1992 e utilizou a metodologia do fundo rotativo – os beneficiários pagavam os custos das suas cisternas com o material de construção em até 02 anos. Este sistema permitiu a construção de aproximadamente 120 cisternas no espaço rural.

Além disso, a Pastoral da Criança¹¹ fez a doação de 20 cisternas que foram construídas na Região da Serra Negra¹². Mais tarde, esta região foi beneficiada com o projeto piloto do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), com o apoio da Comissão Pastoral das Terra (CPT). Posteriormente, segundo o CCPSP, foram construídas mais cisternas para captação de água para consumo humano com parcerias de entidades religiosas do Brasil e da Europa e a ASA.

As experiências de agricultores familiares, movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm mostrado que há alternativas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Em particular, as experiências que trabalharam com pequenas obras de infraestrutura hídrica descentralizadas no nível de propriedade ou comunidade, quer para prover água de beber (cisternas), água para os animais (barreiros) e água para algumas culturas intensivas (barragens subterrâneas, poços artesianos, açudecos, etc.), mostraram que podem dar maior segurança aos agricultores.

Fortalecido das práticas do final da década de 1990, o P1MC e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), estudados neste trabalho, tiveram como organização principal o CCPSP no processo de implantação no município de Aracatu como efetivas políticas públicas e serão abordadas com maior profundidade na próxima seção.

Esse registro do envolvimento de organizações, como foi o CCPSP no município de Aracatu, revela o quanto é importante contar com a participação da sociedade civil nos espaços.

Analisar o acesso à água e as possibilidades de interferência das infraestruturas hídricas nas condições de vida dos sujeitos beneficiários, sem dúvida, é extremamente importante, pois permite compreender não só como é o acesso à água pela população, mas abordar a complexidade que envolve essa obtenção e as possíveis alterações ocasionadas na produção do espaço rural.

¹¹ É uma organização ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fundada em 1983, e promove ações de acompanhamento básico de saúde de crianças desde o período gestacional até os seis anos em todos os estados brasileiros e em países da África, Ásia e Caribe. Em Aracatu esta instituição foi fundada em 1993.

¹² Comunidade rural localizada a 25 quilômetros ao norte da sede.

4 OS PROGRAMAS DE ACESSO À ÁGUA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ARACATU-BA

4.1 A implementação das políticas públicas de acesso à água em Aracatu-BA

É fato que nas últimas duas décadas políticas públicas têm sido um resultado de articulação e mobilização social com papel fundamental no contexto de inserção das tecnologias de captação de água da chuva, o que promoveu uma nova perspectiva no acesso à água de forma mais igualitária no semiárido nordestino.

No contexto do semiárido, as experiências de concretização das políticas públicas podem ser visualizadas no município de Aracatu-BA, onde foram identificadas as principais políticas de acesso à água inseridas em comunidades rurais nos últimos 10 anos, quais sejam: P1MC, P1+2 e o Programa Cisterna nas Escolas. Essas três políticas foram desenvolvidas no município de Aracatu por meio de convênios e editais públicos, em parceria com ASA, CCPSP e o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), como também o governo federal e estadual.

As famílias beneficiárias do P1MC, desde 2008, foram escolhidas por critérios pré-estabelecidos pelo projeto, bem como a responsabilidade pelo recurso público na construção das cisternas. Segundo representante do CCPSP, para a concessão das políticas, os critérios estavam estabelecidos dentro de: famílias com baixa renda e com cadastro único, beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), famílias com aposentadoria rural ou com algum membro que apresentava deficiência e famílias que não possuíam reservatório de água. Nesse aspecto, após a implantação em 2008,

[...] foi feito um novo convênio, (2010) que ficou faltando algumas comunidades, algumas famílias sem serem beneficiadas, aí o governo do estado, [...] assinou um convênio já diretamente com o Centro Comunitário, e a gente construiu para trezentas e poucas cisternas. Eu sei que foi um valor total de mil novecentos e dezesseis cisternas com a sobra de recurso, então, na época ela correspondeu 100% das famílias carentes do município de Aracatu. (ENTREVISTA, 2019)¹³

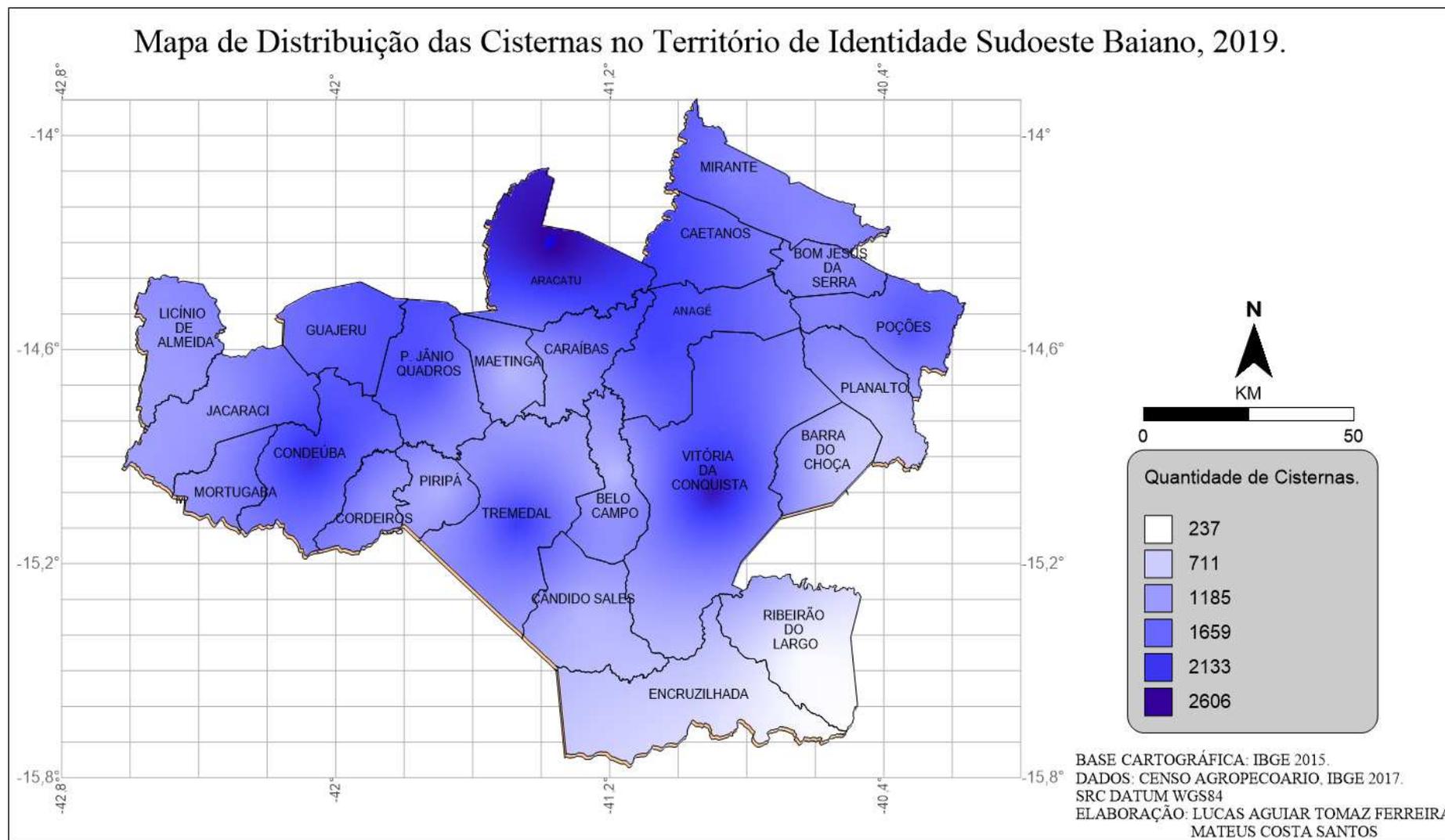
Em relação aos parâmetros para que a família pudesse receber a cisterna, além dos supracitados, a família que já possuía cisterna, seja por projetos anteriores, ou construídas por conta própria, não poderia ser contemplada, a não ser que a estrutura estivesse comprometida

¹³ Entrevista com o Coordenador do P1MC no município de Aracatu-BA (2019).

para o armazenamento da água, o que significa dizer que o acesso é realizado por meio de critérios e etapas e que isso ocorre também em outros municípios do Nordeste.

Em Aracatu são considerados relevantes os programas de cisternas na construção desses equipamentos, fato em destaque se comparado aos outros municípios do TSB, conforme demonstra o Mapa 5, adiante.

Mapa 5 - Mapa de distribuição das cisternas no TSB - 2019



O município de Aracatu é o que possui maior número de cisternas no TSB, totalizando 2.606 segundo dados do o censo agropecuário (2017). Esse número representa a importância das organizações da sociedade civil no município e sua atuação na execução dos programas de acesso à água. Ressalta-se que esse número ultrapassa a quantidade das infraestruturas hídricas presentes nos programas analisados, isto pelo fato da existência de projetos anteriores, conforme mencionado, como também construções particulares sem a relação com as políticas estudadas.

4.1.1 O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) no município de Aracatu-BA

O P1MC foi implantado no município de Aracatu a partir do ano de 2008 e teve como meta facilitar a captação e armazenamento da água da chuva para consumo humano das famílias rurais, o que diminuiu, principalmente, as distâncias para conseguir água de qualidade para o abastecimento familiar. Esse programa foi sustentado pelas iniciativas das organizações de base que propuseram no início dos anos 2000 o P1MC.

Vale ressaltar que o governo da Bahia institucionalizou tal programa no ano de 2007 e o governo federal, em 2011, por meio do “Programa Água para Todos”, devido à necessidade de universalizar o acesso e uso de água para populações carentes, residentes em comunidades rurais de toda a Bahia e do Brasil consequentemente. Nesta quadra, diferentes formas de implantações das cisternas de captação de água para consumo humano, a partir dos anos 2000, são consideradas neste trabalho como parte desse programa criado pela ASA, o que não deslegitima os demais que tiveram outra nomenclatura, uma vez que todos esses nasceram do P1MC e que posteriormente orientou políticas de governo.

Segundo a ASA (2019), ocorre um processo chamado democratização da água. Ao contrário de grandes açudes, muitas vezes construídos em terras particulares, as cisternas estocam um volume de água para o uso de cada família. A grande conquista das famílias é que elas passam de dependentes a gestoras de sua própria água.

É um programa de iniciativa popular, nascido no meio da luta do nosso povo. Os grupos se encontravam para buscar soluções concretas para seus problemas, principalmente de água. Desses grupos a nível paroquial, depois diocesano e por fim regional foram se fortalecendo e assim constituíram essa ASA - Articulação do Semiárido que alça voos gigantes para proporcionar juntamente com os agricultores e agricultoras (basicamente formado por eles)

uma vida mais tranquila, tendo ao lado da sua residência uma cisterna para captação de água de chuva. (ENTREVISTA, 2019)¹⁴

De acordo com o Ministério da Integração Nacional¹⁵ (BRASIL, 2015), o Programa Água para Todos, maior programa de implantação de cisternas no município no ano de 2008, teve o objetivo de garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, com a geração de excedentes, contribuindo para a ampliação da renda familiar dos produtores rurais.

O planejamento e execução das metas desse programa, na Bahia, foi realizado por meio do projeto Gente de Valor¹⁶, resultado de uma parceria entre o governo estadual, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Com isso, o projeto Gente de Valor atuou em 34 municípios do semiárido baiano, inclusive em Aracatu a partir de 2008.

No município de Aracatu, inicialmente, o P1MC aconteceu em duas etapas: a primeira teve início em 2008 e outra em 2010, mas com o mesmo objetivo de implantar cisternas de 16.000 litros, com a construção de 1.578 na primeira e 338 na segunda etapa, beneficiando, respectivamente, a mesma quantidade de famílias residentes no espaço rural do município. Visualiza-se, a seguir, a imagem de uma cisterna do P1MC (Figura 3).

¹⁴ Entrevista com o Coordenador do P1MC no município de Aracatu-BA (2019).

¹⁵ O Ministério da Integração Nacional, criado em 1999, foi instinto em 01 de janeiro de 2019.

¹⁶ Gente de Valor: O Projeto Gente de Valor foi uma parceria através de um empréstimo de cooperação entre o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) e o Governo do Estado da Bahia-Brasil – teve duração de 2006 a 2012.

Figura 3 - Cisterna do P1MC na Faz. Lagoa do Eduardo, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Segundo o Coordenador do programa no município, outra entidade não governamental participou da implantação dessa política, a Divina Providência de Brumado. Com relação a esse processo, o Coordenador expõe:

Nós ficamos para mobilizar e capacitar as famílias e a Divina Providência para construir as cisternas. [...] o Convênio para realizar o recurso caia na conta da associação, mas a gente detinha responsabilidade pela conta da associação. E a gente acompanhava até o banco, na contabilidade, também com reuniões de capacitação para as associações, com os associados, com a diretoria, pra eles poderem entender, compreender como é que funcionava, então, foi um coisa muito boa, porque eles não tinham prática de mexer com recurso público e ao mesmo tempo a gente tava mexendo e ensinando como é que se fazia. (ENTREVISTA, 2019)¹⁷

Ademais, o CCPSP foi o mediador entre as associações e o governo estadual para que pudesse executar de forma que atendesse às famílias em seu processo de capacitação e construção das cisternas, além de auxiliar na parte burocrática de documentações e recursos financeiros advindos do projeto. Neste contexto, merece destaque a presença das associações, como grupos organizados, e no município de Aracatu havia várias associações de produtores instaladas nas comunidades rurais, contudo, apenas 23 estavam regularizadas e aptas a

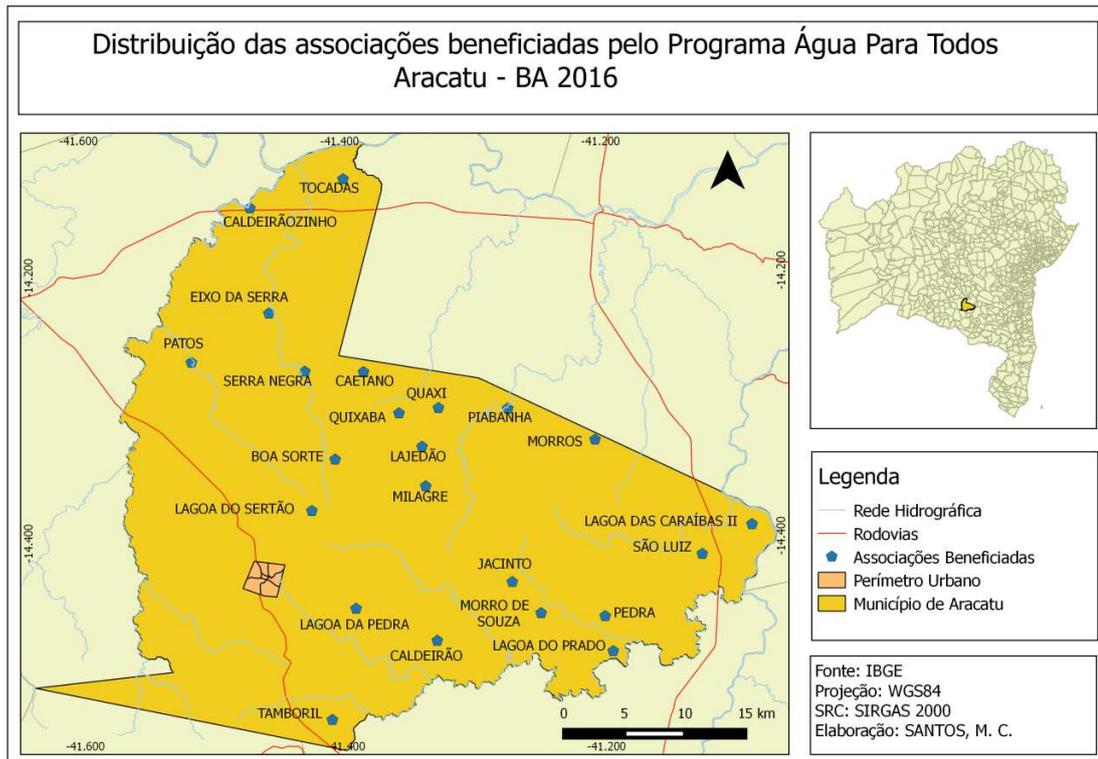
¹⁷ Entrevista com o Coordenador do P1MC no município de Aracatu-BA (2019).

executarem o projeto (Mapa 6), pois a organização foi um dos critérios para ser beneficiária. Fato que revela a importância do associativismo no espaço rural. Lisboa (2019) salienta:

O associativismo rural consiste em uma atividade organizacional coletiva que tem como finalidade conquistar benefícios comuns para os sujeitos que a compõem, sem nenhum fim lucrativo. As práticas organizacionais coletivas no espaço rural se constituem como importante vetor no que diz respeito à percepção e busca de direitos básicos. Assim, pode-se afirmar que a prática associativa é fruto dos arranjos sociais no espaço rural, surgindo como estratégia para tentar sanar e superar as tristes consequências da modernização da agricultura que acentuou as desigualdades e da tradicional questão agrária brasileira. As associações se firmam como possibilidades de conquistar melhores condições de vida por meio de reconhecimento que proporcione certa integração no cenário social, econômico e cultural. (LISBOA, 2019, p. 63)

A prática associativa é relevante como ato político organizacional de força para o espaço rural, por perceber de maneira coletiva os problemas inerentes a este espaço e buscar alternativas para o desenvolvimento da comunidade. Em Aracatu, a existência desses espaços de participação facilitou o processo de aquisição do P1MC, no entanto aquelas associações que não estavam legalizadas também receberam as cisternas, mas fazendo parte da área de abrangência de outra organização regulamentada e, desse modo, naquele período, as famílias do espaço rural de Aracatu foram beneficiadas pelo P1MC, desde que se adequassem aos critérios do programa.

Mapa 6 - Associações beneficiadas pelo Programa Água para todos, Aracatu-BA - 2016



Fonte: Santos (2016).

Mais recentemente, entre os anos de 2017 e 2018, foram implementadas 395 cisternas pelo projeto intitulado Reaplicação da Tecnologia Social Cisternas de Placas no âmbito do Programa Trabalho e Cidadania da Fundação Banco do Brasil (FBB) em parceria com a ASA. Nesse sentido, novas famílias foram reiteradas com essa política pública no município, considerando que novos núcleos familiares foram criados após a implantação dos programas supracitados, no entanto, sem a presença organizativa das Associações, somente entre a FBB, ASA e CCPSP.

Nesse sentido, o processo de participação das famílias na implementação da cisterna foi essencial para elas se capacitarem, tanto quanto à forma correta de utilização da água e seus cuidados como também na formação cidadã por meio do curso de Gestão de Recursos Hídricos (GRH). Segundo a ASA (2019), as capacitações em GRH são dirigidas às famílias que receberão as cisternas de água de beber. Em cada curso, foram discutidos os seguintes temas:

- Gerenciamento dos recursos hídricos - aborda a importância da captação do manejo da água de chuva para a melhoria das condições de vida das famílias e situa a água como um direito básico e a cisterna como uma conquista;

- Cidadania - faz uma reflexão sobre as relações políticas entre a Sociedade Civil e o Estado, com ênfase nos modelos de desenvolvimento implantados na região semiárida ao longo da história;
- Convivência com o Semiárido - promove reflexões sobre as características naturais da região e as possibilidades que influenciam nas práticas de convivência sustentável.

Por meio dessas capacitações as famílias puderam passar por um processo de formação que envolvia os aspectos de zelo com a tecnologia, mas principalmente uma formação política que desmistifica as condições de falta d'água e mostra as possibilidades de convivência com o semiárido. De acordo com o CCPSP, no município, foram construídas por meio do P1MC 2.311 cisternas de captação para consumo humano distribuídas no espaço rural do município, o que beneficiou a mesma quantidade de famílias.

4.1.2 O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) no município de Aracatu-BA

No município de Aracatu-BA, outra política implantada é o Programa uma Terra e duas Águas (P1+2), com o objetivo de promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras além da geração de emprego e renda. Nesse aspecto, foram construídas infraestruturas hídricas, chamadas de tecnologias sociais de convivência com o semiárido que pudessem armazenar água da chuva para a produção de alimentos. A tecnologia de maior rebatimento no município de Aracatu foi a cisterna-calçadão com capacidade de 52 mil litros, que capta a água para a irrigação de plantas frutíferas, hortaliças e para a criação de animais e outras tecnologias propostas por esse programa.

O acesso à água e a uma alimentação saudável, de qualidade e em quantidade suficiente é um direito de todos e todas. Isso é segurança alimentar e nutricional. A soberania alimentar está associada à autonomia dos povos em decidir o que comer e como produzir, respeitando seus hábitos alimentares (ASA, 2019).

Na busca para garantir o direito humano à alimentação e a essa soberania, é necessário que a intervenção no meio social se baseie na promoção de medidas saudáveis e no respeito à diversidade cultural. Nessa direção, a ASA utiliza desses pressupostos aliados à defesa do acesso à água, à terra e às sementes como condição fundamental para que as famílias do Semiárido brasileiro produzam alimentos que fazem parte de seu hábito alimentar. Nesse sentido, a ASA determina o P1+2 nos seguintes princípios e estratégias metodológicas (ASA, 2019):

- Fortalecimento dos processos educativos, sócio-organizativos e políticos locais, contribuindo para a autonomia e o protagonismo dos agricultores e agricultoras e suas organizações na construção do desenvolvimento sustentável;
- Valorização das agricultoras e dos agricultores e de suas organizações como inovadores técnicos e sociais e, portanto, detentores de conhecimentos e experiências;
- Favorecimento de interações entre agricultoras/es de comunidades, municípios, estados e regiões distintas dentro do Semiárido;
- Promoção de processos formativos baseados na Educação Popular, na qual os conhecimentos prático e teórico se retroalimentam. Tal metodologia favorece o estabelecimento de uma dinâmica horizontal entre agricultores e suas organizações. Nela, agricultores-experimentadores tornam-se, também, agricultores-promotores, encarregando-se de apoiar as atividades de capacitação técnica e estímulo à experimentação na microrregião, nos municípios e comunidades;
- Adoção da Agroecologia como base técnica-metodológica e científica para a construção do novo modelo de desenvolvimento rural e do fortalecimento de ações de convivência com o Semiárido.

Existe um diferencial na adoção desse modelo de políticas públicas que é a participação dos atores sociais no processo de aquisição das tecnologias, estas não somente físicas, que os ajudarão no seu cotidiano, mas também no saber fazer, com práticas voltadas para a sua convivência no espaço rural e respeitando as especificidades do clima semiárido.

Dada a relevância desse programa, em Aracatu, o CCPSP participou do cadastramento e seleção das famílias entre os anos de 2012 e 2016. Nesse processo, foi possível identificar as famílias que se enquadravam nos critérios relacionados: estar inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais, ter o Número de Inscrição Social (NIS) e possuir cisterna de consumo humano, ser beneficiária ou vir a ser com prioridade no caso de extrema pobreza e ter renda per capita familiar de até meio salário mínimo (ASA, 2019).

No município de Aracatu, entre 2012 e 2016, foram construídas várias tecnologias pertencentes ao P1+2, como exposto na Tabela 2¹⁸, a seguir:

¹⁸ A tabela 2 estabelece a quantidade de famílias beneficiárias do P1+2 no município de Aracatu. Por conter uma maior expressividade, são estudadas apenas: a cisterna calçadão, cisterna de enxurrada e o barreiro trincheira. No entanto, é importante ressaltar que as outras infraestruturas de captação de água também são importantes para o espaço rural do município.

Tabela 2 - Tecnologias do P1+2 implantadas em Aracatu-BA entre 2012 e 2016

Tecnologia implantada	Quantidade de famílias beneficiárias
Cisterna calçadão	137
Cisterna de enxurrada	84
Barreiro trincheira	24
Tanque de pedra	13
Barraginha	5
Barragem subterrânea	5
Bomba d'água popular	3
TOTAL	271 tecnologias

Fonte: ASA. CCPSP (2019).

Ainda que não apresente um número expressivo de famílias beneficiárias em relação ao P1MC, vale ressaltar que todas elas já possuíam a cisterna de consumo ao lado da casa e que por meio dessa outra aquisição puderam armazenar água, desta vez para outra finalidade, a de produzir alimentos.

A discussão realizada gira no entorno da análise de três tecnologias do P1+2: a cisterna calçadão, a cisterna de enxurrada e o barreiro trincheira que aparecem com maior evidência e possuem uma maior complexidade no processo de construção, tanto por sua estrutura, mas também por envolver, com maior intensidade, a formação das famílias.

A cisterna calçadão é uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m² construído sobre o solo. Segundo a ASA (2019), com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil litros. Por meio de uma tubulação, a água da chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção, conforme observa-se na Figura 4, adiante.

Figura 4 - Vista de uma cisterna calçadão na Faz. Bom Sucesso, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Verificou-se na pesquisa de campo que o calçadão também é usado para secagem de grãos, como feijão, milho e raspa de mandioca e que isso geralmente ocorre no período de estiagem. A água captada é utilizada para irrigar e plantar fruteiras, hortaliças e para criação de animais.

Por sua vez, a cisterna de enxurrada tem capacidade também para 52 mil litros e é construída de forma subterrânea, ficando somente a cobertura de forma cônica acima da superfície. O terreno é usado como área de captação, por isso busca-se uma área que tenha uma declividade e um curso natural. Quando chove, a água escorre pela terra e, antes de cair para a cisterna, passa por duas pequenas caixas decantadoras, dispostas em sequência, esses instrumentos servem para conter os sedimentos advindos da enxurrada ASA (2019). Por meio da Figura 5, seguinte, pode-se observar como ocorre essa canalização.

Figura 5 - Panorama da cisterna de enxurrada na Faz. Adobo, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

As caixas de contenção de sedimentos e a tubulação auxiliam o escoamento da água para dentro do reservatório e possuem a função de filtrar areia e outros detritos que possam seguir com a água. A retirada da água é feita por bomba de repuxo manual. A água armazenada serve para as mesmas utilidades da cisterna calçadão, isto é, para a criação de animais, cultivos de hortaliças, plantas medicinais e frutíferas (ASA, 2019).

O denominado barreiro trincheira é também uma infraestrutura hídrica que se apresenta de forma retangular, estreita e com profundidade em média de 3 metros escavados no solo (barro). A escolha do terreno para a construção leva em conta o conhecimento que as famílias têm da região e é construído em terreno plano e próximo à área de produção. Com capacidade para armazenar, em média, 500 mil litros de água, tem a vantagem de ser estreito, pois ameniza a ação do vento e do sol sobre a água, o que diminui também a evaporação da água, desse modo fica armazenada por mais tempo. Conforme a Figura 6, a seguir, pode-se visualizar essa tecnologia do P1+2.

Figura 6 - Barreiro trincheira na Faz. Patos, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A Figura 6 mostra que o barreiro está em sua capacidade máxima e que a família beneficiária cercou a área em volta da tecnologia, o que impede a entrada de animais de grande porte. Com essa infraestrutura, as famílias conseguem ter água para fornecer aos seus animais durante o ano e podem irrigar pequenos plantios de hortaliças e plantas frutíferas, entre outros tipos de plantações. Mas, segundo as famílias beneficiárias, o principal destino da água é o fornecimento para os animais e usos domésticos.

Todas as famílias beneficiadas passaram por uma capacitação. Segundo a ASA (2019), isto acontece antes da construção das tecnologias, com a formação da convivência com o Semiárido através das capacitações em Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos (Gapa) e em Sistema Simplificado de Manejo da Água (SSMA). Durante os cursos de Gapa, as famílias conhecem o programa e aprendem práticas de manejo da água, os cuidados com a horta, plantas medicinais, o uso dos defensivos naturais, a fertilização do solo, o acesso aos fundos rotativos solidários, dentre outros assuntos.

Questionadas sobre esses cursos, as famílias ressaltaram veementemente a importância que tiveram os momentos de aprendizado. As principais informações levantadas e destacadas pelos beneficiários foram: como fazer as hortas, técnicas de plantio, adubação e controle de pragas por meio de oficinas de biofertilizantes naturais e em relação aos cuidados que deveriam ter com as cisternas de consumo humano e de produção.

4.1.3 O Programa Cisterna nas Escolas no município de Aracatu-BA

O Programa Cisternas nas escolas foi outra política executada no espaço rural do município de Aracatu, com o objetivo de garantir o acesso e o direito à água aos estudantes e a manutenção da instituição escolar nas atividades de limpeza e para a preparação dos alimentos destinados ao consumo dos alunos.

A instituição promotora do programa no município de Aracatu foi o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), organização originada da sociedade civil que tem a proposta de trabalhar a partir das necessidades dos agricultores familiares do Sudoeste baiano para que haja um semiárido de possibilidades, sejam elas econômicas, sociais e culturais. Atua desde 2006 como unidade gestora de várias políticas públicas vinculadas à ASA, dentre elas o Cisterna nas Escolas.

O CEDASB corrobora no fortalecimento das organizações de agricultoras familiares e assessora na identificação de problemas das esferas do seu cotidiano, com isso procura melhorar suas condições de vida e de enfrentamento das forças políticas e econômicas adversas na elaboração e proposição de experiências de desenvolvimento rural voltado para as circunstâncias do semiárido do Sudoeste baiano.

No montante do contrato firmado entre o CEDASB e a ASA, os municípios preestabelecidos¹⁹ não absorveram o quantitativo de Cisternas desse programa. Dessa forma, Aracatu foi inserido no projeto por estar no Território Sudoeste Baiano (TSB) e por ser um município que apresentava uma demanda significativa.

Os critérios utilizados para a seleção das escolas no município, segundo a coordenadora do projeto, se deram pelo acionamento da secretaria de educação para conceder a relação de todas as escolas do campo, a fim de posteriormente realizar um afinilamento, obedecendo algumas prioridades para, de fato, selecionar escolas que realmente não possuíam um abastecimento adequado. Em entrevista, a coordenadora relata:

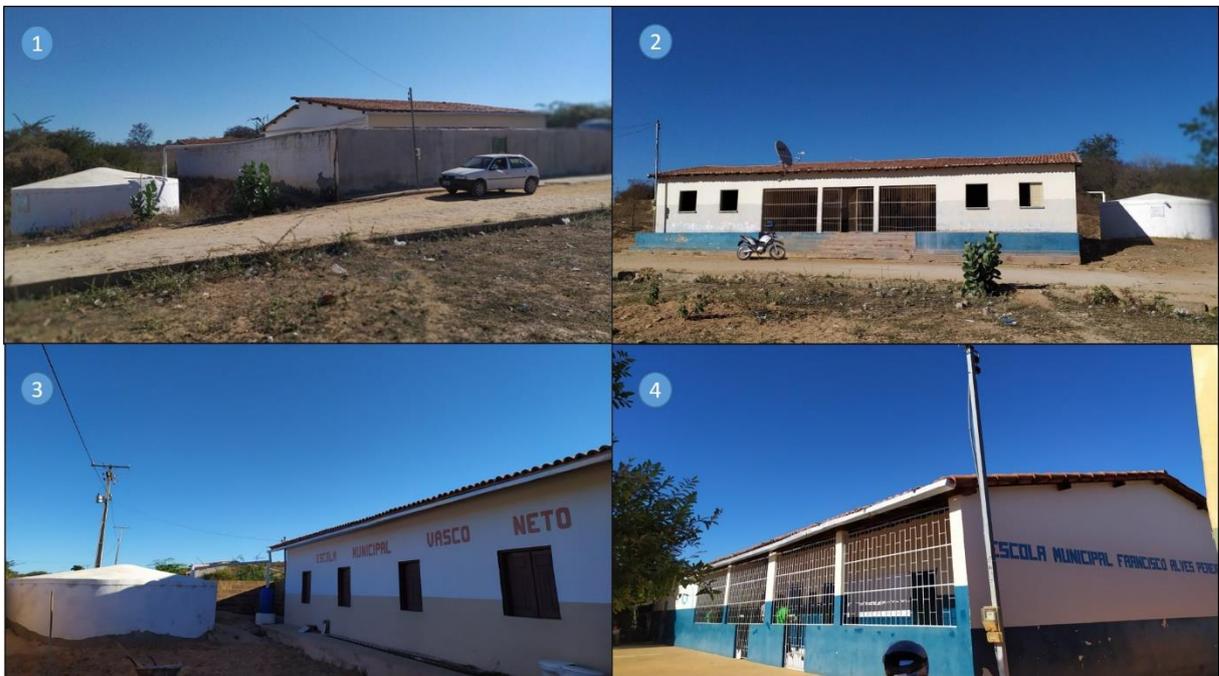
Algumas que já têm o encanamento de água que recebe água da EMBASA, essas não são prioridades, outras que já têm reservatórios grandes que é suficiente, aí a gente já vai tirando, juntamente com o secretário ou secretária de educação, essas escolas que já têm toda uma estrutura para atender o pessoal e que não tem dificuldade, não para de funcionar por falta de água. As restantes que fica a gente faz uma visita em loco e um dos critérios é justamente ter um maior número de alunos matriculados, não ter nenhuma infraestrutura de captação de água que possa abastecer a escola, ou se tiver que seja relatado e provado que é insuficiente para o número de alunos,

¹⁹ Os municípios preestabelecidos foram: Anagé, Caraíbas, Cândido Sales, Manoel Vitorino, Planalto e Poções.

preferencialmente também escolas onde têm crianças envolvidas, ou seja, creches e a educação infantil. Então geralmente é mais essas questões e que tenha espaço para construir a tecnologia que ela demanda, realmente um espaço muito grande. Em alguns municípios o espaço foi um empecilho para a construção dessas tecnologias, mas são esses os critérios. (ENTREVISTA, 2019)²⁰

Em Aracatu, quatro escolas foram beneficiadas com essa intervenção, representadas na Figura 7 e no Mapa 7 com a seguinte indicação: Creche Municipal Maria Sena - CMMS (1) e Escola Municipal Herculano Rodrigues Vieira - EMHRV (2) no povoado Serra Negra, Escola Municipal Vasco Neto - EMVN (3) no povoado do Lagedão e a Escola Municipal Francisco Alves Pereira - EMFAP (4) na comunidade rural do Morro de Souza.

Figura 7 - Escolas beneficiárias do Programa Cisterna nas Escolas, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

As instituições beneficiárias são escolas do campo, e a educação do campo é um elemento que está atrelado ao desenvolvimento rural. Para tanto, essa educação deve ser direcionada para o campo, de forma que sirva como estratégia para melhorias do espaço rural e emancipação dos estudantes.

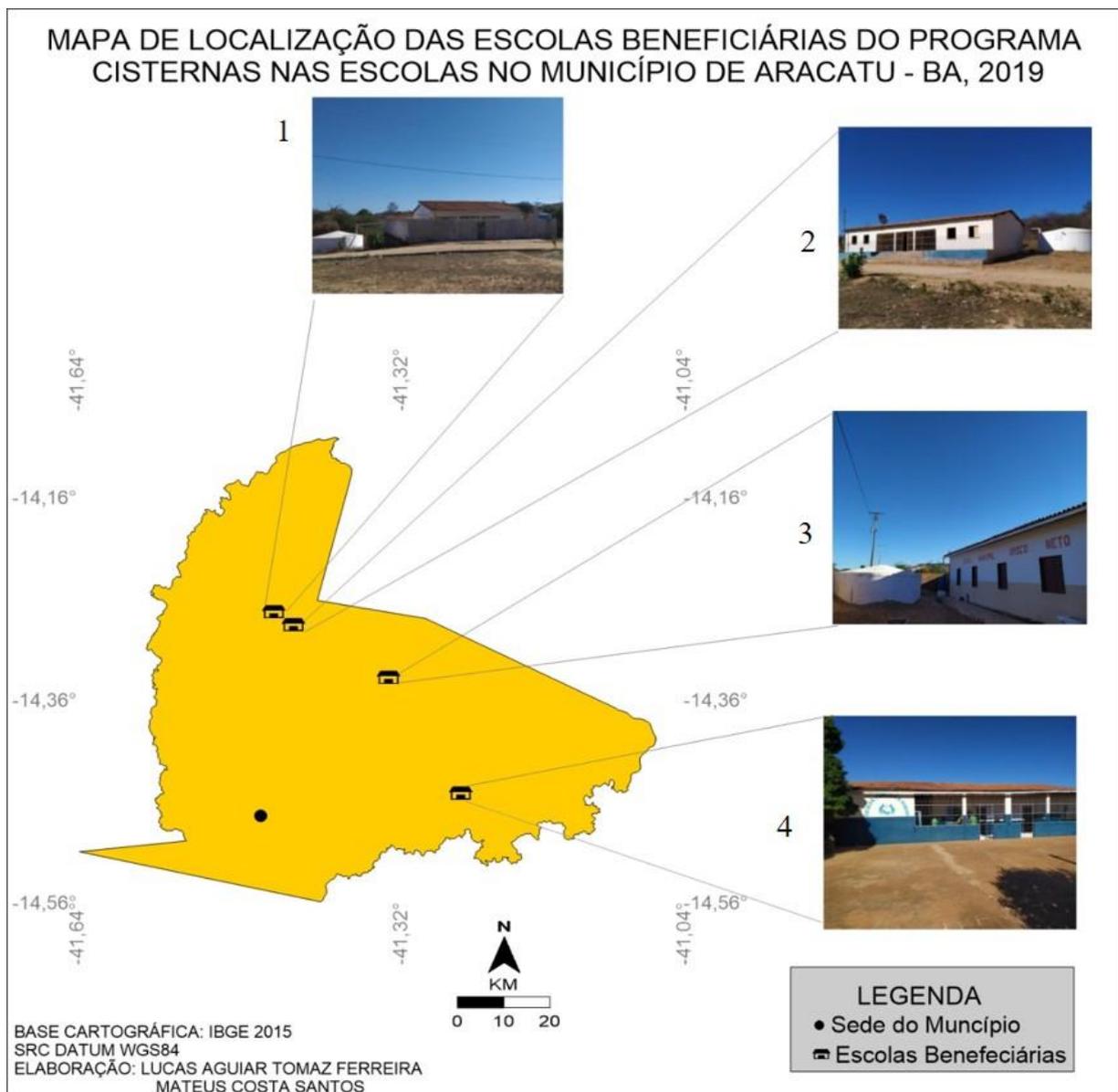
O Secretário de educação do município, em entrevista concedida, menciona que a instituição responsável entregou as cisternas prontas e que todas as escolas receberam o projeto de forma positiva, pois estavam carentes em relação ao abastecimento de água. “Sabemos qual

²⁰ Entrevista com a Coordenadora do Programa Cisterna nas Escolas.

a dificuldade que temos com água no município e sem nenhuma despesa para o município, eles preparam todo pessoal, tiveram reunião com professores, tudo isso, e as caixas estão sendo bem utilizadas aí hoje” (ENTREVISTA. 2019)²¹

Segundo Scherer (2003), a discussão da água enquanto elemento educacional e cidadã deve ocupar um lugar de destaque no âmbito escolar, pois a conscientização quanto ao seu uso serve de pontapé na formação do conhecimento e pode sensibilizar tanto a unidade escolar quanto a comunidade.

Mapa 7 - Espacialização do programa cisterna nas escolas, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Ferreira e Santos (2019).

²¹ Entrevista com o Secretário de Educação do município de Aracatu-BA.

Essa política permitiu, entre outros fatores, o acesso à água, a construção do conhecimento e a valorização do semiárido pelos sujeitos envolvidos, posto que foram realizadas oficinas de capacitação chamadas de Gerenciamento de Recursos Hídricos Escolar (GRHE) com professores, funcionários das escolas e nutricionistas. A Tabela 3 mostra informações referentes ao perfil das escolas beneficiárias, de forma quantitativa.

Tabela 3 - Perfil das escolas beneficiárias, Aracatu-BA - 2019

	Escola Beneficiária	Nº de estudantes	Nº de funcionários e professores
1	Creche Municipal Maria Sena	90 estudantes	38 profissionais
2	Escola M. Herculano Rodrigues Vieira	70 estudantes	20 profissionais
3	Escola Municipal Vasco Neto	47 estudantes	12 profissionais
4	Escola Municipal Francisco Alves Pereira	170 estudantes	36 profissionais
	TOTAL	377 estudantes	106 profissionais

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, existem no município dezoito unidades escolares das séries iniciais e finais do ensino fundamental e duas creches municipais, o que compõe um total de 2.378 (2019) estudantes da rede municipal. Ao obedecer aos critérios preestabelecidos, apenas quatro dessas instituições foram relacionadas para participar do projeto, o que, posteriormente, interferiu a rotina dessas instituições, pois os alunos não precisariam mais faltar às aulas por conta da falta de água na escola.

A implantação das cisternas ocorreu de forma participativa e teve seu início pela mobilização da sociedade civil, comunidade escolar e o poder público municipal, onde todos se envolveram numa proposta que foi além de proporcionar à escola uma forma de armazenamento de água da chuva. “O maior legado do projeto foi envolver todos esses atores (diretores, professores, alunos, pais, funcionários da escola, prefeitura e secretaria municipal) em torno de uma proposta que discutiu o direito à água de qualidade e o uso sustentável desse bem” (ENTREVISTA, 2019)²².

O processo ocorreu como um agente formador no que diz respeito à preparação de gestores, professores, estudantes e funcionários no espaço escolar. Sobre o processo de implantação, a Coordenadora analisa:

²² Entrevista com a diretora da CMMS.

O ponto positivo durante o processo de implantação é ver que em algumas pessoas é o início de uma nova visão de mundo. O ponto negativo são as pessoas que têm resistência ao novo, de entender que o semiárido é muito mais além do que uma televisão ou um rádio fala, ou uma música fala. São pessoas que a partir do contexto histórico abordado tanto na oficina quanto no GRHE tem um outro entendimento de sociedade, de semiárido e entende o quanto que a política ela interfere e pode direcionar uma compreensão de um lugar e de um espaço. (ENTREVISTA, 2019)²³

Ainda nesse aspecto, Ab’Saber (1999, p. 58) ressalta que a “[...] Educação dirigida para crianças e adolescentes nordestino dos sertões, deverá ser sempre a discussão e exemplificação das formas de preservar água da estação chuvosa para usar na estação seca”. Por esse ângulo, o processo de ensino-aprendizagem nas escolas do semiárido nordestino deve estar atrelado à realidade vivenciada pelos estudantes, especialmente no acesso e armazenamento da água como um fator educacional.

Em entrevista com a gestora de uma das unidades escolares, no que diz respeito às modificações ocasionadas pelo programa, foi relatado: “O projeto Cisterna nas Escolas nos proporcionou o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para atender as necessidades de alunos e professores da nossa escola, pois está localizada na zona rural com dificuldades de acesso à água” (ENTREVISTA, 2019)²⁴.

A capacidade da cisterna é de 52 mil litros de água, captada pelo próprio telhado da escola e canalizada por calhas e tubulações. Ao questionar sobre o reservatório, se a sua capacidade era suficiente para o ano todo e se houve e/ou há pontos negativos sobre a implantação e uso das cisternas, o diretor da EMFAP assim descreve: “como é o primeiro ano de instalação e funcionamento dela e que ela encheu a gente só vai saber, ter ideia quando chegar o primeiro ano. Quando começar a chover de novo” (ENTREVISTA, 2019)²⁵. Nesse caso, a cisterna não havia esvaziado, no entanto, ainda restava quatro meses do período sem chuvas para consolidar se a água era suficiente para a demanda da escola. O mesmo gestor ainda salienta:

Antes tinha a questão de um poço artesiano que volta e meia dava problemas na bomba. A cisterna impediu da gente tá utilizando ele que era uma água salgada e tal e tinha a água pública que vinha em caminhão, caminhão-pipa. Sempre tinha aquele transtorno, aquela coisa toda, agora tá tendo autonomia de água. Antes a água às vezes faltava, o caminhão não vinha na data certa e agora tem autonomia a água na escola. (ENTREVISTA, 2019)²⁶.

²³ Entrevista com a Coordenadora do Programa Cisterna nas Escolas

²⁴ Entrevista com a diretora da EMHRV.

²⁵ Entrevista com o diretor da EMFAP.

²⁶ Entrevista com o diretor da EMFAP.

A questão da autonomia da escola com relação ao uso da água se reflete no cotidiano de toda a comunidade escolar, seja na limpeza da instituição e no beneficiamento dos alimentos para os discentes, o que resultou uma maior soberania do acesso à água e no próprio funcionamento da escola, como é mencionado em outra unidade escolar:

A escola era abastecida por caminhões pipa vindos da zona urbana, como a demanda do município é muito grande, não conseguia suprir as necessidades de água de todas as escolas. E hoje, com o reservatório, não há falta de água na escola, a chegada desse projeto teve um significado especial, pois possibilitou o pleno funcionamento do espaço de aprendizado, mesmo nos períodos secos. (ENTREVISTA, 2019)²⁷

Esse depoimento correlata também com a infraestrutura municipal de abastecimento de água das escolas rurais, pois, de acordo com o Secretário de Educação, o programa tem apresentado “efeitos positivos e tem ajudado até o próprio município, a economia do município, porque o município que tinha que deslocar carro, às vezes pela dificuldade que a gente tem aqui” (ENTREVISTA, 2019)²⁸.

A escola, como uma construção social e histórica, produz espaço no território em que está inserida, mas, além disso, ela é um instrumento que transforma as relações existentes entre os que estão a sua volta e promove o desenvolvimento e o conhecimento como um ato político. Dessa forma,

[...] os territórios corroboram espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento. A educação vem como uma política social de extrema importância ao caráter econômico, pois promove condições políticas efetivas para o desenvolvimento. (OLIVEIRA; SANTOS; ALCANTARA, 2019, p. 5)

A implantação de cisternas nas escolas representa não somente o abastecimento de água na unidade de ensino, mas a alteração das relações produzidas pela escola do ponto de vista social, pois o cuidado para com uma infraestrutura pertence não somente à instituição, mas a comunidade, e todos são responsáveis por assegurar o cuidado e a racionalidade pelos usos da água, pois o problema da falta da água na escola foi solucionado.

Ademais, a inserção dessa e das outras políticas de acesso à água permitiram novas configurações no espaço rural do município de Aracatu, pois famílias e escolas rurais puderam

²⁷ Entrevista com o diretor da EMHRV.

²⁸ Entrevista com o Secretário Municipal de Educação.

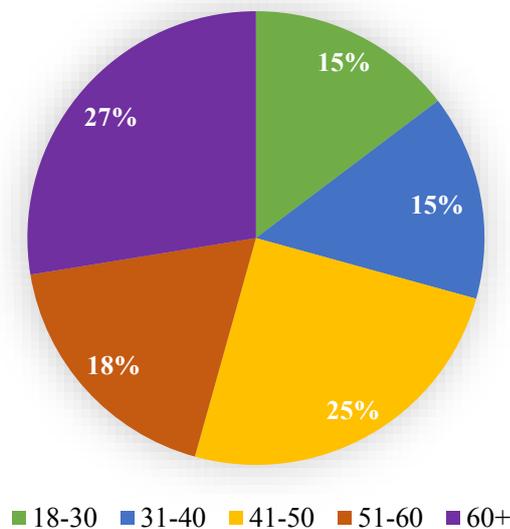
ser incluídas em um processo de desenvolvimento humano, na perspectiva de ter o direito à água e garantir segurança alimentar e hídrica.

4.2 Perfil socioeconômico dos beneficiários do P1MC e P1+2 no município de Aracatu-BA

Para melhor compreender o processo estudado, traçou-se um perfil socioeconômico das famílias beneficiárias nesses últimos 10 anos, para diagnosticar quais sujeitos foram atingidos por essas políticas públicas.

Em relação à idade dos beneficiários, no entanto, como se passaram 10 anos da primeira inserção das cisternas na vida familiar, pode haver uma disparidade de idade, pois alguns beneficiários já faleceram e outros não estavam na residência no momento da aplicação do questionário, porém outros componentes da família, acima de 18 anos, puderam responder às questões sem comprometer as informações, como ilustra o Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Idade dos beneficiários do P1MC e P1+2 no município de Aracatu-BA - 2019



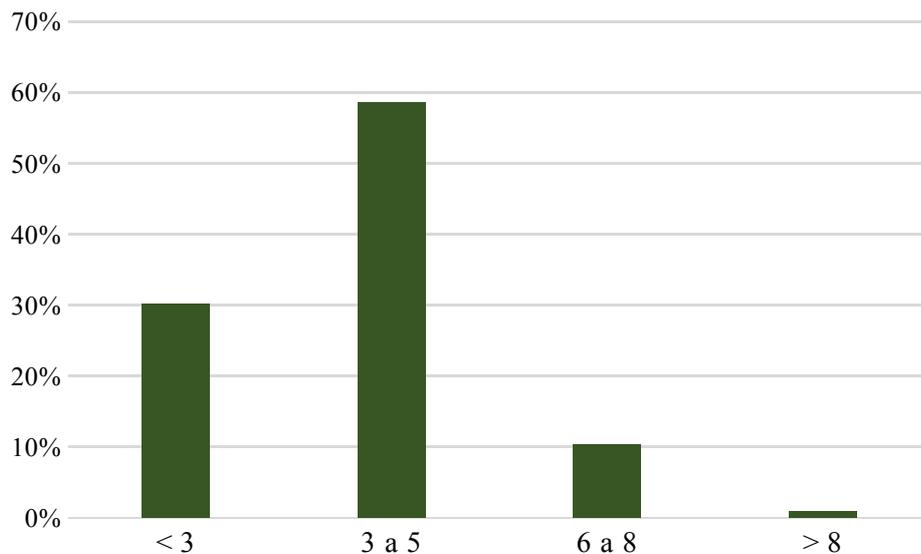
Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Nessa perspectiva, o Gráfico 2 revela que na maioria das famílias beneficiárias os responsáveis tinham mais de 40 anos; observa-se, também, que a porcentagem de idosos contemplados é significativa e os demais permanecem de forma equilibrada. Constatou-se, ainda, que dentro da composição familiar a mulher exerce um papel fundamental no processo de participação, isto é, desde o acompanhamento dos cursos de GRH até o cuidado com a cisterna no dia a dia, pois a maioria das interessadas são elas e isso fortaleceu seu papel nas

comunidades rurais, além do mais eram elas quem sofriam na busca pela água, pois, muitas vezes, a distância e a “lata d’água na cabeça” fizeram parte do seu cotidiano.

Outro fator a ser considerado é a quantidade de pessoas residentes nas casas beneficiadas, isto é, segundo dados coletados, a maioria das famílias é composta por três a cinco pessoas, conforme aponta o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Número de moradores em residências beneficiadas pelo P1MC e P1+2 no município de Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Quanto ao perfil das famílias no município de Aracatu, registra-se que a queda no número de filhos e o êxodo rural contribuíram para o estreitamento do número de moradores na mesma residência.

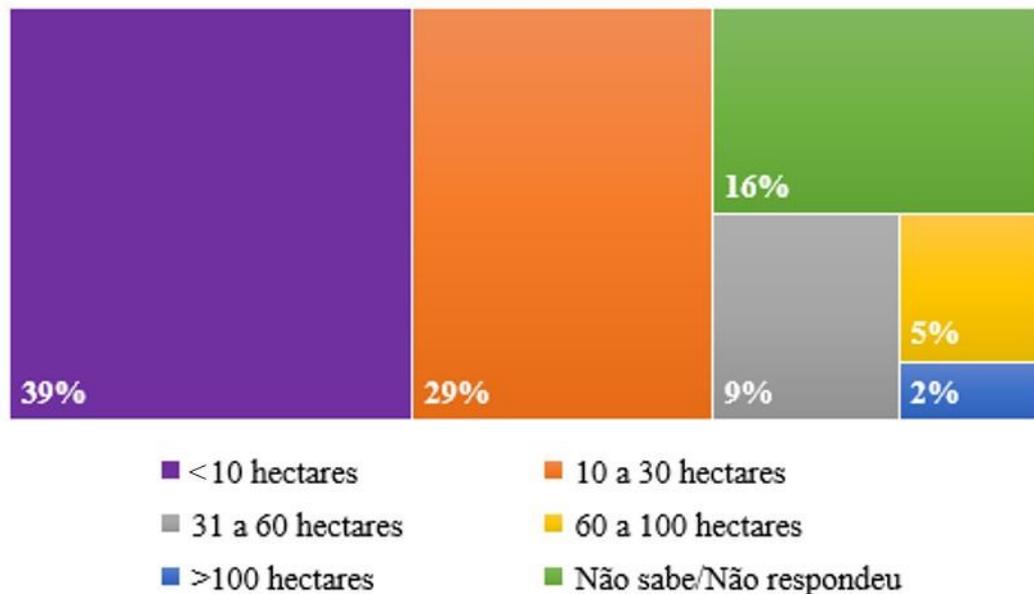
Outro aspecto que se verifica com a análise da quantidade de moradores na residência é a capacidade da cisterna de água para consumo humano, a fim e abastecer a família num determinado espaço de tempo. Segundo o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA (2001), uma pessoa utiliza, em média, por dia, 14 litros de água, incluindo a água de beber, cozinhar e lavar as mãos e o rosto, então, uma família de cinco pessoas gasta, em média, diariamente, 70 litros, o que equivale a 2.100 litros de água por mês.

Após os cálculos, pode-se afirmar que uma família composta por cinco pessoas consumiria em sete meses e meio a quantidade máxima de água armazenada. Numa região onde o índice pluviométrico é, em média, 580 milímetros e que as estações chuvosas são definidas, variando de novembro a março, mesmo com a irregularidade da precipitação, e os outros sete meses são constituídos meses sem chuvas, ainda assim, a água da cisterna seria suficiente para

a demanda da residência. Segundo a ASA (2019), seria possível a tecnologia abastecer uma família de cinco pessoas por oito meses.

Em relação às propriedades rurais, cerca de 75% é de caráter próprio e os outros 25% são advindos de herança. Os dados indicam que a maioria dessas propriedades é pequena, pois verificou-se que aproximadamente 70% das famílias possuem propriedades rurais menores que 30 hectares (Gráfico 4), onde o agricultor familiar tem sua produção ligada ou não às atividades da agropecuária.

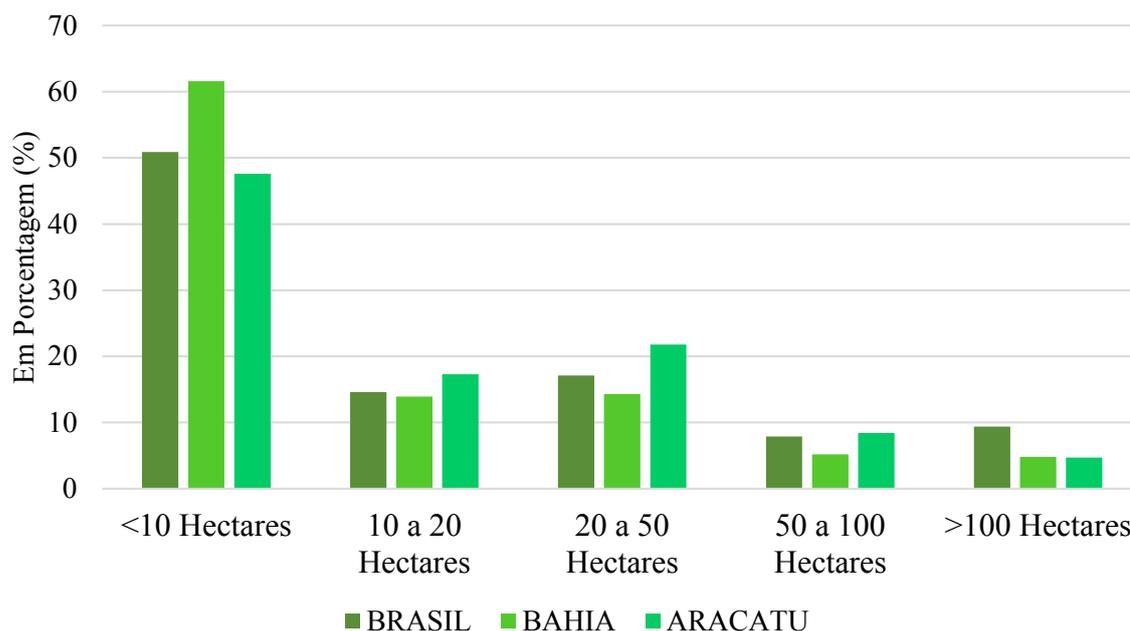
Gráfico 4 - Tamanho das propriedades rurais das famílias beneficiárias, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Ao realizar uma comparação com os dados gerais dos estabelecimentos agropecuários por área de Aracatu, da Bahia e do Brasil (Gráfico 5), verifica-se que o panorama do tamanho das propriedades apresentado vai além do Gráfico 4, em especial na primeira variável de até dez hectares. Esse fato está correlacionado aos que deixaram e/ou que não souberam responder ao questionamento.

Gráfico 5 - Estabelecimentos Agropecuários no Brasil, Bahia e Aracatu por grupos de área - 2019



Fonte: Tabela 6906. Censo agropecuária (2017).

Verifica-se também que 86% dos estabelecimentos do município possuem até 50 hectares, número menor que o da Bahia (90%) e maior que a média nacional (82,7%). No entanto, proporcionalmente, Aracatu possui média superior à do estado e do país nas três variáveis que envolvem de dez a cem hectares.

A atividade agropecuária faz parte da economia do município de Aracatu-BA e contribui, de forma direta, na alimentação da família, porém sofre diretamente com os impactos das condições climáticas, sobretudo na época da estiagem.

Pelo fato de não existir um acompanhamento técnico, a exemplo do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural na produção, seja agrícola ou na criação de animais, as práticas adotadas pelas famílias, em sua maioria, são as que adquiriram ao longo da vida, com os costumes tradicionais herdados pelos antepassados, embora, hoje, vê-se uma prática com maior uso de técnicas mais modernas, o que, de certa forma, é uma adaptação ao mercado, a exemplo do uso de sementes híbridas, principalmente de melancia e o uso de irrigação por gotejamento.

Ao se tratar da produção agrícola mostrada no Gráfico 6, adiante, os cultivares feijão e milho têm seu destaque, visto que esses itens são produzidos basicamente no modelo de agricultura de sequeiro²⁹ por quase todas as famílias, o que contribui também para a composição

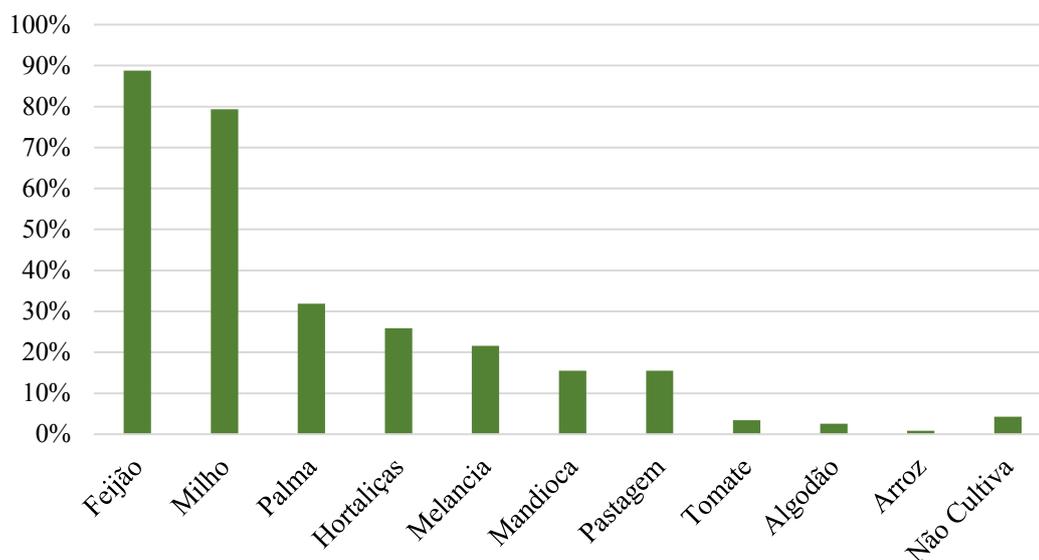
²⁹ É aquela que só é cultivada no período chuvoso em uma determinada época do ano, em que a água da chuva irriga as lavouras.

da renda, já que o excedente é comercializado. A palma, as pastagens e a mandioca são produções que poucas famílias adotam e que também detêm um espaço de tempo maior que outras culturas. Destaca-se que o cultivo da palma, apesar de ser uma planta adaptada às condições climáticas, apresenta pouca incidência no espaço rural em questão, o que é um dado relevante para pensar o que tem interferido nesse cultivo. Por sua vez, as pastagens são utilizadas para a alimentação animal, e a mandioca resulta na fabricação de seus derivados: farinha, polvilho e puba.

Por um lado, percebe-se que a produção de hortaliças é baixa nas unidades familiares beneficiadas pelo P1MC, pois acredita-se que além do fator água, as famílias preferem comprar na feira as verduras e legumes para consumir, a produzir em seu próprio quintal. Por outro lado, a maioria das famílias beneficiárias do P1+2 consegue produzir em maior quantidade hortaliças: alface, coentro, cebolinha e abóbora, que estão entre os principais produtos e serem autossuficientes para consumo e ainda vendem o excedente.

As plantações de algodão no semiárido baiano, “tradicionalmente um produto básico para o Nordeste” (ANDRADE, 2005, p. 255), entra em crise através do bicudo³⁰, o que contribuiu para que os pequenos produtores ficassem reféns dessa praga e não tivessem condições de permanecer com essa cultura. Outro fator relevante, nesta análise é a expansão da cotonicultura no Oeste baiano junto à descapitalização do algodão para as pequenas propriedades, afetando, desse modo, a produção nas áreas do semiárido, como é o caso de Aracatu. Mesmo assim, com pouca produção, além da venda da lã, a semente serve para a alimentação animal no período de estiagem, esta comprada das fazendas produtoras do Oeste baiano.

³⁰ O Bicudo do algodoeiro (*Anthonomus Grandis*) é um besouro responsável por danificar e até exterminar lavouras de algodão não só no Nordeste a partir da década de 1990.

Gráfico 6 - Tipos de produtos agrícolas cultivados, Aracatu-BA - 2019

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Do conjunto de produtos agrícolas apresentado merecem atenção o registro das culturas da melancia e do tomate, visto que essas culturas necessitam de bastante água. O que justifica a presença destes produtos é a inserção de pequenos projetos de irrigação (privados) que possibilitam a produção em escala considerável dessas mercadorias, por meio de pequenas barragens construídas com recursos próprios dos agricultores.

Essa produção irrigada teve início nas proximidades da barragem do riacho do Jacaré – construída entre os anos de 1997 e 1999 pelo governo do estado da Bahia, maior do município e responsável pelo abastecimento da sede – e posteriormente pessoas de outras regiões do município perceberam que existiam condições favoráveis e o que faltava era a água. Os investimentos particulares foram uma alternativa; mesmo sem acompanhamento técnico, as famílias foram estruturando suas propriedades com a construção ou o aumento de barragens para armazenar a quantidade de água que utilizariam na irrigação, adquiriram equipamentos para os projetos com a utilização da técnica do gotejamento, e aos poucos se formou uma nova configuração na produção agrícola do município.

Com esses novos tipos de produtos cultivados, a comercialização se dá por meio de atravessadores da região e no centro de distribuição mais próximo, localizado na cidade de Vitória da Conquista-BA. Vale ressaltar que a implementação desse modelo de agricultura necessita de investimentos, e a maioria das famílias não possui condições financeiras para realizar esse tipo de atividade, porém muitas também não têm o interesse de produzir nesse modelo. Santos, Alcantara e Costa (2018) abordam o seguinte:

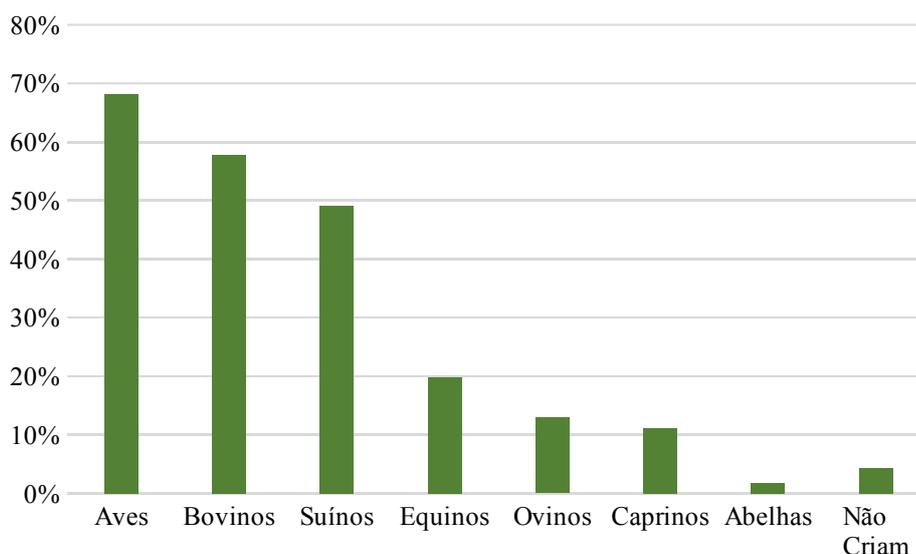
Assim os agricultores familiares têm buscado alternativas para essa problemática a partir do armazenamento de água superficial ou a perfuração de poços artesianos, seja com subsídios de financiamentos, políticas públicas e ou recursos próprios. Essas infraestruturas hídricas citadas amenizam a dificuldade do acesso à água e permite que os produtores implementem em suas propriedades pequenos perímetros irrigados. (SANTOS; ALCANTARA; COSTA, 2018, p. 8)

Percebe-se também que a produção irrigada tem alcançado resultados positivos (SANTOS; ALCANTARA; COSTA, 2018). Assim, com água reservada, o produtor não fica dependente dos fatores climáticos. No entanto, não há registro de incentivos por parte do poder público local para essas iniciativas de irrigação, como, por exemplo: a construção, aumento e limpeza das barragens, convênios com o governo estadual para assistência técnica e outros.

A cultura do arroz foi citada por um agricultor experimentador que planta para seu consumo numa pequena área. Esse agricultor aprendeu técnicas e conseguiu a semente em um intercâmbio no estado de Sergipe.

De acordo com o levantamento, cerca de 5% das famílias não cultivam nenhum tipo de alimento, seja para uso doméstico ou para a alimentação de animais. Esse dado está correlato às famílias que desenvolvem outro tipo de atividade no espaço rural, ou são beneficiários da aposentadoria rural e não exercem mais essa prática.

Em relação à criação de animais, trata-se de um modelo extensivo, sejam eles de grande, médio ou pequeno porte. Com a ausência de acompanhamento técnico adequado e a própria falta de informações e condições financeiras de algumas famílias, os animais tendem a tardar seu ritmo de crescimento. Mesmo assim, a pequena criação é de extrema importância para o aumento da renda e o consumo das famílias. O Gráfico 7, a seguir, apresenta os tipos de animais criados pelas famílias beneficiadas do município.

Gráfico 7 - Criação de animais pelas famílias beneficiadas, Aracatu-BA - 2019

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Ao realizar a leitura do Gráfico 7, constata-se que os suínos, bovinos e aves (galináceos) são os principais animais criados pelas famílias. Esses animais, assim como outros, são nutridos com os próprios cultivos produzidos nas propriedades rurais, no caso dos suínos e aves os restos de alimentos domésticos, mas no período de estiagem algumas famílias procuram outros meios para alimentar seu rebanho, principalmente o bovino, através da semente e a torta de algodão e dos suínos com a compra do milho. Esses também são os principais animais que as famílias comercializam, o que contribui para a geração de receita financeira do grupo.

Observa-se que a criação desses animais tem diminuído, em decorrência, principalmente, do fenômeno da seca que atingiu a região e, pelo fato da maioria dos pequenos produtores não possuir condições de manter seu rebanho, foram aos poucos se desfazendo do mesmo através da venda para outros produtores ou para o abate. Conforme dados da Tabela 4, que se segue, ocorreu decréscimo na criação de animais, o que preocupa a manutenção da dinâmica produtiva do município.

Tabela 4 - Rebanho dos animais criados no município de Aracatu em 2006 versus 2017

REBANHO	2006	2017
BOVINOS	29.453	28.199
AVES (GALINÁCEOS)	40.000	35.454
SUÍNOS	7.230	5.439
EQUINOS ³¹	2.987	2.161
OVINOS	5.591	5.091
CAPRINOS	6.678	5.345

Fonte: Censo agropecuário. IBGE. Elaborado pelo pesquisador (2019).

Constata-se que todos esses animais fazem parte da base de criações no município, mas têm caído em quantidade, como mencionado anteriormente. Os equinos, como meio de transporte, força motriz na lida com a terra e também em manifestações culturais, em especial a cavalgada. Em referência aos ovinos e caprinos, estes são animais que aparecem como alternativas em meio às circunstâncias ambientais presentes na região e, além desse fator, pondera-se que a maioria das propriedades são pequenas. Uma vez que não precisam de tanto espaço como os bovinos, embora também se apresente uma queda considerável na criação desses animais, os caprinos e ovinos são comercializados, como também servem para o consumo da família.

Os dados da criação de caprinos e ovinos apresentados pelo censo agropecuário (2006 e 2017) mostram um declínio do rebanho desses animais, fato que merece destaque, haja vista ser um município que apresenta aptidão para esse tipo plantel. Todos esses elementos recorrem ao modelo de Fundos de pastos extinguido no fim do século passado e com as propriedades cercadas, muitas famílias findaram suas criações.

A criação de abelhas aparece como uma alternativa para a convivência com o semiárido devido à pouca mão de obra utilizada, no entanto, o custo é um pouco alto e também não há uma associação ou cooperativa no município que certifica o produto, porém, essa atividade é uma possibilidade rentável para a localidade. De acordo com o levantamento de dados, apenas 5% das famílias não criam nenhum tipo de animal.

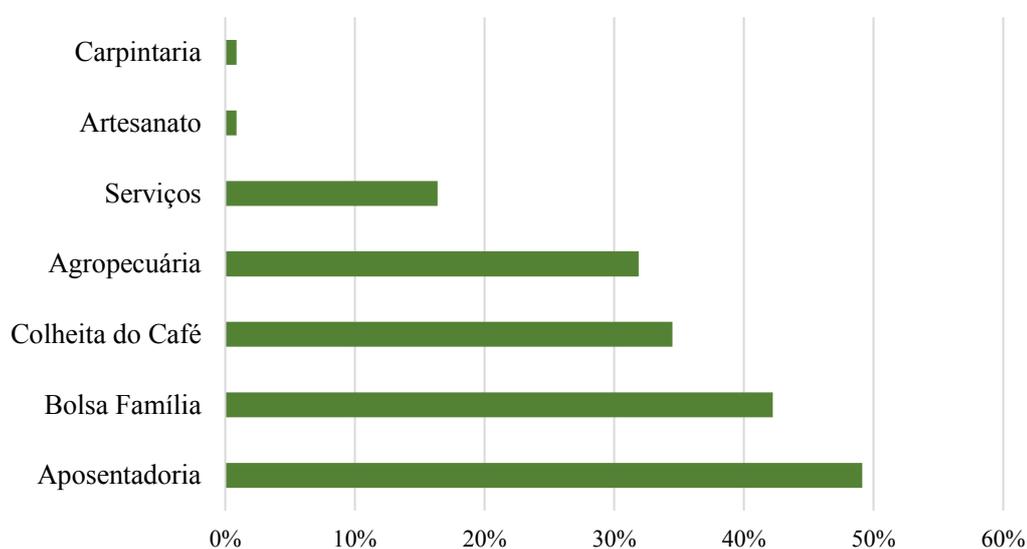
Além da agricultura e da criação de animais, outras atividades fazem parte do circuito de produção das famílias: o artesanato com couro e o serviço de carpintaria. Ao se tratar do

³¹ Corresponde à soma dos: Equinos, Muales e Asininos.

artesanato com couro, são confeccionados bolsas, chapéus, chaveiros, entre outros produtos, e a carpintaria é utilizada na fabricação de portas, janelas e móveis.

Apesar da expressividade das atividades ligadas à agropecuária, a renda familiar não é composta somente por esse setor ou do artesanato e/ou da utilização da madeira para carpintaria, existem outros componentes que participam do faturamento, entre eles o setor de serviços, os programas de transferência de renda e o trabalho temporário em outros estados com a colheita do café, conforme demonstra o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Composição da renda das famílias beneficiárias, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O gráfico 8 suscita a atenção e destaque para a aposentadoria rural, pois se trata de uma importante política pública direcionada à população idosa (mulher de 55 anos e homem de 60 anos) para a economia do município, uma vez que esse benefício é um fator determinante na movimentação econômica, isto é, nas relações comerciais existentes no pequeno município. Verifica-se, também, que os atendidos com a aposentadoria não ficam totalmente desamparados com esse recurso, uma vez que podem acessar outros programas e/ou benefícios voltados para a saúde, em razão de poderem adquirir medicamentos e suprirem outras necessidades.

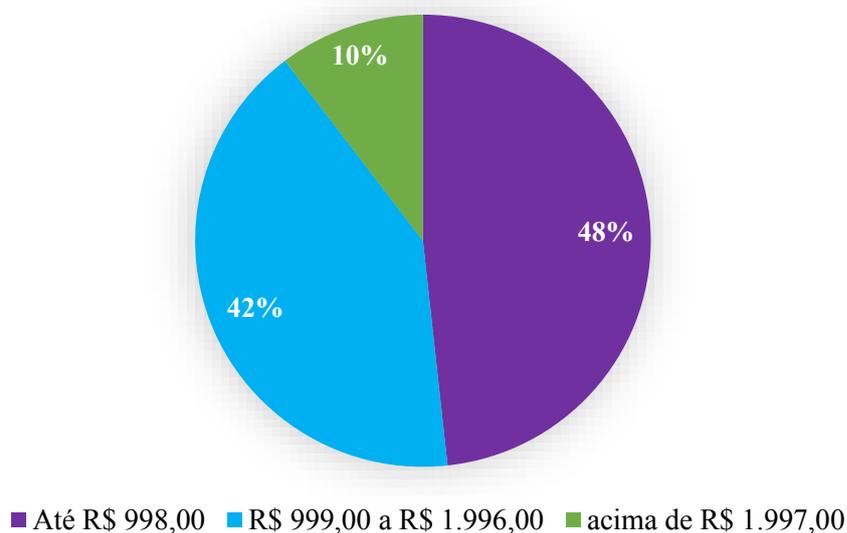
Da mesma maneira que a aposentadoria influencia na vida da população e na economia local, o PBF também tem sua importância em consequência do auxílio às famílias carentes. Essa política tem grande destaque, não só no município de Aracatu, mas em todo o Brasil, pois a valorização da mulher, a diminuição da mortalidade infantil, a minimização das desigualdades e o poder de compra que as famílias passaram a ter são fatores que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico dos beneficiários.

A maioria dos empregos formais são registrados no setor público, pela prefeitura municipal de Aracatu, por meio da existência de cargos de confiança e concursados, realidade comum nos pequenos municípios do Nordeste do Brasil.

Ainda na análise da composição da renda familiar, o trabalho temporário na colheita do café, realizado fora do município, é – senão a principal – uma das mais significativas alternativas que muitas famílias encontram de conseguir recursos para sobreviver. É através da migração sazonal para estados produtores de café, como Minas Gerais e São Paulo, que as famílias conseguem agregar valor à renda familiar. Nos meses de maio a setembro registra-se esse processo, pois é nesse período que os estados produtores necessitam de mão de obra para a colheita do fruto e a população carece do vínculo empregatício em razão de não encontrar meios para sua permanência no município de origem.

Ao dialogar com os dados obtidos, percebe-se que todos esses fatores têm contribuído para a geração de renda no município, em atenção à diminuição do êxodo rural que foi mais frequente. As políticas públicas estudadas, o P1MC e o P1+2, cooperaram para esse quadro econômico e de vínculo com o espaço rural. O Gráfico 9, adiante, retrata como está distribuída a renda bruta mensal das famílias.

Gráfico 9 - Média salarial mensal bruta das famílias beneficiárias, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

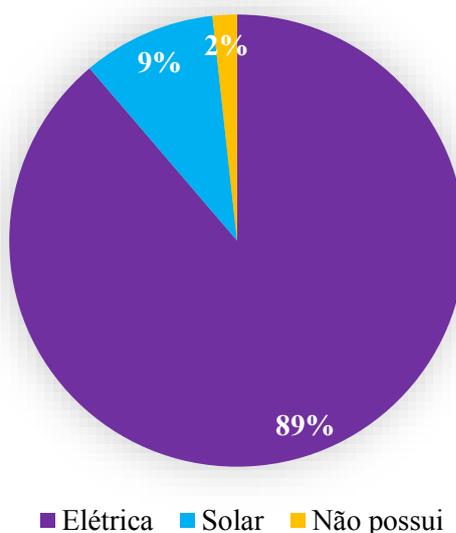
A média salarial mensal bruta das famílias está dividida em três variáveis: até um salário-mínimo (R\$ 998,00), de um a dois salários-mínimos (R\$ 998,00 a 1.996,00) e, por último, superior a dois salários-mínimos (cima de 1.996,00). Pode-se constatar que quase metade do contingente tem a renda bruta de até um salário-mínimo, porém fica subjetivo

analisar quantitativamente a porcentagem de famílias que podem estar em situação de pobreza ou extrema pobreza, pois a renda per capita no Brasil, segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (2018), para essa definição, é de R\$ 89,00 e R\$ 178,00, respectivamente.

Mais de 50% das famílias conseguem mensalmente, em média, mais de um salário-mínimo (R\$ 998,00 em 2019 equivalente a US\$ 246,20), o que corresponde a um conjunto familiar de 5 pessoas uma renda per capita de, no mínimo, R\$ 199,00, ou seja, estaria fora do índice de pobreza, porém não se pode generalizar quanto a esses dados estatísticos, pois estes são muito complexos no espaço rural.

Dentro do perfil socioeconômico, o acesso à energia elétrica (Gráfico 9) é fundamental para a família, pois facilita as atividades domésticas e também auxilia em outras demandas fora da residência e resulta em uma melhor condição de vida para a população rural.

Gráfico 10 - Residências que possuem energia elétrica, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2019).

A eletrificação rural é de extrema importância, pois consegue fornecer energia elétrica às residências do espaço rural. O Programa Luz para Todos, instituído em 2003 pelo governo federal, com o objetivo de levar energia elétrica às residências rurais que não possuíam, tem modificado as relações de vida na produção do espaço rural. Segundo a Eletrobras (2017), o programa já beneficiou cerca de 16 milhões de pessoas e pelo decreto nº 9.357 de 27/04/2018, a prorrogação do programa vai até dezembro de 2022.

Verifica-se que a abrangência do Programa Luz para Todos no espaço rural, em quase que sua totalidade, possibilitou transformações no quesito permanência e melhores condições de vida das famílias. É verificado, ainda, que em Aracatu 11% das famílias ainda não possuem a energia elétrica (gerada por hidrelétrica ou outros meios), o que dificulta, por exemplo, a conservação de alimentos, o beneficiamento de frutas para preparar sucos, prejudica a comunicação, entre outros agravantes.

Desse contingente, 9% dos beneficiários possuem energia solar, investimento realizado pelos próprios moradores, abastecendo somente as lâmpadas e poucos eletrodomésticos que podem estar conectados à rede devido à baixa capacidade da geração de energia. Registra-se que apenas 2% da população beneficiária não tem acesso a nenhuma dessas fontes de energia, o que dificulta mais ainda a vivência dessas pessoas no espaço rural.

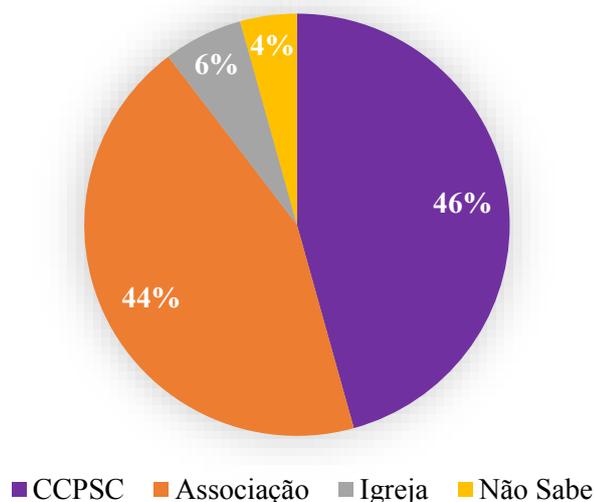
A análise do perfil socioeconômico dos beneficiados pelos programas permite conhecer o quadro da realidade dos moradores e se inteirar mais dos aspectos sociais e econômicos presentes. Esse perfil também contribuiu para constatar que os beneficiários estavam dentro dos critérios estabelecidos pelos programas; percebeu-se que a construção das cisternas ou os barreiros têm modificado o modo de vida desses sujeitos. Destaca-se, ainda, a percepção da implantação dos programas pela população no espaço rural no semiárido e das necessidades de políticas públicas, não somente as de acesso à água.

4.3 As transformações socioespaciais no município de Aracatu-BA por meio das políticas públicas de acesso à água

As repercussões da implantação dos programas P1MC e o P1+2 são analisadas em conjunto, visto que as famílias que fazem parte do segundo programa foram beneficiárias do primeiro, respectivamente. Vale ressaltar que foi utilizado somente um questionário na aplicação, pois as perguntas eram direcionadas às duas políticas públicas.

Diante do perfil das famílias, foi possível identificar alguns elementos com relação ao conhecimento desse projeto do “governo” e, nesse questionamento, avaliou-se também a importância da prática do associativismo, pois foi por meio da organização das associações de produtores rurais que puderam realizar todo o trabalho, seja de divulgação e execução, o que facilitou a alcance do benefício a tantas pessoas.

O papel das organizações e do CCPSP também se constituiu como uma peça-chave nesse processo de divulgação para as famílias mais isoladas e inseri-las dentro do programa, assim como a igreja, especialmente a comunidade católica, conforme apresenta o Gráfico 11.

Gráfico 11 - Como os Beneficiários ficaram sabendo do P1MC e P1+2, Aracatu-BA - 2019

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Portanto, essas instituições foram fundamentais, principalmente a parceria entre o CCPSP e as associações rurais na mobilização das famílias a participarem dos cursos de GRH, para que os beneficiários pudessem ser capacitados tanto para o auxílio na construção quanto aos cuidados na manutenção da cisterna.

Indagados sobre as exigências para com o recebimento da cisterna pelas famílias, muitas disseram que não houve ou não lembram, mas, seguindo as normas do programa, as famílias explicaram que para ser contemplada tinham que seguir algumas condições, como: ser de baixa renda, ser beneficiário do Bolsa Família, morar na residência beneficiada, participar da capacitação (GRH), escavar o buraco para a construção da cisterna, auxiliar o pedreiro e fornecer as refeições ao mesmo, ademais utilizar a água somente para beber, cozinhar e lavar o rosto.

Desse modo, os programas cumpriram com o dever de orientar as famílias primordialmente, antes da sua instalação. Um ponto que chama a atenção é o fato da população ter o discernimento de que não foram figuras políticas ou interesse políticos partidários de poder que conquistaram essa política pública para o município, pelo contrário, a maior parte entende que foi através dos movimentos sociais, CCPSP e associações de produtores rurais em priorizar o abastecimento de água, por ser uma realidade que afligia centenas de aracatuenses.

Ao tratar do acesso à água, o abastecimento feito atualmente se dá através de vários meios: pela cisterna que todas as famílias possuem, sendo 245 famílias que dispõem da segunda água promovida pelo P1+2 (cisterna calçadão, Cisterna de enxurrada e o barreiro trincheira), número pequeno comparado às cisternas de consumo humano, no entanto importante, pois

significa que todas as famílias que foram enquadradas dentro dos critérios de recebimento das cisternas foram beneficiadas, dentro dessas algumas já acessaram outra política pública, para a produção de alimentos.

Ainda há o abastecimento por caminhões-pipas, pela rede da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), por rios ou cacimbas, e por conta própria (Barragens particulares, poços artesianos, caldeirão de pedra), pois somente a água da cisterna de consumo humano não é suficiente para as demandas da propriedade.

Em relação ao abastecimento por caminhões-pipas, essa é uma realidade que está presente no município, principalmente nos meses de estiagem, sendo o único meio que muitas famílias encontram de conseguir água para alimentar os animais, para uso doméstico, entre outros. Isso constata o antigo debate da problemática e permanência dos caminhões-pipa no abastecimento de água no espaço rural, retrato não só do município, mas presente em todo o semiárido.

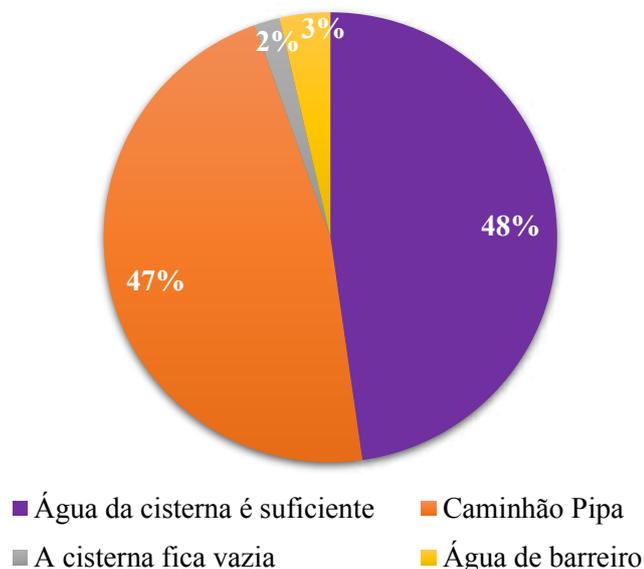
Quanto ao acesso de água pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), apenas 5% das residências rurais têm água tratada pela rede, o que nos mostra a insuficiência de políticas de saneamento no município. Outro meio que algumas famílias têm de conseguir água é através de rio ou cacimbas e, nesse caso, apenas em comunidades ribeirinhas no extremo oeste do município por onde transpassa o Rio Gavião³², único rio perene existente na região. Outro mecanismo são as cacimbas feitas em riachos intermitentes ou baixadas, lugar onde geralmente é encontrada água, porém salobra.

As tecnologias de consumo humano e de produção exercem grande influência na questão do armazenamento de água, pois, devido a sua estrutura fechada, não há evaporação (exceto os barreiros) como também não há entrada de insetos.

No período de estiagem, muitos barreiros, caldeirão de pedra e até mesmo a cisterna podem secar, dependendo do uso. O Gráfico 12, seguinte, mostra a situação de uma cisterna de consumo humano no período de seca em relação ao abastecimento.

³² O Rio Gavião, importante rio da região, tem sua nascente no município de Jacaraci-BA e é um afluente do Rio de contas. No município de Aracatu-BA tem seu médio curso no extremo oeste, onde serve como limite natural com o município de Caetanos-BA.

Gráfico 12 - Formas de abastecimento da cisterna no período de estiagem, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2019).

Observa-se que a água da cisterna de consumo humano é suficiente para quase metade das famílias, isto é, se usada somente para cozinhar, beber e lavar o rosto e as mãos; ao fazer o uso dessa forma, os beneficiários administram durante o ano a espera do próximo ciclo de chuvas. Apenas 2% das famílias preferem deixar a cisterna vazia a colocar água oriunda de outros tipos de fontes, pois, segundo estes relatores, a cisterna tem de ficar sempre limpa e não se deve colocar água de barreiro ou de caminhões-pipa.

Ao se tratar do abastecimento realizado por caminhões-pipa, ressalta-se que eles têm função significativa no período da seca para o abastecimento das famílias rurais, mesmo que tenha diminuído após a implantação das cisternas, o uso desse recurso esconde também perigos de levar até as pessoas uma água de fonte duvidosa, pois nem sempre o recurso vem da central de abastecimento de Aracatu. Sobre a origem da água, foi relatado que alguns pipeiros (donos dos caminhões-pipa) coletam água de barragens/lagoas públicas que podem não estar em condições de uso. No entanto, muitas famílias, como demonstrado, não têm outra alternativa a não ser usar desse meio para ter água no período de estiagem, mesmo com consciência ou não do que pode constar nesse abastecimento.

Finalmente, 3% das famílias utilizam água de barreiros alocados no próprio sítio para suprir a cisterna e o consumo humano, com a mesma justificativa da anterior: por não ter outra alternativa para conseguir água potável.

Em relação ao grau de importância que as famílias atribuem à cisterna, o resultado é bastante expressivo – praticamente todas que foram questionadas – devido aos beneficiários considerarem que essa política deu certo e condiz com suas necessidades, ou, pelo menos, ameniza a falta d’água, quadro presente que ainda é recorrente em alguns lugares.

Analisa-se que a implantação das cisternas ocasionou uma nova organização no acesso à água pelas famílias no espaço rural, tendo em vista a quase unanimidade das respostas entre importante e muito importante na avaliação que os sujeitos fizeram de ter um uma cisterna. O principal motivo para essa repercussão é o fato de ter água armazenada do lado da casa, o que, sem dúvida, é essencial para ter a mínima condição satisfatória de vida. A Figura 8, a seguir, mostra a estrutura da cisterna e como as mesmas são organizadas junto às residências do município de Aracatu-BA.

Figura 8 - Cisterna ao lado da residência, Faz. Lagedão, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Com relação aos pontos negativos verificados após a construção da cisterna, algumas famílias, 5% delas, citaram a de consumo humano, a situação da estrutura física da cisterna, pois quando chove a cisterna consegue seu limite máximo de água, porém não demora muito a começar a vazar toda ou boa parte da água armazenada. Elas atribuem a isso a falta de compromisso de alguns colaboradores na época da construção com o trabalho desenvolvido, o que ocasionou posteriormente esses transtornos e, nesse caso, o Programa não realiza manutenções. Os problemas na estrutura da cisterna são ilustrados na Figura 9:

Figura 9 - Cisterna com rachaduras, Faz. São Luiz, Aracatu-BA - 2019

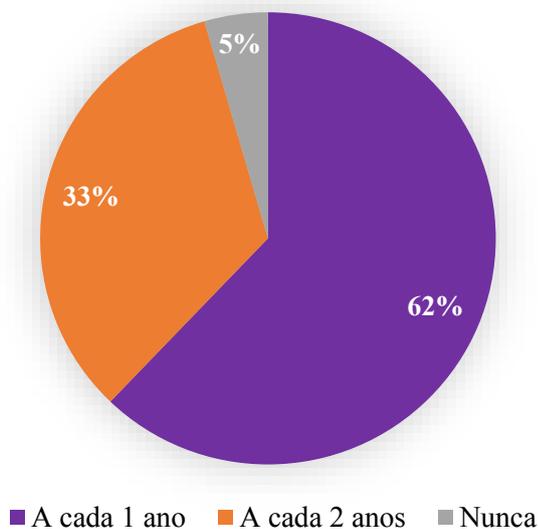


Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A cisterna da Figura 9 fica abastecida durante o período chuvoso, porém três meses depois toda a água é dissipada através das rachaduras.

O fornecimento de água de boa qualidade às comunidades é um fator crucial para que as mesmas não estejam em situações de risco, como, por exemplo, a exposição a doenças e contaminações. Com as cisternas, essa realidade tende a baixar, isto é, dependendo das precauções que as famílias têm com a infraestrutura. Com base nas informações, para a conservação da água, é necessário que os beneficiados providenciem a limpeza das bicas, tubulações e a própria cisterna, conforme informações presentes nos cursos de GRH. O Gráfico 13, adiante, apresenta a frequência com que as famílias realizam essa limpeza.

Gráfico 13 - Frequência que realiza a limpeza da infraestrutura da cisterna de consumo humano, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2019).

Constata-se que as famílias têm a preocupação de realizar a limpeza da infraestrutura, além de ter o cuidado de deixarem as primeiras chuvas para lavar o telhado e colocam telas nas bocas dos canos, não permitindo, assim, a entrada de insetos e outras sujeiras, e quando a cisterna está com a capacidade máxima, adicionam a solução de 1,6 litro de hipoclorito de sódio 2,5% (água sanitária). A maioria (62%) faz essa manutenção a cada ano, pois consomem toda a água captada pela cisterna e quando está próximo do período de precipitação realiza a higienização. A ASA define que o intervalo ideal para essa limpeza é de um ano, podendo variar, pois uma família que não utiliza toda a água dificilmente fará essa atividade a cada ano.

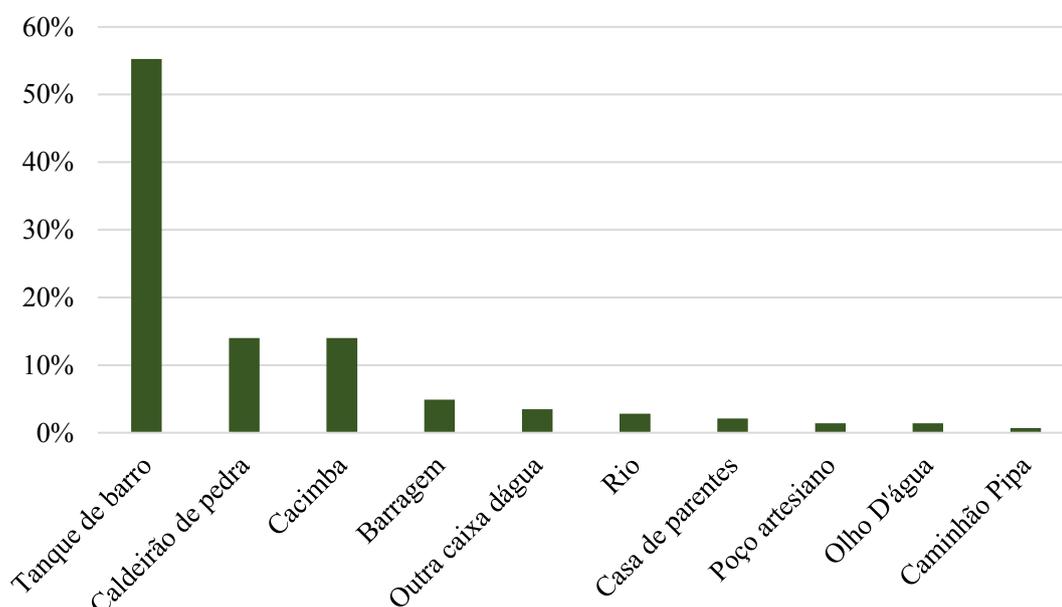
Essa última ponderação se encaixa para os beneficiários que realizam a limpeza na frequência de dois anos, porém há aqueles que não dão atenção a essas medidas de conservação. A situação se agrava em famílias que nunca lavaram a própria cisterna, e consomem da água armazenada diariamente. Ao questionar sobre esse período de tempo sem a devida manutenção e se tinham participado dos cursos de GRH, as mesmas explicaram que partilharam dos conhecimentos, porém a cisterna em nenhum momento ficou vazia, pelo fato de ter uma ou duas pessoas morando na residência.

Averiguar se a família faz o uso da água além dos prescritos pelo programa é fundamental, pois isso pode interferir na quantidade extraída da cisterna e por consequência o volume culmina em poucos meses. Dessa maneira, a investigação revelou que 14% utilizam sim a água para outras atividades, tanto para o uso doméstico (lavar louça, roupas e limpeza da casa) como para irrigar as plantas, jardins e/ou hortas, o que compromete o acesso à água

potável nos meses críticos. Os outros 86% disseram que manuseiam o recurso conforme as orientações do programa.

Verifica-se que o uso da água está associado, no município, ao acesso do recurso antes da inserção das cisternas (Gráfico 14), o que explica grande parte da população ter a consciência de não utilizar para outras finalidades, pois anteriormente os meios de conseguir água para o consumo da família, com certeza, assumiria mais risco e menos comodidade para os mesmos.

Gráfico 14 - Origem da água consumida pela família antes do P1MC, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2019).

O acesso à água pelas famílias antes da implantação das cisternas tinha origem, principalmente, de tanques de barro nas suas propriedades, cujo reservatório também era utilizado pelos animais criados, o que favorecia a contaminação por dejetos dos mesmos. O caldeirão de pedra era outro meio de conseguir captar a água da chuva para o consumo, porém também ficava exposto a céu aberto, acumulando assim impurezas, além da evaporação ser considerável.

Como afirmado anteriormente, também eram utilizadas as cacimbas, pequenas barragens e o Rio Gavião, porém só em determinadas localidades do município eram atendidas. Nesse caso, as alternativas encontradas se baseavam em outra caixa d'água de menor porte na residência, poços artesanais ou buscavam em casa de parentes.

Com isso, as famílias eram expostas a situações de risco, principalmente as crianças, que são mais suscetíveis a doenças ou viroses ocasionadas pela qualidade do recurso que se tinha, sendo a única maneira de obter a água e, nesse caso, algumas famílias ferviam para beber.

Com a presença da cisterna, pressupõe-se que esses transtornos tiveram fim, pois um dos objetivos do programa foi acabar com as doenças causadas pela água imprópria, consumida antes pelas famílias.

Nesse aspecto, boa parte das famílias adere à construção da cisterna como um fator fundamental também para a melhoria na saúde, pois o consumo de água em boas condições contribuiu para a diminuição da incidência de doenças relacionadas ao consumo de água.

Afirma-se que, de fato, as condições de saúde melhoraram por meio do consumo de uma água de qualidade, diferente da água consumida antes do benefício que causava diarreias, vômitos e vermes, segundo depoimento dos beneficiários. Esses relatos foram demonstrados com um sentimento de alívio, tanto em benefícios à saúde como outras melhorias promovidas.

Assim, o P1MC, no acesso à água, possibilitou uma nova condição de vida para o município de Aracatu, devido às modificações não só estruturais, mas no cotidiano das pessoas na reprodução do espaço rural.

O P1+2 também veio a contribuir no fortalecimento das famílias beneficiadas pelo P1MC no sentido de conceder outras ou novas possibilidades na produção da agricultura familiar. Como citado, as famílias foram capacitadas e junto à infraestrutura hídrica também foi inserido pelo programa um pequeno quintal produtivo, com canteiros para a plantação de hortaliças, a exemplo da Figura 10:

Figura 10 - Canteiro de hortaliças na Faz. Lagoa do Eduardo, Aracatu-BA - 2019

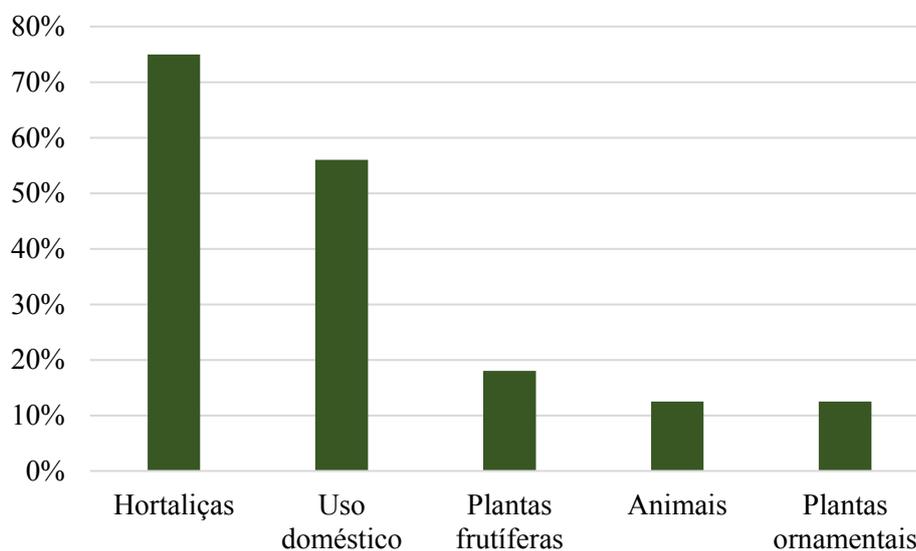


Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Ao interpretar a Figura 10, é perceptível que há a presença de uma reestruturação da produção, pois em um mês (julho) considerado de estiagem, percebe-se que o armazenamento da água pela cisterna de produção pôde oportunizar novas formas de produzir num espaço de clima semiárido e na época de estiagem. Essa família relatou que depois da cisterna melhorou muito a convivência em sua propriedade e que eles passaram a produzir tanto para o consumo como para comercializar nas feiras livres de Aracatu e do município vizinho, Brumado.

No entanto, a maioria das famílias só produz para o próprio consumo em quantidades menores, mas alegam que com essa tecnologia puderam armazenar água em quantidade, tanto para o uso na produção quanto no uso doméstico (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Destinação da água das tecnologias do P1+2, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Embora a água armazenada pelas tecnologias do P1+2 sejam destinadas para a produção de alimentos, foi possível constatar que as famílias beneficiárias fazem o uso doméstico desse recurso, principalmente da cisterna calçadão, para realizar as seguintes atividades: lavar roupas, louças, limpeza da residência e uso pessoal. É perceptível também que a água captada possui múltiplos usos, desde o suprimento da criação de animais à irrigação de plantas ornamentais, frutíferas e a própria horta.

O plantio de hortaliças se destaca como o principal meio de produção utilizado por meio da água da tecnologia, seja em pequena ou maior escala. Os principais alimentos produzidos são: alface, coentro, cebolinha, alho, couve, couve-flor, rúcula, pimentão, quiabo, beterraba, cenoura, salsa e brócolis, conforme Figura 11, a seguir.

Figura 11 - Hortaliças produzidas por meio do P1+2, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Percebeu-se que hortaliças são produzidas de forma orgânica e algumas famílias comercializam na própria comunidade ou em feiras livres, o que gera renda e autonomia, pois não há mais a necessidade de comprar esses produtos. Segundo os dados coletados, o principal item comercializado numa propriedade é o tempero verde caseiro feito à base de coentro (semente) e alho, pela própria família, e vendido em vários pontos do município, como também sob encomenda. De acordo com uma narração da proprietária, seu filho trabalhava em São Paulo-SP e retornou para ajudá-la na produção, isso depois da instalação de uma cisterna de enxurrada na propriedade, o que pode revelar uma perspectiva de retorno às pessoas que migraram, mesmo que esse foi apenas um caso da amostra analisada.

A respeito da cisterna de enxurrada, cabe um parêntese na sua forma de coleta de água, algumas famílias relataram que no período chuvoso, apesar das caixas decantadoras, acumulam-se muitos sedimentos dentro e fora da cisterna (Figura 12), que dificultam o uso e o manuseio da água, em razão da turbidez acentuada, o que não acontece com a cisterna de produção com calçada.

Figura 12 - Acumulação de sedimentos em cisterna de enxurrada, Faz. Adobo, Aracatu-BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Verifica-se, desse modo, que, apesar da acumulação de sedimentos junto à cisterna de enxurrada, as famílias asseveram que ter um reservatório torna-se o fator mais importante no armazenamento de água da chuva, haja vista, antes, estas famílias não possuírem um recipiente que serviria para o ano todo, principalmente para a época de estiagem. Dentre as famílias beneficiárias, algumas relataram que preferem abastecer a cisterna em questão com água oriunda de lagoas ou tanques de barro a deixar a chuva chegar e trazer sedimentos para serem depositados dentro da infraestrutura.

Com relação ao barreiro trincheira, pode-se constatar que as famílias utilizam a água captada para fornecer aos animais, principalmente os bovinos, caprinos e ovinos; algumas também fizeram um encanamento para abastecer suas residências para uso doméstico. Nota-se que o estreitamento do reservatório contribui para a preservação da água, o que tende a tardar a secar.

Todo esse conjunto de informações obtidas revela que o espaço rural do município de Aracatu-BA sofreu transformações socioespaciais na dinâmica do cotidiano dos beneficiários por meio das políticas públicas em questão e que essas interferências têm promovido melhores condições de vida para as famílias. Todavia, ainda há permanências, não somente com a problemática da água, mas em outros campos do espaço rural.

4.4 Permanências, avanços e perspectivas das políticas públicas de acesso à água no município de Aracatu-BA

As iniciativas de convivência com o semiárido, segundo a ASA, passaram a fazer parte do orçamento geral da união, o que fortalece as políticas de acesso à água no semiárido brasileiro. No entanto, a partir do ano de 2016, por conta de desmontes financeiros e estruturais, tem diminuído investimentos e espaços federais nas discussões, planejamento e execução de políticas públicas voltadas para o acesso à água e, certamente, para o desenvolvimento rural, numa perspectiva abrangente.

Esse processo é marcado pelo *impeachment*, da então presidente Dilma Rousseff e entrada do governo Michel Temer. Junto a isso, alguns ministérios e secretarias foram obstruídos, entre eles o MDA, instituição ligada às políticas de desenvolvimento rural e territorial no Brasil e que está diretamente ligada às ações da ASA.

Ao retomar a discussão do antigo debate das políticas públicas, verifica-se que está atrelado à ideia de combate à seca e encontra-se voltado para uma racionalidade econômica, todavia as novas abordagens, isto é, as de convivência com o semiárido, compartilham da construção de uma racionalidade ambiental que ultrapassa os paradigmas econômicos (LEFF, 2001). Esse processo faz parte da construção de saberes que vai além da execução dos programas instalados no município de Aracatu, pois houve um desencadeamento de troca de informações mediadas pelo diálogo por meio da valorização dos saberes e das identidades populares, bem como a integração dos diferentes sujeitos, o que de certo modo favorece a produção e difusão do conhecimento.

Em escala local, fica claro que as principais mudanças influenciadas pelo P1MC e P1+2 de acordo com os beneficiários foram: abolição da necessidade de percorrer grandes distâncias para buscar água no período de estiagem, pois agora tem um reservatório grande e fechado ao lado da residência para armazenar água da chuva, água de boa qualidade para cozinhar e beber e com a cisterna gratuita.

Por meio da construção de cisternas, melhoraram as condições de vida da população, pois elas sofriam com a falta de água e os agravantes que traziam junto a escassez, além disso a qualidade do recurso dificultava a própria sobrevivência no espaço rural. Nesse sentido, mesmo que ainda existam dificuldades em determinados períodos do ano em relação à água, os moradores afirmam que depois da instalação da cisterna houve efetivas melhorias que possibilitaram uma maior facilidade de convivência e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural.

Quase de forma unânime (98%), os beneficiários reconheceram que as políticas de acesso à água foram essenciais por abranger uma metodologia que realmente auxiliou a todos a terem, no mínimo, o direito básico de acesso à água. Ao retomar a abordagem de Secchi (2012) sobre políticas públicas discutida anteriormente, sobre a avaliação e extinção, dois tópicos do ciclo das políticas públicas, é importante destacar que a avaliação das políticas públicas de acesso à água no espaço rural de Aracatu não foi realizada pelos programas junto aos beneficiários, isto é, não houve parâmetros exatos ou um acompanhamento posterior para realizar uma possível avaliação.

Nesse sentido, a pesquisa de campo traz como contribuição a análise de que os beneficiários, de forma subjetiva, analisam como uma positiva contribuição para o espaço rural, como uma política assertiva para com a realidade do semiárido.

Ao abordar os parâmetros levantados pelo autor supracitado, as políticas em estudo tiveram a eficácia por promover o alcance total das famílias durante os períodos de implantação e a equidade, pois atenderam de forma homogênea todos os beneficiários que tiveram acesso a essas políticas. A economicidade, a eficiência administrativa e econômica são de difícil análise, pois são múltiplos os fatores e somente os propulsores das políticas públicas possuem elementos para avaliar, tais como recurso financeiro aplicado versus quantidade de cisternas construídas, recurso de pessoal, entre outros elementos.

Por via da última fase do ciclo, a extinção do problema, verifica-se que ainda há passos a caminhar, pois ainda que relevante e de forma democrática, o acesso à água não é suficiente para as demandas e anseios dos agricultores familiares, principalmente o P1+2. Ao relatar esse programa no município de Aracatu, onde pouco mais de 10% das famílias beneficiárias foram contempladas em relação ao P1MC, averigua-se que é uma quantidade baixa, no entanto é uma análise complexa, haja vista que depende de fatores externos, como recursos financeiros e apoio às organizações da sociedade civil pelo Estado após 2016. O fato é que o problema do acesso à água no espaço rural de Aracatu ainda existe, mas foi amenizado de forma significativa pelas políticas públicas em questão.

O desafio da gestão das políticas públicas via participação social, hoje, no município, encontra-se como um fator determinante enfrentado no processo de governança, significa pensar que os problemas locais, de regra, são de responsabilidade somente da gestão pública e não também da população, visto que esta acomodou-se na forma de intervenção de maneira verticalizada, até por conta da falta de informação e, conseqüentemente, de conhecimento.

Em relação à abordagem das políticas públicas que vão além da execução de programas estruturais no espaço rural, o grande desafio em Aracatu está na superação das infraestruturas

públicas de acesso à água como instrumento eleitoral (obras hídricas superficiais, como barragens ou implantação de redes de água), ou seja, alguns membros da sociedade civil e do poder público se apropriam da política pública, o que não deve acontecer.

A falta de assistência técnica representa um fator limitante às famílias rurais no acesso ou integração das políticas públicas. Nesse sentido, faz-se necessário pensar as problemáticas ocasionados pela concentração dos recursos e, de fato, propor um modelo de desenvolvimento de integração, seja por parte do poder público, de organizações da sociedade civil ou de ações multissetoriais que adentrem no espaço rural de forma horizontal.

A realidade do município de Aracatu faz parte de um contexto que, apesar de mudanças recentes, do acesso à informação e conseqüentemente do conhecimento, ainda há muito o que avançar. A assistência técnica em um município de dinâmica rural é um caminho que pode configurar e melhorar ainda mais o quadro produtivo do espaço rural apresentado. Nascimento (2019) discute:

Dentre os principais objetivos da ATER, destaca-se o combate à pobreza rural e a partir das suas ações, é importante ressaltar o papel da inovação tecnológica e a difusão do conhecimento para a inserção dos agricultores familiares, não-consolidados, no sistema produtivo. No Nordeste especificamente, a concentração de pessoas envolvidas em atividades mal remuneradas e a alta parcela da população com baixo nível de instrução, acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, como também, a permanência do jovem que se depara em um cenário de poucas opções e acaba sendo obrigado a sair do meio rural em busca de oportunidades. (NASCIMENTO, 2019, p. 84)

Ao apresentar possibilidades em um espaço rural que carece tanto de políticas públicas, mas a informação é, ao mesmo tempo, uma tentativa de superar permanências, como propor perspectivas, resalta-se que não significa sucumbir práticas tradicionais acumuladas pelas gerações, mas mostrar inovações e outras probabilidades, em especial para o jovem do espaço rural.

Outro elemento a ser discutido é a introdução e/ou fortalecimento da criação de animais e cultivo de plantas nativas ou introduzidas, adaptadas aos fatores, em especial, climáticos presentes no município. A criação de caprinos e ovinos, em queda no decorrer dos anos, pode ser uma alternativa para fortalecer os agricultores familiares a novos mercados, assim como o cultivo do umbu, hoje, apresentado com novas técnicas de produção, inclusive com um formato maior que o convencional.

Essas possibilidades de cultivar plantas resistentes ao bioma caatinga e ao clima semiárido coloca em foco o P1+2, pois este programa, junto com a infraestrutura hídrica, está

alocado canteiros de hortaliças, nos quais, apesar da economia de água, utiliza-se uma quantidade considerada, haja vista que os vegetais cultivados precisam de água diariamente. Esta pode ser uma questão a ser repensada para o próprio amadurecimento do programa e das políticas públicas voltadas para o semiárido.

Diante disso, o espaço rural do município estudado tem passado por transformações por meio da inserção das políticas públicas relatadas e certamente tem gerado um processo de desenvolvimento na produção do espaço rural. É possível observar que a questão da água ainda se torna um fator determinante na convivência da população nesse espaço.

É nesse sentido que se pretende reforçar a importância da questão sobre as estratégias para a reprodução no espaço rural por meio da agricultura familiar e como as políticas públicas podem contribuir para esse desenvolvimento de acordo com demandas atuais do rural e do urbano. Pensar este processo é um tema complexo e desafiador que merece ser investigado sob a perspectiva do pesquisador das ciências sociais, entre elas, da Geografia.

A mobilização da sociedade civil e seu fortalecimento em um espaço democrático, hoje, podem estar enfraquecidos frente aos desafios que emergem no espaço rural brasileiro; assim, com as consequências das crises política e econômica enfrentadas pelo Brasil, torna-se importante a continuação das discussões que permeiam as políticas públicas, visto que estas são direito da população rural em contraponto às delimitações, hoje impostas pelo Estado.

Além disso, a educação voltada para o campo pode ser uma estratégia capaz de promover novas configurações de valorização do rural e do semiárido para as novas gerações, assim como a interação do Programa Cisterna nas Escolas no processo de locução do projeto por meio das oficinas com os atores sociais, para promover uma discussão do semiárido e de suas potencialidades, bem como da segurança alimentar e nutricional. Para enfatizar esse debate, Ab' Saber (1999) pondera:

Do que se conhece da educação familiar e do ensino formal das escolas do Nordeste interior, pode-se elaborar algumas prévias essenciais para um verdadeiro projeto educativo para as crianças e os adolescentes dos sertões. Não se deve pensar que uma simples reflexão cultural tenha qualquer força para a obtenção de respostas imediatas, no interesse da sociedade regional. (Ab' Saber, 1999, p. 55)

Desmistificar o semiárido de miséria e mostrar a possibilidade e as alternativas de transformação dessa região têm sido o foco primordial do debate para implementação das políticas públicas estudadas, mas esses elementos precisam ser descobertos pelos próprios moradores do espaço rural, em especial, pelas novas gerações, para que, assim, reconheçam suas fragilidades e valorizem suas potencialidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a produção do espaço geográfico é essencial para entender as relações que permeiam a sociedade nos espaços urbano e/ou rural. Ao situar o rural no centro do debate, verifica-se a importância de analisar os fenômenos e processos inerentes a esse espaço. Neste conjunto, encontra-se a inserção das políticas públicas de acesso à água no semiárido brasileiro, que merecem destaque por desempenhar transformações no espaço e conseqüentemente nas condições de vida da população rural.

Nesta direção, o desenvolvimento rural apresenta-se como processo, aliado às políticas públicas no espaço rural, com o objetivo de transformar a realidade e de melhorar as condições de vida das pessoas. Estes acontecimentos são de interessante análise por permitirem uma verificação dos fenômenos que os envolvem. A realização do estudo no município de Aracatu-BA, por meio da efetivação de um rigoroso trabalho de campo, foi desafiador, isto é, visitar as famílias e acompanhar a percepção delas sobre as mudanças no modo de vida, mediante a aquisição de mecanismos de acesso à água, investigados nesta pesquisa, foram imprescindíveis.

O P1MC permitiu o acesso à água, o que representa um avanço num contexto de privações, onde o simples fato de acabar com a distância para conseguir água modifica todo um cenário com a garantia de água para beber e cozinhar e esses elementos vão além do acesso, mas implicam o desencadeamento de um processo formativo de segurança alimentar e hídrica, além da diminuição da incidência de doenças relacionadas ao consumo de água.

Os beneficiários do P1+2 puderam ter mais uma possibilidade de resistir e produzir alimentos através do cultivo de plantas, dentre elas, hortaliças para o consumo, mas também para comercialização, além de ter a água para os animais criados na propriedade, o que altera a dinâmica cotidiana das famílias.

É interessante registrar que as organizações da sociedade civil possuem um papel fundamental no quadro das ações públicas, pois elas podem interferir diretamente nos problemas sociais, representando a base da sociedade, as necessidades e os anseios da população do campo. Entre essas organizações, destaca-se a ASA como a principal instituição do semiárido brasileiro na questão do acesso à água e o papel do CCPSP e do CEDASB como articuladores e executores no município de Aracatu. Observou-se, também, que o trabalho realizado vai além da inserção de uma tecnologia de armazenamento de água, mas significa a propagação de informação e conhecimento voltados para a realidade e a valorização dessa realidade em que os sujeitos sociais estão inseridos, reconhecendo as fragilidades, mas também as potencialidades do semiárido.

O Programa Cisterna nas Escolas destaca-se como uma relevante estratégia de valorização e manutenção do espaço escolar, com vistas a melhorias das condições nas atividades cotidianas de conservação da escola, bem como ao oferecer água de boa qualidade para os alunos e manuseio de alimentos. Esse processo de implantação tornou-se primordial, ao considerar a metodologia adotada pelo programa por meio das oficinas e treinamentos com o corpo docente, funcionários e alunos, ao abordar a discussão da convivência com o semiárido. Vale mencionar o retorno dado pela comunidade em compreender que uma escola no espaço rural é uma preciosidade na formação dos estudantes e, para tanto, com a mesma intensidade houve uma mobilização local para a construção da cisterna na instituição.

Registra-se como entrave a participação social, em especial a prática do associativismo rural. Embora houvesse um engajamento entre os anos de 2008 e 2010, período de maior atuação do PIMC, atualmente essa prática tem encontrado dificuldades no município. É possível afirmar que a participação e a consciência associativa não têm ocorrido como deveria ser, de fato, para a manutenção e proposição de políticas direcionadas ao enfrentamento dos problemas locais e, desse modo, a utilização desse espaço acontece mais eventualmente, a exemplo de projetos bancários de crédito e não como efetiva organização coletiva.

As políticas públicas no Nordeste brasileiro tiveram maior imposição do Estado no século passado, com a criação de órgãos que viessem a sanar a problemática da água na região, no entanto, verifica-se que essa incorporação se deu de forma concentrada. A partir do final da década de 1990, as OSCs passaram a ter mais forças com a retomada do cenário democrático e com a Constituição Federal de 1988, o que, desde então, facilitou os ambientes de diálogo na promoção de políticas públicas, especialmente de água. Vale destacar que a atuação de governos progressistas no século XXI possibilitou esse processo.

Ressalta-se que, recentemente, a partir de 2016, com as mudanças de governo no Brasil, mudaram também as prioridades, ou seja, o fortalecimento da agricultura familiar e as perspectivas de convivência com o semiárido perderam espaço para outras demandas de interesse mercadológicos privados e dos governos conservadores e, desse modo, cessaram-se os recursos. Com a diminuição dos recursos, tornam-se frágeis as organizações da sociedade civil, muito dependentes dos recursos estaduais e federal e, conseqüentemente, interfere-se no desenvolvimento de novas políticas públicas voltadas para o espaço rural do semiárido; principalmente, impede-se a reprodução da vida de homens e mulheres residentes no campo, com a perda de direitos.

As políticas de acesso à água no município de Aracatu-BA alteraram a dinâmica do espaço rural, pois as famílias foram lançadas numa perspectiva de valorização do recurso

hídrico, mas também em uma metodologia de convivência com o clima semiárido. Essa concepção de perceber o espaço rural do semiárido faz parte de todo um processo de mobilização e articulação para a conquista de políticas públicas num cenário em que Estado, governo, entidades e as famílias beneficiárias desencadearam melhores condições de vida à população rural.

Não há dúvidas de que a implantação das tecnologias sociais seja importante para as famílias beneficiárias, visto que ter acesso a um reservatório ao lado da residência representa dispor de um local para armazenar a água no período das chuvas, o que poderia não ser possível antes. Desse modo, é possível utilizar do potencial produtivo da natureza como recurso, sem que interfira de forma agressiva e atenda às necessidades do homem.

Contudo, é necessário considerar algumas circunstâncias no processo de efetivação do PIMC, isto é, observa-se que o programa não realizou um monitoramento nos primeiros anos de implantação das cisternas, pois algumas situações poderiam ser evitadas ou percebidas no início e, assim, os beneficiados poderiam ser ressarcidos, a título de exemplo, algumas famílias que receberam a cisterna tiveram problemas quanto a rachaduras na estrutura, impossibilitando o armazenamento da água. Nesse caso, as famílias não tiveram assistência do programa ou das organizações executoras posteriormente.

É perceptível que o acesso à água no espaço rural de Aracatu-BA teve importantes modificações para as famílias residentes no campo, embora ainda não sejam suficientes quanto às aspirações e necessidades dos agricultores familiares, por isso é primordial um diálogo participativo entre poder público e sociedade civil, principalmente em escala local, para pensar políticas públicas possíveis para a realidade do município e que resultem num processo de desenvolvimento rural, não só econômico, mas social, participativo e de conhecimento, por meio de assistência técnica, estratégias de mercado e valorização da produção local e familiar.

A instalação das tecnologias constituiu um meio alternativo fundamental na convivência com o semiárido, pois a captação de água da chuva, numa região onde este recurso é escasso, torna-se uma ferramenta para a permanência da população no campo, uma vez que colabora para a promoção social e econômica das famílias.

Para além das políticas públicas de acesso à água em Aracatu, a assistência técnica pode representar, também, como elemento de enfrentamento aos gargalos do desenvolvimento rural do município, isto é, na realização de cursos, oficinas, eventos, feiras da agricultura familiar, troca de experiências, entre outros, para a promoção das aptidões do município, seja na criação de animais, na agricultura ou na pluriatividade, de modo que insira, em especial, os jovens, pois o trabalho é uma necessidade urgente a todos os sujeitos.

Destarte, a questão do acesso à água no semiárido ainda é uma situação recorrente. Todavia, políticas públicas voltadas para captação de água da chuva estiveram e estão interferindo diretamente nos problemas relacionados à falta d'água para o consumo humano e para produção da agricultura familiar. Estas ações podem oportunizar melhorias nas condições de vida das famílias rurais, a fim de que se reproduzam no espaço rural, resistam, ganhem autonomia e não se encontrem dependentes dos fatores climáticos.

Mesmo com as evidências das transformações do espaço rural, ou seja, de que, ao longo dos anos, as políticas públicas de acesso à água geraram novas alternativas para o homem do campo, percebe-se que ainda há entraves referentes às ações de desenvolvimento e suas dimensões, bem como lacunas entre o processo de planejamento, execução e acompanhamento das políticas públicas no Brasil e de modo especial no Nordeste brasileiro.

Para não finalizar, este trabalho contribui para a discussão das políticas públicas no espaço rural, em especial no semiárido brasileiro, por meio das experiências obtidas no município de Aracatu-BA, como um recorte bem maior de uma realidade que inspira e aspira possibilidades de convivência com o semiárido; por isso, o acesso a este estudo pela sociedade civil, Secretarias de Planejamento, Secretarias de Agriculturas, Prefeituras, Cooperativas, Associações de produtores, dentre outras instituições, pode despertar novas formas de participação social na formulação e gestão das políticas públicas voltadas para o espaço rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Do Setor ao Território: Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: **Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social**. Texto para discussão IPEA, São Paulo/Rio de Janeiro, 2000. Nº 702.
- AB' SABER, A. N. Sertões e sertanejos: uma Geografia Humana sofrida. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.
- ALANTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.
- ALCANTARA, F. V. Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil em Foco. In: CARVALHO, D. M. ALCANTARA, F. V. COSTA, J. E. (Orgs.). **Abordagens sobre o desenvolvimento rural: As Experiências em Sergipe e no Planalto de Vitória da Conquista**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015. p. 13-41.
- ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. A. “As políticas de Desenvolvimento Regional”: Um olhar sobre o projeto comunitário do rio Gavião no Sudoeste da Bahia. In: ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. E. **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste**. Editora UFS. São Cristóvão, 2010. p. 179-201.
- ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R. Estudos rurais e o pensamento geográfico brasileiro: do positivismo clássico ao neopositivismo. p. 1-10. **V Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais”**, Santa Maria, 2009.
- ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R. Concepções metodológicas da geografia agrária: múltiplas abordagens sobre o rural. p. 1-15. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.
- ALVES, F. D.; MAIA, A. C. Teorias sobre o espaço e a questão rural-urbano. In: FERREIRA, D. A. O.; FERREIRA, E. R. **Estudos agrários: conceitos e práticas**. Rio Claro: IGCE/ UNESP – Pós-Graduação Geografia, 2009. p. 47-64.
- ALVES, F. D.; VALE, A. R. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 33-41, 2013.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. rev. E aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.
- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro. Editora Revan, 2000. 392p.
- ASA. **Ações**, 2019. Página inicial. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em: jun. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France**. Tradução Rosa Freire d’Aguiar – 1. Ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. Brasília, 1999.

BRASIL. **MME**. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: Diagnóstico do município de Aracatu. Salvador: MME, 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Atlas Nacional IBGE 2010**. 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014.

BRASIL. Eletrobras. **Programa Luz para Todos**. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Brasília, 2017.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Garantia Safra**. 2019.

BRESSER-PEREIRA L. C. A construção Política do Estado. **Lua Nova**, São Paulo, 81: 117-146, 2010.

BROSE, M. Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão. In: ETGES, V. E. **Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul/RS: Editora EDUNISC, 2001. p. 11-17.

CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. EDUFMA. **Revista de Políticas Públicas**. São Luiz, v. 16, n. 1, p 79-90, 2012. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179/932>. Acesso em: 20 Dez. 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: Perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, V. E. **Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul/RS: Editora EDUNISC, 2001. p. 19-52.

CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula?". GEOUSP. **Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 13, p. 179-187, 2003.

CARVALHO, D. M.; COSTA, J. E.; BRITO, V. A. Crédito rural voltado à agricultura familiar e ao desenvolvimento espacial em Sergipe. In: CARVALHO, D. M.; ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. E. **Contextos do Espaço Rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. p. 67-98.

CASSIA, R. Políticas públicas no Nordeste do Brasil: a produção de enclaves e de desigualdades socioespaciais. **GOT**, Porto, n. 8, p. 11-31, dez. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672015000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 dez. 2019.

CERON, A. O. GIRARDI, L. H. O. Geografia agrária e metodologia de pesquisa. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 2, n. 3, p. 04-16, fev., 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11799/6908>. Acesso em: set. 2018.

CORRÊIA, J. W. T. **Atlas geográfico de Aracatu**. Monografia. 64f. Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2007.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave na Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

DELGADO, N. G **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. CONDRAF/MDA Brasília, 2010. 363p.

FERREIRA, D. A. O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. São Paulo. **Revista Terra Livre**. nº 16, semestre/2001. Disponível em: <http://docplayer.com.br/16291181-A-importancia-da-geografia-agraria-aspectos-teorico-metodologicos.html>. Acesso em: set. 2018.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 402-418, Nov. 2013.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50.

HARVEY, D. **Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.) **Políticas públicas e desenvolvimento**: Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora da UNB, 2009. p. 23-39.

EHLE, P. **Canudos**: Fundo de Pasto no Semi-árido. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1997.

IRPAA. **A Busca da Água no Sertão**: Convivendo com o Semi-Árido. Juazeiro, BA: IRPAA, 2001.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: UFMG, 2008, 190p. (El espacio. In LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**: El derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976, 190p.).

LEFEBVRE, H. **The production of the space**. Oxford: Blackwell, 1992 [1974].

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.

LINDNER, M.; ALVES, F. D.; FERREIRA, E. D. Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins-RS. p.1-15. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009.

LISBOA, A. S. **Associativismo rural**: estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar no município de Anagé-Bahia. 2019. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2019.

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. Os estudos agrários no âmbito da geografia oficial brasileira: o instituto brasileiro de geografia e estatística (ibge) e o periódico revista brasileira de geografia (rbg) – 1940-2005. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 136-165, abr., 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/22730/14381>. Acesso em: ago. 2018.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MEDELLÍN, T. P. **La política de las políticas públicas**: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas em países de frágil institucionalidade. Santiago Del Chile: Naciones Unidas – CEPAL, 2004.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. **Revista de Administração Pública**. vol. 42, n. 3, 2008 p. 551-579.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. São Paulo-SP: Editora Hucitec, 1988.

MORAES, A. C. R. **Ratzel**: geografia. São Paulo, SP: Ática, 1990. 199 p. (Grandes cientistas sociais 59).

MORAES, A. C. R. **Geografia Pequena História Crítica**. 21. ed. São Paulo-SP: Editora Annablume, 2007.

NASCIMENTO, J. E. B. **Desenvolvimento e Desafios da ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe**. 2019. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

CRUZ NETO, O. O Trabalho de Campo como descoberta e Criação. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes. 23. ed., 2004. p. 51-66.

OLIVEIRA, A. U. de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, C. S.; SANTOS, M. C.; ALCANTARA, F. V. A relação entre o Território, as Escolas Famílias Agrícolas e a disciplina de Foucault. **Anais V Simpósio Nacional de**

Geografia Política, Território e Poder e III Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços, 2019, Alfenas - MG.

OYAKAWA, T. O papel das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nas políticas públicas a partir da perspectiva do Estado, FGV, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/18023>. Acesso em: jun. 2019.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SAMPAIO, V. S. Breve Histórico da Questão Agrária Brasileira e Seu processo Modernizador. In: CARVALHO, D. M.; ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. E. **Contextos do Espaço Rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. p. 13-36.

SANTOS, A. P. *et al.* **Emancipação Política do Município de Aracatu - 52 anos**. Aracatu-BA, 2014.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, M. C. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural**: O Programa Água para Todos no município de Aracatu. 2016. 82f. Monografia (Graduação em Geografia). – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2016,

SANTOS, M. C.; ALCANTARA F. V.; COSTA, J. E. Novas configurações na agricultura familiar: o uso da irrigação no município de Aracatu – BA/Brasil. **X Congresso ALASRU**. Montevideo – UY. p. 1-16, 2018.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 285p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1996. 308 p.

SCHERER, F. A. **Uso racional de água em escolas públicas**: diretrizes para secretarias de educação. 2003. 256p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo. Editora: Cengage Learning, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta - São Paulo: Companhia de letras, 461 p. 4ª reimpressão. 2009.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

SILVA, J. L.; SILVA, L. O.; CARVALHO, D. M. Políticas públicas voltadas ao homem simples do Nordeste: caso dos assentados do Nossa senhora Aparecida e Jacaré-Curitiba/SE. In: CARVALHO, D. M.; ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. E. **Contextos do Espaço Rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. p. 133-156.

SILVA, J. M.; MENDES, E. de P. P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J *et al* (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 207-222.

SILVA, R. M. Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. 298f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2006.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. **O conceito de Rural**. En ¿Una nueva ruralidad in America Latina? Buenos Aires: CLASCO, 2001. p. 67-79.

SOUCHAUD, S.; FUSCO, W. População e ocupação do espaço: o papel das migrações no Brasil. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 5-17, jul. 2012. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2527/2169>. Acesso em: maio 2019. doi: <https://doi.org/10.17058/redes.v17i2.2527>.

SOUZA, M. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**. Nº 1, VOL, 1 – JUL/DEZ. 1996. p. 5-22.

SOUZA, R. S. S. O desenvolvimento territorial rural e as políticas agrícolas nos municípios sergipanos de Simão Dias e de Poço Verde: Os territórios rurais sobre o dilema produtivista e as estratégias de ação coletivo-Institucional. In: CARVALHO, D.; M. ALCANTARA, F. V. COSTA, J. A. **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste**. São cristovão: Editora UFS, 2010. p. 245-274.

TEIXEIRA, M. A.; LAGES, V. N. Transformações no espaço e a geografia rural: idéias para discussão. **Revista de Geografia**, São Paulo: UEP, v. 14, p. 1-185, 1997.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-146, outubro 2000.

WINTER, L. M. A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel. **Tempo da Ciência** (13) 25 : 117-128, 1º semestre 2006.

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO P1MC
E P1+2**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**Pesquisa: O ANTIGO DEBATE E AS NOVAS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO
DE ARACATU-BA**

Pesquisador: MATEUS COSTA SANTOS
Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA
Número do Parecer: 3.424.757 – Comitê de Ética e Pesquisa

QUESTIONÁRIO N°			
-----------------	--	--	--

Questionários para as famílias beneficiárias dos Programas P1MC (cisternas de consumo humano) e P1+2 (Cisternas de produção) que estejam em idade entre 18 a 70 anos de ambos os gêneros, residentes no espaço rural do município de Aracatu-BA.

Associação: _____ **Local (Povoado):** _____

1. Identificação do entrevistado

1.1 Nome (Opcional): _____ Apelido: _____

1.3 Idade: () 18-30 () 31-40 () 41-50 () 51-60 () 60 –70 anos

1.4 Sexo: () Masculino () Feminino

1.4.1 Número de moradores na residência: () <3 () 3-5 () 6-8 () >8

1.5 A propriedade em que mora é: () Própria () Arrendada () Herança

1.5.1 E o tamanho (ha)? _____

1.6 Na sua comunidade possui energia elétrica? () Sim () Não () Outra _____

2. Dados sobre a produção agropecuária

2.1 Agricultura:

() Não cultiva () Feijão () Mandioca () Milho () Melancia () Hortaliças
() Outros. Quais? _____

2.2 Pecuária:

() Não Cria () Bovinos () Equinos () Aves () Ovinos () Caprinos
() Suínos () Outros. Quais? _____

2.3 Realiza outras atividades? () Sim () Não

Se sim, qual a atividade? _____

3. A renda familiar se constitui de:

() Agropecuária () Serviços/ Indústria () Bolsa Família () Aposentadoria
() colheita do Café () Outros. _____

3.1 Qual a média salarial mensal bruta da família?

() Até um salário mínimo () De um a dois salários mínimos () mais de dois salários mínimos

4. Possui Abastecimento de Água?

- () Sim () Não
- 4.1 Se sim. Qual? () Cisterna de consumo Humano () Cisterna de Produção () EMBASA
() Por conta própria () Caminhões Pipa () Outra _____
- 4.2 Sobre o abastecimento de água e armazenamento na (s) cisterna(s), qual a origem da água guardada no período de estiagem? () A água é suficiente para todo o ano () A cisterna fica vazia
() Caminhão Pipa fornece água tratada () Água de barreiro () Outra. _____

5. Dados sobre os programas de acesso à água

- 5.1 Qual programa de acesso à água você é beneficiário? _____
- 5.1.1 Qual o ano de implantação da (s) cisternas na sua propriedade? _____
- 5.2 Como ficou sabendo do Programa?
() Associação () Poder Público () Igreja () Entidades não governamentais
() Mídia () Outros. Quais? _____
- 5.3 Qual o grau de importância de ter uma Cisterna de consumo humano/Cisterna de produção/ Barreiro na sua propriedade?
() Muito importante () Importante () Pouco importante () Sem importância
- 5.4 Houve alguma exigência para o Sr/Sr^a recebesse essa política pública?
() Sim () Não
- Se houve, qual foi essa exigência? _____
- 5.5 O benefício foi adquirido via:
() Associação () Políticos () Organizações da sociedade civil () Outros _____
- 5.6 Há quanto tempo (anos) possui essa (s) política(s) pública (s)? _____
- 5.6.1 Capacidade da(s) cisterna(s) (litros): _____
- 5.7 Houve capacitação para a construção e manutenção das cisternas de consumo humano e de produção?
() Sim () Não
- 5.7.1 Se sim. Essa capacitação foi importante para adquirir conhecimento sobre a conservação da cisterna?
() Sim () Não
- 5.8 Para a conservação, com que frequência realiza a limpeza das bicas, tubulações e interior da cisterna? () A cada 1 ano () A cada 2 anos () Nunca
- 5.9 Você utiliza a água captada pela cisterna de consumo humano para? _____
- 5.9.1 Você utiliza a água captada pela cisterna de produção para? _____
- 5.9.2 Você utiliza a água captada pela cisterna de produção para? _____
- 5.9.2 Vendem a produção? _____ Onde? _____
- 5.10 A água captada é suficiente para a demanda da família? () Sim () Não
- 5.11 Qual a origem da água consumida antes da instalação da cisterna de consumo humano/ cisterna de produção?
() Barreiro () Caldeirão de pedra () Barragem () Cacimba () Outra. _____
- 5.12 Percebeu alguma melhoria na saúde da família após o consumo de água da chuva captada pela cisterna? () Sim () Não
- 5.13 Quais outros efeitos ocasionados por meio dos programas implementados na sua propriedade?

- 5.14.1 Houve algum ponto negativo após a construção da infraestrutura hídrica?

- () Sim. Qual? _____ () Não
- 5.15 Há períodos em que ficam sem água? () Sim () Não
- 5.15.1 Sempre foi assim ou melhorou depois da cisterna? () Melhorou () Não melhorou
- 5.16 Como foi a participação do poder público neste processo? () Houve () Não houve
- 5.17 Esta política pública foi acompanhada de algum outro programa ou foi isolado?
- () Foi isolado () Outro programa. Qual? _____
- 5.17 O Programa P1MC/ P1+2 contribuiu para o seu fortalecimento no meio rural, bem como a sua permanência no campo?
- () Sim () Não
- 5.18 O Sr/Sr^a percebe alguma mudança de antes sem a infraestrutura hídrica e agora com o reservatório?
-
-
-

OBRIGADO POR SUA CONTRIBUIÇÃO!!!

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO PROGRAMA CISTERNA NAS ESCOLAS



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



Pesquisa: O ANTIGO DEBATE E AS NOVAS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ARACATU-BA

Pesquisador: MATEUS COSTA SANTOS
Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA
Número do Parecer: 3.424.757 - Comitê de Ética e Pesquisa

Roteiro de entrevista para as ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (Responsável pelo programa Cisterna nas Escolas no município de Aracatu-BA)

- Qual a sua opinião sobre o programa Cisterna nas Escolas?
- Como foi o processo de aquisição dessa política pública para o município de Aracatu?
- Qual a origem do recurso financeiro para a implantação do programa?
- Quantas escolas foram atendidas pelo programa (rurais/ urbanas)?
- Qual o critério para a seleção dessas instituições? Ou todas foram atendidas pelo programa?
- Caso haja, quais os atores (Professores, alunos, funcionário, famílias e outros) que participaram do processo de implantação do programa Cisterna nas Escolas?
- O poder público municipal atuou nessa implantação? Se sim, de que forma?
- Quais os pontos positivos e negativos durante o processo de implantação?
- Houve alguma resistência por parte das instâncias municipais na implantação do Programa?
- Há um acompanhamento posterior a implantação das cisternas nas escolas pela Organização?
- Quais os possíveis efeitos para as escolas após a implementação das cisternas?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO P1MC



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



Pesquisa: O ANTIGO DEBATE E AS NOVAS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ARACATU-BA

Pesquisador: MATEUS COSTA SANTOS

Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Número do Parecer: 3.424.757 - Comitê de Ética e Pesquisa

Roteiro de entrevista para a ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (responsável pelo Programa Um Milhão de cisternas - P1MC no município de Aracatu-BA)

- O que é o Centro Comunitário da Paróquia São Pedro de Aracatu e como deu sua formação?
- Qual a sua opinião sobre o Programa Um Milhão de cisternas?
- Como foi o processo de aquisição dessa política pública para o município de Aracatu?
- Qual a origem do recurso financeiro para a implantação do programa?
- Quantas famílias foram atendidas pelo programa?
- Qual o critério para a seleção famílias? Ou todas foram atendidas pelo programa?
- Caso haja, quais os atores que participaram do processo de implantação do P1MC?
- O poder público municipal atuou nessa implantação? Se sim, de que forma?
- Quais os pontos positivos e negativos durante o processo de implantação?
- Há um acompanhamento posterior a implantação do P1MC pela Organização?
- Quais os possíveis efeitos para as famílias após a implementação das cisternas?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO P1+2



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



Pesquisa: O ANTIGO DEBATE E AS NOVAS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ARACATU-BA

Pesquisador: MATEUS COSTA SANTOS

Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Número do Parecer: 3.424.757 - Comitê de Ética e Pesquisa

Roteiro de entrevista para a ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (responsável pelo Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2 no município de Aracatu-BA)

- Qual a sua opinião sobre o Programa Uma Terra e Duas Águas?
- Como foi o processo de aquisição dessa política pública para o município de Aracatu?
- Qual a origem do recurso financeiro para a implantação do programa?
- Quantas famílias foram atendidas pelo programa?
- Qual o critério para a seleção famílias? Ou todas as famílias rurais foram atendidas pelo programa?
- Caso haja, quais os atores que participaram do processo de implantação do P1+2?
- O poder público municipal atuou nessa implantação? Se sim, de que forma?
- Quais os pontos positivos e negativos durante o processo de implantação?
- Há um acompanhamento posterior a implantação do P1+2 pela Organização?
- Quais os possíveis efeitos para as famílias beneficiárias após a implementação das cisternas de produção?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: O ANTIGO DEBATE E AS NOVAS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ARACATU-BA

Pesquisador: MATEUS COSTA SANTOS
Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA
Número do Parecer: 3.424.757 - Comitê de Ética e Pesquisa

Roteiro de entrevista destinado ao SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Aracatu-BA

- Qual o seu ponto de vista sobre o programa Cisterna nas Escolas?
- Como foi o processo de aquisição dessa política pública para o município?
- Quantas escolas foram atendidas pelo programa (rurais/ urbanas)?
- Qual o critério para a seleção dessas instituições? Ou todas foram atendidas pelo programa?
- Caso haja, quais os atores (Professores, alunos, funcionário, famílias e outros) que participaram do processo de implantação do programa Cisterna nas Escolas?
- O poder público municipal atuou nessa implantação? Se sim, de que forma?
- Instituições não governamentais atuaram na implantação do programa? Se sim, de que forma?
- Há um acompanhamento posterior a implantação das cisternas nas escolas pela Sec. de Educação ou outra instituição?
- Quais os efeitos para as escolas após a implementação das cisternas?

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O(A) DIRETOR(A) DE ESCOLA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: O ANTIGO DEBATE E AS NOVAS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ARACATU-BA

Pesquisador: MATEUS COSTA SANTOS

Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Número do Parecer: 3.424.757 - Comitê de Ética e Pesquisa

Roteiro de entrevista: DIRETOR(A) DA ESCOLA BENEFICIÁRIA do Programa Cisternas nas Escolas

Nome da instituição _____
Número de Alunos _____ Número de Professores e Funcionários _____

- Qual o seu ponto de vista sobre o programa Cisterna nas Escolas?
- Como foi o processo de aquisição dessa política pública para a escola?
- A direção, professores, funcionários, famílias e estudantes participaram de oficinas e cursos durante a implementação da cisterna na escola? Caso haja, como foi essa participação?
- Há um acompanhamento posterior a implantação das cisternas nas escolas pela Sec. de Educação ou outra instituição?
- Quais os efeitos positivos e negativos para as escolas após a implementação das cisternas?